

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O COMPORTAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA 52^a
LEGISLATURA (2003-2007) NO ÂMBITO DA POLÍTICA SOCIAL**

ROSANA ALVES GOMES

Pelotas, 2016

ROSANA ALVES GOMES

**O COMPORTAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS NA 52ª LEGISLATURA (2003-2007) NO ÂMBITO DA
POLÍTICA SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof. Dr. Daniel de Mendonça
Linha de Pesquisa: Democracia: teorias e experiências

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

G633c Gomes, Rosana Alves

O comportamento ideológico do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados na 52ª Legislatura (2003-2007) no âmbito da política social / Rosana Alves Gomes ; Daniel de Mendonça, orientador. — Pelotas, 2016.

140 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Ideologia. 2. Partido dos trabalhadores. 3. Projetos de lei. 4. Política social. I. Mendonça, Daniel de, orient. II. Título.

CDD : 361.61

BANCA EXAMINADORA

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Daniel de Mendonça – Orientador (PPGCPol/UFPel)

Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto (PPGCPOL/UFPel)

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira (PPGCS/PUCRS)

AGRADECIMENTOS

Aqui não há agradecimentos nominais. Não tive outro remédio a não ser suprimi-los. Percebi a tempo que não faria justiça diante da importância de tantos e tantas com os quais compartilhei a vida, as angústias e os sonhos. A cada um de vocês, que se reconhecerão neste trabalho, em ação e pensamento, agradeço.

Não posso deixar de mencionar, porém, ao grupo de pesquisa “Ideologia e Análise de Discurso”, do PPGCPol, pelo trabalho sério e comprometido, sem o qual a pesquisa que ampara essa dissertação não teria sido possível.

Ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, pelo apoio intelectual. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS/CAPES, pelo apoio material, e à toda a sociedade brasileira por ter financiado minha educação pública e gratuita por meio de seu trabalho.

“(...) Não é que não existam diferenças nos governos. O que pode existir é um governo favorável a algumas exigências da esquerda, mas não existe governo de esquerda porque a esquerda não tem nada a ver com governo. Se me disserem para definir o que é ser de esquerda, ou definir a esquerda, eu o faria de duas formas. Primeiro, é uma questão de percepção. A questão de percepção é a seguinte: o que é não ser de esquerda? Não ser de esquerda é como um endereço postal. Parte-se de si próprio, depois vem a rua, o bairro, a cidade, o estado e assim cada vez mais longe. Começa-se por si mesmo e, na medida em que se é privilegiado, que se vive em um país rico, costuma-se pensar em como fazer para que esta situação perdure. Sabe-se que há perigos, que isso não vai durar e que é muita loucura. Como fazer para que isso dure? As pessoas pensam: ‘os chineses estão longe, mas como fazer para que a Europa dure ainda mais?’ E ser de esquerda é o contrário. É perceber (...) E, segundo, ser de esquerda é ser ou devir minoria”

(DELEUZE, Gilles. “O abecedário de Gilles Deleuze”, 1988)

RESUMO

GOMES, Rosana Alves. **O comportamento ideológico do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados na 52ª Legislatura (2003-2007) no âmbito da Política Social**. 2016. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

Debruçando-se sobre a relação ideologia e partidos políticos, o presente trabalho busca investigar a ação ideológica do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados na 52ª legislatura. O objetivo é compreender o comportamento discursivo ideológico do PT para a área social, na esfera federal do poder legislativo. Objetivamos, também, identificar, quantitativamente, o número total de projetos de lei formulados para a área social, assim como conhecer, dentro da área social, os eixos temáticos privilegiados. Para tanto, analisamos os projetos de lei protocolados pelos parlamentares petistas, entre 2003 e 2007, à luz da metodologia de classificação ideológica dos partidos políticos, desenvolvida pelo grupo de pesquisa “Ideologia e Análise de Discurso”, vinculado ao PPGCPol da Universidade Federal de Pelotas. Nesta, os métodos adotados apresenta uma combinação da análise de discurso e da análise de conteúdo, a fim de mapear os sentidos ideológicos produzidos por parlamentares e o conteúdo dos projetos de lei de autoria dos deputados petistas, respectivamente. Seu aporte teórico está baseado na teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Como resultado da pesquisa, é possível afirmar que a bancada petista, na 52ª legislatura, foi interpelada por um discurso majoritariamente de esquerda, no âmbito da política social. Ainda assim, foi demonstrado também existência de PLs orientados pela ideologia de direita na produção legislativa petista, o que reforça a pertinência de uma análise não essencialista e monolítica dos partidos em termos ideológicos.

Palavras-chave: ideologia; partido dos trabalhadores; projetos de lei; política social.

ABSTRACT

GOMES, Rosana Alves. **The ideological behavior of the Party of Workers in the Chamber of Deputies at the 52nd Legislature (2003-2007) in the context of Social Policy.** 2016. 140f. Dissertation (Master Degree in Political Science) – Federal University of Pelotas, Pelotas, RS, Brazil, 2016.

Leaning over relationship between ideology and political parties, this paper investigates the ideological action of the Workers' Party, in the Chamber of Deputies in the 52nd Legislature. The objective is to understand the ideological discursive behavior of the PT for the social area, at the federal sphere of legislative power. We also aim to identify, quantitatively, the total number of bills formulated for the social area, and to know the main thematic axes in the social area. To this, we analyzed the bills submitted by the PT congressmen between 2003 and 2007, under the methodology of ideological classification of political parties developed by the research group "Ideology and Discourse Analysis", linked to the PPGCPol of the Federal University of Pelotas. In this, the methods adopted present a combination of discourse analysis and the content analysis, in order to map the ideological senses produced by parliamentarians and the contents of the draft laws authored by the PT deputies, respectively. Its theoretical contribution is based on the discourse theory of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe. As a result of the research, it is possible to affirm that the PT party, in the 52nd legislature, was challenged by a major left-wing discourse at the scope of social policy. Nevertheless, it was also demonstrated the existence of PLs oriented by the ideology of right, in the production legislative of PT, which reinforces the pertinence of a non-essentialist and monolithic analysis of the parties in ideological terms.

Keywords: ideology; Workers' party; Bills; Social policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparativo entre o número total de PL protocolados <i>versus</i> total para a área Social	89
Gráfico 2 - Total de PLs analisados para a área Social por ano (2003-2007)	90
Gráfico 3 - PLs apresentados para a área Social por região do país (2003-2007)..	92
Gráfico 4 - PLs apresentados para a área Social por gênero (2003-2007)	93
Gráfico 5 - Percentual dos PLs formulados para a área Social por categoria (2003-2007)	95
Gráfico 6 - Percentual dos PLs - Categoria Segurança.....	97
Gráfico 7 - Percentual dos PLs - Categoria Infância e juventude	98
Gráfico 8 - Percentual dos PLs - Categoria Direitos de minorias (mulheres)	99
Gráfico 9 - Percentual dos PLs - categoria Relações de trabalho	101
Gráfico 10 - Percentual de PLs - Categoria Previdência	102
Gráfico 11 - Percentual de PLs na Categoria Meio Ambiente	103

LISTA DE QUADROS¹

Quadro 1 - Coalizões governativas no primeiro governo Lula (2003-2007)	48
Quadro 2 - Bancada (titular) petista eleita em 2002 e seu proporcional na Câmara dos Deputados (1982 à 2002)	51
Quadro 3 - Abrangência da Ação Social Estatal em âmbito federal no Brasil (2003-2007).....	71
Quadro 4 - Palavras detonadoras: arquivos e trechos selecionados de 2003 a 2014 (n)	79
Quadro 5 - Políticas extraídas dos PLs e MPs	80
Quadro 6 - Distribuição dos PLs formulados para a área Social por categoria (2003-2007)	94

¹ Os demais quadros referentes à lista do corpus da investigação e ao glossário temático encontra-se nos Apêndices A e B, respectivamente, p.116-132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cinco maiores bancadas na 52ª legislatura (2003-2007)	52
Tabela 2 - Número de cadeiras do PT na Câmara dos Deputados por região do país (2002-2007)	52
Tabela 3 - Deputados (titulares) eleitos para a 52ª legislatura (2003-2007) por Estado e sexo	53
Tabela 4 - Dados regionais referentes ao tamanho da bancada petista <i>versus</i> produtividade para a área Social (2003-2007)	90
Tabela 5 - Comparação entre o número de deputados em exercício na 52ª legislatura e média de proposições apresentadas para a área social no período (2003 e 2007) por gênero.....	93
Tabela 6 - Classificação geral dos PLs por eixo ideológico (número absoluto e percentual).....	96

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional da Habitação
BPC	Benefício da Prestação Continuada
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
EN	Encontro Nacional do PT
IES	Instituições de Ensino Superior
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IAPB	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IAPM	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos
IPASE	Instituto de Pensões e Assistência dos Servidores do Estado
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPA	Fundação Perseu Abramo
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PL	Projeto de Lei
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento do Brasil
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSI	Processo de Substituição de Importações
REUNI	Política Pública de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais
TSE	Tribunal Superior eleitoral
UNE	União Nacional dos Estudantes

Partidos políticos

MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido Socialista Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PP	Partido Popular
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	20
2.1	Pressupostos ontológicos da teorização laclauniana	21
2.1.1	Elementos conceituais da teoria do discurso	24
2.2	Considerações preliminares acerca da ideologia	26
2.2.1	Arqueologia de um conceito: As noções clássicas de Ideologias	27
2.2.2	A Ideologia como fenômeno discursivo	32
2.3	Considerações.....	35
3	PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	36
3.1	Breve panorama da trajetória do Partido dos Trabalhadores	36
3.1.1	Bancada petista na 52ª legislatura (2003-2007)	50
3.2	Considerações.....	54
4	POLÍTICA SOCIAL.....	55
4.1	Diferentes abordagens da Política Social	56
4.1.1	Surgimento da Política Social estatal	57
4.1.2	Política Social no Brasil	63
4.2	Considerações.....	70
5	PERCURSOS METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS.....	72
5.1	Primeira etapa metodológica	74
5.2	Segunda etapa metodológica	82
5.2.1	Caracterização dos PLs por eixo temático.....	91
5.2.2	Caracterização dos PLs por eixo ideológico	93
5.4	Considerações.....	102
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
	REFERÊNCIAS	109
	APÊNDICES.....	121

1 INTRODUÇÃO

É fato recorrente na literatura especializada o debate acerca da relevância das categorias esquerda e direita para a compreensão do comportamento ideológico partidário. Nessa esteira, a partir da década de 1980, com o advento da redemocratização da vida política nacional, o tema da classificação político-ideológica dos partidos políticos brasileiros tornou-se foco de interesse entre cientistas políticos brasileiros e brasilianistas. Tal situação vai suscitar a investigação crescente da temática a partir de diferentes abordagens e eixos analíticos, onde podemos citar as análises realizadas a partir: I). Da votação parlamentar no Congresso (Limongi e Figueiredo, 1995); II). Da percepção da opinião pública (Carreirão, 2002, 2007, 2008; Telles e Storni e 2009a. 2009b.); III). Do autopoicionamento das elites partidárias (Kinzo, 2007; Timothy Power, 2008; Cesar Zucco Jr., 2008); IV). Da composição socioeconômica dos parlamentares (Rodrigues, L. 2002, 2009), dentre as formas mais recorrentes de classificações ideológicas. A resposta sobre a relevância de variáveis ideológicas no comportamento efetivo dos parlamentares não é, contudo, uma tarefa fácil, uma vez que a noção de ideologia está longe de ser unívoca. Antes pelo contrário, sua acepção é um dos temas mais controversos no âmbito das ciências sociais e da política, refletindo distintas tradições de pensamento. Além disso, partindo da consagrada classificação ideológica dos partidos políticos no Brasil, de Limongi e Figueiredo (1995)², é comum vermos, na prática política cotidiana, representantes

² Nesse ponto, é particularmente relevante observar que, conforme aponta Leôncio Rodrigues, a classificação ideológica dos partidos políticos no Brasil, resultante da investigação realizada por Figueiredo e Limonge, com base de análise as votações nominais ocorridas entre 1989 a 1994 na Câmara dos Deputados, tornou-se “predominante entre os cientistas políticos brasileiros e estrangeiros e corresponde àquela veiculada pelos meios de comunicação” (2002, p.32).

parlamentares ligados às siglas partidárias que estão localizadas em um determinado espectro do gradiente ideológico esquerda-direita, apoiando medidas que mais se aproximam dos extremos supostamente opostos ao seu. Com isso, não é de se espantar a circulação de certa visão extra ideológica da realidade, assim sugerindo que tal reprodução, pouco refletida, ainda vigora na *Realpolitik* e também no senso comum. Mais ainda, nota-se também nas interpretações dominantes a permanência de uma concepção particular monolítica, que ignora ou coloca de maneira enviesada a heterogeneidade ideológica, em termos de classificação ideológica partidária.

É com base nessas inquietações e constatações que começamos a delinear a abordagem do trabalho aqui apresentado. Nessa dissertação, pretendemos oferecer ao leitor uma contribuição ao debate acerca do comportamento ideológico dos atores constituintes da democracia representativa. Nessa perspectiva, nosso interesse orienta-se para o comportamento partidário no parlamento brasileiro. Assim, propomo-nos conhecer a atuação ideológica do PT na Câmara dos Deputados na 52ª legislatura (2003-2007), circunscrita ao âmbito social.

Necessitamos de uma abordagem epistemológica que reconheça a pluralidade ideológica dos partidos políticos e, em vista disso, entendemos que a aferição do comportamento ideológico partidário deva partir de unidades menores do que um partido, para que fuçamos das armadilhas reducionistas presentes em análises baseadas na correlação direta e, sobretudo, essencialista, entre ideologias e partidos políticos. Assim, optamos por analisar os projetos de lei ordinárias e complementares e propostas de emenda a Constituição³ encaminhados pelos deputados federais do PT na legislatura em questão, a fim de investigar seus componentes ideológicos, cujos sentidos e recorrências serão explicitados na sequência dessa pesquisa. Para tanto, aplicamos a metodologia de pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto “Ideologia e Partidos Políticos no Brasil: uma nova metodologia de classificação”, por pesquisadores vinculados ao grupo de

³ Segundo definição o Regimento Interno da Câmara dos Deputados art. 109 “os projetos de lei podem ser de lei ordinária ou complementar, decreto legislativo ou de resolução, além de proposta de emenda a Constituição” (p. 93). Cabe ainda acrescentar que conforme o art. 100, do mesmo regimento: a “proposição é toda a matéria sujeita à deliberação da Câmara”. Estas consistem em oito tipos, a saber: “§ 1º As proposições poderão consistir em proposta de emenda à Constituição, projeto, emenda, indicação, requerimento, recurso, parecer e proposta de fiscalização e controle” (p. 93).

pesquisa “Ideologia e Análise de Discurso”, coordenado pelos professores Daniel de Mendonça e Bianca de Freitas Linhares e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol) da UFPel.

Com base no exposto é que surge o problema de pesquisa aqui apresentado: *Como se configura o discurso ideológico petista na Câmara dos Deputados, na esfera da política social, na 52ª legislatura (2003-2007)?*

A partir do questionamento que baliza nossa investigação, lançamos como hipótese o seguinte argumento: *a despeito da heterogeneidade ser a marca distintiva do Partido dos Trabalhadores, o comportamento ideológico da agremiação no âmbito das políticas sociais, na Câmara dos Deputados, foi hegemonicamente orientado pela ideologia de esquerda na 52ª legislatura (2003-2007). Defendemos que tal configuração demarque a não desprezível, e histórica, visão de mundo da agremiação no que diz respeito ao dever do Estado frente ao projeto de enfrentamento da questão social tal como se conforma no Brasil contemporâneo.*

Dessa forma, a presente dissertação tem como a intenção de fundo classificar os projetos de lei elaborados pelos deputados federais petistas para área social, protocolados entre os anos de 2003 e 2007, para, como objetivo final, compreender o comportamento discursivo-ideológico da agremiação petista circunscrita ao parlamento, dentro da temática e período aqui propostos. Esse objetivo geral é complementado por quatro objetivos específicos:

1. Mapear, quantitativamente, o número total de projetos de lei encaminhados pelos deputados federais do PT na 52ª legislatura;
2. Identificar, quantitativamente, o número total de projetos de lei formulados para a área social;
3. Classificar, ideologicamente, as políticas sociais;
4. Conhecer, dentro da área social, os eixos temáticos privilegiados.

Com relação aos aspectos gerais desta pesquisa, entendemos que a construção do objeto de investigação não é um ato desinteressado. Nesse caso, a escolha pela sigla petista encontra duas justificativas principais: I). A importância da agremiação no sistema político contemporâneo, especialmente para a esquerda brasileira; II). O crescimento da tese de que o partido deu uma “guinada à direita”, sobretudo após a vitória eleitoral de Lula no ano de 2002 (LOPES, 2009).

A escolha de nosso recorte analítico (2003-2007) se justifica pela conjuntura política do período, marcada pela mudança de direção do sistema político brasileiro, impulsionada pelo quadro geral emergente nas eleições de 2002. Pela primeira vez no país, no pós-redemocratização, a elite dirigente do sistema político-administrativo no país seria governada pelo representante máximo das esquerdas brasileiras. Nesse sentido, buscou-se, fundamentalmente, analisar o comportamento ideológico do PT no legislativo para a área social, já que a agremiação, situada tradicionalmente no *continuum* ideológico à esquerda passou, nessa ocasião, à posição de governo.

Já a escolha metodológica dos projetos de lei (PLs) como instância de ação, deu-se, sobretudo, por acreditarmos que, a partir desta unidade de análise, podemos conhecer a dimensão ideológica partidária de forma mais acurada. Essa consideração tem pertinência à medida que, em diálogo com o aporte teórico que assumimos, a ideologia é dotada de existência material – isto é, todas as ações dos sujeitos e instituições são investidas ideologicamente –, e a proposição de um PL é um exemplo destacado, em nossa visão, dessa materialidade. Cabe ainda destacar que, a finalidade de um PL diferencia-o de outros documentos textuais, tal como um programa eleitoral, visto que uma vez aprovado, um PL tornar-se-á uma lei, produzindo, em princípio, intervenções na realidade social.

Por último, a escolha das políticas sociais como área temática parece-nos mais que oportuna em decorrência de sua relevância dentro da produção legislativa do PT, no período de nossa análise. Pois, como demonstramos no capítulo destinado a apresentação da metodologia, mais da metade dos PLs protocolados pelos deputados federais entre os anos de 2003-2007, foram formulados para essa área.

Todo suporte à discussão sobre o comportamento ideológico partidário está amparado nas elaborações teóricas de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe a respeito do discurso, em especial, as suas formulações sobre as noções de produção de sentidos, contingência e precariedade das formações discursivas.

Considerando este breve panorama de nossa argumentação, convêm, agora, apresentar ao leitor a estrutura desse trabalho, que está dividido em quatro capítulos, além da apresentação acima e das considerações finais.

Logo a seguir, no Capítulo 2, demonstramos os elementos teóricos os quais guiam esse trabalho. De forma geral, apresentamos a teoria do discurso de Ernesto

Laclau e Mouffe, com enfoque nos elementos que serviram de base para a análise aqui proposta. Buscamos ainda, nesse capítulo, sumariar algumas das principais abordagens do conceito de ideologia nas ciências sociais, com destaque para a noção de ideologia pelo viés pós-estruturalista laclauiano, indispensável para a compreensão do fenômeno abordado nesse trabalho.

No capítulo 3, desenhamos, do ponto de vista histórico, as mudanças ocorridas no PT ao longo da sua trajetória. Ao traçar um panorama discursivo da sigla, desde a sua gênese até o primeiro mandato do governo Lula (2003-2007), pretendemos, principalmente, contextualizar os nexos causais das disputas discursivas intrapartidárias ocorridas na agremiação ao longo desse período. Ademais, este capítulo aborda também uma breve descrição da bancada parlamentar petista eleita no ano de 2002 para a 52ª legislatura da Câmara dos Deputados (2003-2007).

No Capítulo 4, abordamos a conformação da política social como uma ação estatal. Descrevemos isso, sinteticamente, em duas partes. Na primeira parte, iniciamos pelas diferentes abordagens a respeito do conceito e o surgimento da política social estatal na Europa. Já na segunda, delineamos a trajetória das políticas sociais, como uma ação do Estado, no Brasil.

No capítulo 5, são expostos os caminhos metodológicos trilhados no âmbito do projeto que embasa essa investigação. Em resumo, foram descritos os passos seguidos para a construção da ferramenta analítica das políticas sociais, as abordagens realizadas, bem como os métodos e as técnicas de análise utilizadas para a operacionalização dessa pesquisa. É ainda nesse capítulo que apresentamos os resultados da análise empírica realizada.

Por fim, na última parte desse trabalho, realizamos as conclusões gerais da discussão aqui proposta. Como apêndices, apresentamos, de forma sumariada, os PLs aqui investigados (Apêndice A), bem como o glossário de sentidos utilizado para a classificação aqui proposta (Apêndice B)

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

De modo geral, o presente capítulo tem por objetivo geral apresentar a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que fornece a sustentação teórica para o presente estudo. Para tanto, baseamo-nos, sobretudo, nas obras *Hegemonia e estratégia socialista: Hegemonia e estratégia Socialista: Por uma política democrática radical*⁴ (2015) e *A Razão Populista*⁵ (2013).

A obra laclauniana é interdisciplinar. Por esse motivo, e para melhor compreensão da sua teoria, a primeira seção encontra-se organizada em duas subseções. Assim, antes de adentrarmos nos conceitos da Teoria do Discurso, na primeira subseção, intitulada “**Pressupostos Ontológicos da teorização laclauniana**”, contextualizemos as principais influências de Laclau e Mouffe para elaboração da teoria em comento. Num segundo momento, na subseção “**Elementos conceituais da Teoria do Discurso**”, fazemos menção aos principais conceitos e categorias que nortearam essa pesquisa, indispensáveis para a compreensão do problema suscitado nesse estudo.

Dando continuidade, na segunda seção, apresentamos o conceito de ideologia. Entretanto, em virtude da diversidade conceitual com que esse tema é

⁴ Originalmente publicada em inglês sob o título “*Hegemony & socialist strategy: Towards a radical democratic politics*” em 1985 pela editora inglesa Verso.

⁵ Originalmente publicada em inglês sob o título *On Populist Reason*, em 2005, pela editora inglesa Verso.

abordado na bibliografia disponível, consideramos imprescindível situar o leitor historicamente quanto às principais acepções em torno do conceito. Assim, essa seção está dividida em duas subseções. Logo, na primeira subseção, intitulada “**As noções clássicas da ideologia**”, buscou-se elencar, em linhas gerais, as principais discussões a respeito do conceito. Já na segunda subseção, “**A ideologia como fenômeno discursivo**”, apresentamos o conceito da ideologia na tradição pós-marxista, que embasará nossa pesquisa, representada aqui, principalmente, a partir do arcabouço teórico de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe.

2.1 Pressupostos ontológicos da teorização laclauniana

A título introdutório, as bases gerais da teoria do discurso de Ernesto Laclau foram lançadas na obra basilar “Hegemonia e estratégia Socialista: Por uma política democrática radical”, publicada em parceria com a filósofa belga Chantal Mouffe, em 1985. Vindos da tradição marxista, esta obra marca o rompimento desses autores com alguns dos principais postulados dessa linha teórica, sobretudo, seu essencialismo e determinismo.

Esses aspectos estariam relacionados, centralmente, às noções de luta de classe e de proletariado como classe universal. Segundo a perspectiva laclauniana e mouffeana, não há na “sociedade” uma única forma de antagonismo social, sendo, portanto, inconcebível, a submissão das relações sociais e políticas exclusivamente à economia, e a fixação da identidade do sujeito social revolucionário na classe operária. Assim, para formular tal concepção, cuja base está posta no conceito freudiano de sobredeterminação, introduzido por Althusser (1985) na análise marxista da sociedade, os autores aplicam o princípio de que há nenhum fenômeno social que não seja constituído por múltiplas determinações sociais. Mais ainda, essa noção traz como princípio subjacente a ideia de que o homem distingue-se dos outros animais, por também constituir-se por múltiplas determinações. Assim, todos os indivíduos são assujeitados ideologicamente desde o seu nascimento por sentidos sociais, regras, normas e valores num processo que se dá pela “ordem simbólica”. Embora tenham pinçado na obra de Althusser o conceito de sobredeterminação, um conjunto similar de críticas é dirigido a esse autor por Laclau

e Mouffe, sobretudo, ao apontarem a prevalência da ideia de determinismo econômico em última instância na teorização althusseriana. Nas palavras dos autores:

O conceito de sobre-determinação é constituído no campo do simbólico, e não tem qualquer sentido fora dele. Consequentemente, o sentido potencial mais profundo do enunciado de Althusser de que tudo que existe no social é sobre-determinado, é a asserção de que o social constitui-se como ordem simbólica. O carácter simbólico – isto é, sobre-determinado – das relações sociais implica, portanto, que lhes falta uma literalidade última que as reduziria a momentos necessários de uma lei imanente. (...) Porém, isso não ocorreu. O conceito de sobre-determinação tendeu a desaparecer do discurso althusseriano, e um crescente fechamento levou à instalação de uma nova variedade de essencialismo (LACLAU, MOUFFE, 2015, p.169).

Vale ressaltar que apesar de Laclau e Mouffe terem adotado uma abordagem crítica da tradição marxista, sobretudo a partir do lançamento da obra em destaque, tal postura não significou a completa superação da influência desse autor em seus estudos. O próprio *Hegemonia e Estratégia Socialista*, comprova que tal tradição foi deslocada, porém não totalmente superada, haja vista que os próprios autores se auto-intitulam, então, “num terreno pós-marxista” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 55).

De modo geral, à virada epistemológica dos autores fora influenciada pelas abordagens teóricas pós-estruturalista e pós-fundacionalista, referenciadas, sobretudo, em Lacan e Derrida. Como se sabe, o conceito de pós-estruturalismo refere-se a um conjunto de investigações filosóficas contemporâneas, surgidas na segunda metade da década de 1960, no cenário intelectual francês. É verdade que não se pode considerá-lo um movimento intelectual homogêneo, pois, conforme destaca James Williams (2013), antes, refere-se a um conjunto de linhas de pensamento, composto por Derrida, Deleuze, Foucault, dentre outros autores. Ainda assim, as diferentes vertentes pós-estruturalistas guardam em comum o fato de se oporem a ideia da existência de um centro fixo, isto é, invariável, que governe todas as relações sociais, como apregoado pela perspectiva estruturalista. Apesar disso, partilhando também das premissas pós-fundacionais, essa perspectiva não induz a mera negação de um centro fixo estruturador, mas tão somente, sublinha a inconsistência de um centro fixo que não joga o jogo da estrutura (Derrida, 2002). Conforme bem resumiu Oliver Marchart a respeito do pós-fundacionalismo:

O pós-fundacionalismo (...) não deve ser confundido com o anti-fundacionalismo ou com o vulgar, e fora de moda “vale-tudo” do pós-modernismo, uma vez que uma abordagem pós-fundacional não tenta apagar completamente as figuras do fundamento, mas enfraquece o seu status ontológico. O enfraquecimento do fundamento ontológico não leva a pressuposição da ausência total de todos os fundamentos, mas antes ao pressuposto da impossibilidade de um fundamento final, o que é completamente diferente, uma vez que implica uma maior consciência de, por um lado, contingência, e, por outro lado, o político, como um momento do parcial e sempre, em última instância, fundamento sem sucesso (MARCHART, 2007, p.2, tradução livre⁶).

Partindo desses pressupostos, logo, na teorização laclauniana e mouffeana, persiste a ideia de centros parciais estruturadores precariamente constituídos em um dado contexto, e inexistem referências como sujeitos trans-históricos, verdade absoluta e eterna, classe universal, entre outros. Noutras palavras, nota-se sempre o fato de que o social corresponde a uma configuração significativa, simbólica, sobredeterminada, sendo o estabelecimento de suas “verdades” sempre precárias e contingentes. Essa configuração libera-o de todo e qualquer significado que seja transcendental, reconhecendo que os sentidos são gerados nos processos de articulação sociais, relacionalmente estabelecidos por atores políticos. Em síntese, como não há uma verdade válida para toda sociedade e para todo o sempre, tal acepção põe, por fim, o fenômeno da discursividade no centro das disputas e configurações sociais.

Oferecemos nessa subseção, de forma muito breve, a base geral da teoria do discurso de Laclau e Mouffe. Já na próxima subseção, tendo em vista os objetivos propostos nesse estudo, centraremos nossa atenção nos conceitos e categorias da teoria trabalhada que serviram de fundamento para elaboração da metodologia aplicada nessa dissertação.

⁶ "Post-foundationalism (...) must not be confused with *anti*-foundationalism or a vulgar and nowadays somewhat out-dated 'anything goes' type of postmodernism, since a post-foundational approach does not attempt to erase completely such figures of the ground, but to weaken their ontological status. The ontological weakening of ground does not lead to the assumption of the total absence of all grounds, but rather to that of the impossibility of a final ground, which is something completely different, as it implies an increased awareness of, on one hand, contingency and, on the other, the political as the moment of partial and always, in the last instance, unsuccessful grounding" (MARCHART, 2007, p.2).

2.1.1 Elementos conceituais da teoria do discurso

Perfilhados ao pós-estruturalismo, o “discurso”, em Laclau e Mouffe, dado o seu estatuto e natureza, adquire contornos específicos no âmbito da análise social, como veremos a seguir. Conforme já dissemos em subseção anterior, para os autores, o social é constituído discursivamente. Assim, um dos aspectos centrais dessa teoria gira em torno de como se constitui um discurso.

Primeiramente, nessa perspectiva, o discurso é compreendido como uma totalidade estruturada, resultante de uma prática articulatória estabelecida entre elementos diferenciais, que se unem com a finalidade de disputar com outros discursos a hegemonia no espaço social. Observa-se que por elementos diferenciais entende-se identidades dispersas no campo da discursividade, isto é, no local onde ocorrem as disputas discursivas e relações de poder. No entanto, esses elementos diferenciais, quando articulados a outros numa prática articulatória, passam, assim, a serem denominadas momento, como verificamos nas palavras dos autores:

No contexto desta discussão, chamaremos *articulação* qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória, chamaremos *discurso*. As posições diferenciais, na medida em que elas apareçam articuladas no interior de um discurso, chamaremos *momentos*. Por contraste, chamaremos *elemento* qualquer diferença que não esteja discursivamente articulada (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 178).

Ainda considerando esse processo, os autores frisam as seguintes características: I) Após entrar em uma prática articulatória, um elemento modifica parte de seus conteúdos iniciais para que a articulação entre elementos diferenciais se estabeleça; II) Porém, dada a natureza contingente e precária do discurso, uma prática articulatória, independente do tempo que vier a durar, nunca será para todo o sempre. Assim, a transição de elementos para momento nunca é completa; III) Por outro lado, após o término de uma articulação, nenhum elemento diferencial manterá seus conteúdos iniciais idênticos ao que eram antes da articulação.

Além disso, advertem que a articulação de um elemento numa determinada formação discursiva não impede que esse elemento venha a compor uma outra prática articulatória, simultaneamente. Nesse caso, um elemento será um elemento/momento diferente em cada um dos discursos que participar, isto é, suas

características serão modificadas de acordo com a sua relação com outros elementos em cada discurso, já que os sentidos são constituídos relacionalmente. A esse respeito, podemos citar uma mulher que atravessada por diferentes posições de sujeito – tais como mãe, filha, professora, militante, religiosa, etc. – assumirá em cada uma dessas formações discursivas, um sentido diferente.

Segundo os autores, uma prática articulatória dá-se necessariamente entre elementos diferentes, que em algum momento, se uniram em torno de um sentido comum, denominado por Laclau e Mouffe como “ponto nodal”. Logo, é elemento, que elucida como elementos portadores de particularidades que, ainda que contingentemente são parcialmente anuladas, não deixam de existir, conseguem unir-se em uma mesma cadeia discursiva, formando, assim, um discurso.

Concretamente, num primeiro momento, o ponto nodal corresponde a um elemento diferencial que também uniu-se a outros elementos diferenciais em uma prática articulatória. Sua ascensão a ponto nodal dá-se em meio ao processo de constituição da cadeia discursiva, por articular em torno de si os demais elementos diferenciais, atribuindo, assim, a característica principal do discurso empregado por essa cadeia. Consequentemente, a sutura do ponto nodal estabelece uma configuração na qual esse discurso central torna-se uma “visão de mundo” que cria novas posições de sujeito. É, portanto, nesse sentido, que o ponto nodal unifica o campo discursivo, atribuindo sentido às ações sociais a partir do seu funcionamento e de sua aceitação no cotidiano.

Vale notar que o discurso não consiste em mero fenômeno linguístico e que qualquer distinção entre uma prática discursiva e não discursiva é falsa, pois há uma estreita relação entre essas dimensões, segundo os autores, “estruturadas sob a forma de totalidades discursivas” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 180). Assim, apontam que “todo objeto é constituído como objeto discursivo, uma vez que nenhum objeto é dado fora de condições discursivas emergenciais” (ibid.). Por outro lado, é importante destacar que as dimensões da fala e da ação não são meramente justapostas. Antes, o sentido dessa articulação depende de um contexto nos quais tais elementos estão inseridos. A título ilustrativo, Laclau e Mouffe observam que:

(...) Se chuto um objeto esférico na rua ou se chuto uma bola numa partida de futebol, o fato físico é o mesmo, mas seu *significado* é diferente. O objeto é uma bola de futebol somente na medida em que ele estabelece um sistema de relações com outros objetos e essas relações não estão dadas pela mera referência material dos objetos, mas que são, pelo contrário,

socialmente construídas (LACLAU; MOUFFE, 1993, pp. 114-15, tradução livre).

Desta forma, a significação de um objeto está sempre imersa numa estrutura de sentidos. Noutras palavras, o que diferenciaria uma bola de futebol de um objeto esférico qualquer é a estrutura de sentidos, articulados a outros sentidos, que envolvem esses elementos num dado contexto. O processo de significação depende de um contexto relacional e negativo para existir, não podendo, portanto, ser considerado um ato subjetivo, mas antes, estrutural. Essa afirmação se impõe, pois um sentido somente pode existir relacionando-se e se diferenciando de outro. Como exemplificação disso, referir-se a uma bola de futebol no contexto esportivo somente faz sentido, porque essa bola não é uma chuteira, não é um jogador, não é um estádio e assim sucessivamente.

Outra observação que deve aqui ser apontada refere-se ao entrelaçamento desses pressupostos com a noção de materialidade do discurso, isto é, a ideia de que todas as ações de sujeitos, grupos sociais, instituições, rituais de diferentes ordens, etc. estão sempre atravessadas pela materialidade discursiva. Tal noção, também reativada da tradição marxista por Laclau e Mouffe, pouco difere da empregada por Althusser (em seu estudo sobre a ideologia), para justificar que o discurso (ou no contexto althusseriano, ideologia) existe por meio de e sob uma ideologia, provindo de uma existência objetiva.

Em suma, um discurso constitui as relações sociais mediante articulação de elementos diferenciais, que até então estavam dispersos, uns em relação aos outros, no campo da discursividade. O campo da discursividade, por sua vez, é o espaço onde diferentes formações discursivas vão disputar pelo seu domínio. A esse respeito, os autores afirmam que “qualquer discurso se constitui como tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro” (2015. p. 187). E nesse terreno, onde diversas formações discursivas estão em disputa, um discurso será sempre precário e contingente, visto que nenhuma formação discursiva institui-se para todo o sempre, ou nos termos laclauniano, é uma totalidade suturada.

Nessa subseção, buscamos apresentar os principais elementos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, destacando, os conceitos e categorias que serviram de base para a elucidação de como se forma socialmente um discurso. A seguir, apresentamos um breve panorama histórico do conceito de ideologia, sobretudo

suas abordagens clássicas, para, na sequência, retomarmos a forma como a ideologia vem sendo empregada na teoria laclauniana.

2.2 Considerações preliminares acerca da ideologia

Para iniciarmos essa discussão, vale destacar, antes de tudo, que o conceito ideologia merece um certo cuidado analítico, haja vista apresentar acepções ao longo dos tempos. Desde a sua elaboração inicial, no século XIX até os dias atuais, a diversidade com que esse conceito é abordado nos distintos campos das Ciências Humanas, e no senso comum, fazem-no alvo de permanentes debates e reformulações. Assim, como outras palavras de nosso vocabulário, seja no uso cotidiano ou no âmbito da teoria política, a ideologia não possui uma única definição, como veremos a seguir.

Considerando essas impressões iniciais, Slavoj Žižek (1996) apresenta o conceito de ideologia a partir de três sentidos distintos, quais sejam: i. O primeiro trata a ideologia enquanto conjunto de ideias voltadas para orientar a ação de indivíduos, grupos e instituições; ii. O segundo considera-a como tendo uma existência material; e iii. A terceira acepção da ideologia consiste em um modo analítico – classificado pelo autor por autodispersão – o qual tende a relativizar o alcance da ideologia. Assim, ou a ideologia é um processo ideológico determinante, mas atinge um pequeno contingente de pessoas, ou, inversamente, é pouco determinante e atinge um grande contingente.

Sabendo da diversidade com que esse conceito é definido, não pretendemos esgotar as diversas abordagens sobre esse tema. Antes, apresentamos algumas possibilidades de compreensão da ideologia na literatura especializada e, de forma mais acurada, na perspectiva laclauniana. Isso posto, esta seção foi dividida em duas subseções. Na primeira, é apresentado um brevíssimo panorama de algumas acepções a respeito da ideologia baseadas, sobretudo, nos clássicos. Na segunda subseção, apresentamos a noção de ideologia tal como é concebida por Ernesto Laclau.

2.2.1 Arqueologia de um conceito: As noções clássicas de Ideologias

A primeira acepção acerca da ideologia surge no período da Revolução Francesa, ao final no século XVIII. Nesse contexto, é cunhada pelo filósofo francês Antoine Destutt de Tracy na obra *Eléments D'Ideologie* (1801), em parceria com Cabanis, De Gérando e Volney. Esses pensadores, conhecidos por ideólogos, somente consideravam válidas as ideias e ações que tivessem uma explicação científica. Com base nisso, fundaram um novo campo de investigação, no qual propunham a observação sistemática das ideias como fenômeno social derivada da relação do homem com o seu meio social. Como resultado dessa observação, esses autores tinham por objetivo a criação de um novo projeto pedagógico a serviço da educação e da pátria, livre da moral religiosa. Assim, o termo ideologia foi empregado pela primeira vez como sinônimo de “ciência das ideias”.

Porém, não tardou muito para que essa primeira conotação sofresse sua primeira variação. Logo no início do século XIX, os ideólogos, que partilhavam de ideias antimonárquicas, chegando, nos idos de 1790, a compor o governo do Consolado de Napoleão Bonaparte, passaram a desferir-lhe fortes críticas em decorrência do reestabelecimento do regime monárquico. Em contrapartida, o Imperador passou a desacreditá-los publicamente. Assim, é nesse contexto e em consequência de tal querela, que o imperador teria declarado que “todas as desgraças que afligem a França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica (...)” (CHAUÍ, 1983, p.24). Nota-se, portanto, que foi a partir da associação do termo ideologia aos pensadores “ideólogos”, que a noção de ideologia ganha notoriedade, porém com um sentido pejorativo relacionado às ideias metafísicas, ilusórias e abstratas, desconectadas da realidade.

Desde então, o termo foi retomado por distintos pensadores, os quais dentre esses destacamos Augusto Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Friedrich Engels, Althusser, Zizek, que lhes atribuíram sentidos diversos. Dentre os pensadores que mantiveram um sentido próximo ao atribuído por Napoleão, Karl Marx e Friedrich

Engels são os mais proeminentes, a partir da obra “A ideologia Alemã”, publicada em 1847. Como é sobejamente conhecido, esses autores empregaram a noção de ideologia como sinônima de um processo de mascaramento e falseamento da realidade social. De tal forma, seja de forma explícita ou nas entrelinhas, a concepção marxista do termo conduz a uma visão instrumental, ancorada no pressuposto da existência de um real não distorcido, não ideológico. Pois, dado que os indivíduos seriam determinados pelas condições de produção da própria vida material, a conclusão imediata é a de que somente mediante o controle total dos seus meios de subsistência, que os homens superariam a sua condição de alienado. Nas palavras dos autores:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material... Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc. mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas (MARX e ENGELS, 1989, p. 36).

Em outros termos, sugerem que os homens são o que constroem e o que suas condições reais de vida lhes permitem ser. Assim, a sua consciência do mundo está relacionada à forma como vivem, o que produzem e como produzem. De tal forma, a formação sócio-histórica a qual este homem está inserido o orientará ideologicamente. É nesse sentido que, segundo Marx e Engels, a ideologia opera como falsa consciência, traduzindo uma visão deformada do mundo, isto é, uma ilusão situada na realidade vivida.

Augusto Comte foi outro autor clássico que abordou o conceito de ideologia, ainda que brevemente, na obra *Cours de Philosophie Positive* (1830). Nessa publicação, ele definiu a ideologia como uma atividade filosófica científica que “estuda a formação das ideias” (Chauí, 1993, p. 25), empregando-a, portanto, num sentido próximo ao engendrado por Destutt. Porém, em verdade, o autor adiciona a ideologia um novo significado, qual seja, relacionada as ideias de uma época. Por meio dessa última noção, ele argumentou que o pensamento humano pode ser dividido em três etapas evolutivas, a saber: a teológica, a metafísica e a científica.

Em sentido diverso, Émile Durkheim, em “As regras do método sociológico” (1895), a ideologia foi apresentada como “ideias subjetivas”. No entanto, como nessa perspectiva, a análise sociológica deve ser despojada de toda subjetividade do investigador, a fim de que investigue os fatos sociais como coisas, para Durkheim, a ideologia foi destituída de qualquer valor científico.

Já no século XX, o conceito de ideologia foi retomado por vários outros pensadores filiados, sobretudo, ao pensamento marxista, porém não se limitando a ela. Assim, outro importante autor que trabalha com o conceito é Louis Althusser. No entanto, esse autor diferencia-se a noção adotada por Marx, por a tomar a questão ideológica a partir de um prisma gnosiológico, que, por sua vez, dialogará com a noção defendida por Laclau, conforme veremos na próxima subseção. Sendo assim, para Althusser, que se dedicou ao estudo do conceito na obra “Aparelhos Ideológicos de Estado” (1985), a compreensão da ideologia pode ser subdividida em duas partes: uma teoria geral, uma teoria particular. Em sentido mais amplo, a primeira noção corresponde à dimensão ontológica da ideologia, apontando para a trans-historiedade e onipresença. Já a “teoria das ideologias particulares” dizem respeito ao caráter ôntico da ideologia, ou seja, ao estudo dos diferentes tipos de ideologias existentes, tais como as “ideologias de classe”, que, possuem, por sua vez, uma história e são determinadas, em última instância, externamente a ela.

Com efeito, em sua interpretação ontológica, a ideologia é definida como estruturas imanentes do imaginário da sociedade, sem as quais essa não poderia subsistir. Assim, como observa o autor, um sistema de representação se impõem aos homens por meio das suas relações vividas com o seu mundo:

Os homens expressam, com efeito, não as suas relações nas suas condições de existência: o que se supõe, ao mesmo tempo, relação real e relação ‘vívda’, ‘imaginária’. A ideologia é, então, a expressão da relação dos homens com o seu mundo, isto é, a unidade (sobredeterminada) da sua relação real e da sua relação imaginária com as suas condições de existência reais. (...) É nessa sobredeterminação do real pelo imaginário e do imaginário pelo real que a ideologia é, em seu princípio ativo, que ela reforça ou modifica a relação dos homens com as suas condições de existência, na sua própria relação imaginária (1985, p.240-241).

É nesse contexto que Althusser introduz em seu esquema explicativo o conceito estratégico da ideologia como prática material. Em linhas gerais, essa interpretação se desenvolve da seguinte forma. A ideologia possui uma existência material, pois está ligada ao fato de os indivíduos ser interpelados como sujeitos,

mediante a submissão/sujeição deles ao poder dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) – quais sejam, as instituições religiosa, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, cultural, dentre outros – o que garante o reconhecimento mútuo entre sujeitos e o Sujeito, e a reprodução de suas regras, normas e valores. Noutras palavras, a existência dos homens somente pode ser percebida materialmente através de suas ações, que são reguladas por ritos materiais, definidos, por sua vez, pelos AIE. Assim, concretamente, a constituição dos sujeitos é o resultado de um processo ideológico no qual os indivíduos são interpelados no meio do mundo. É somente através desse processo ideológico, que ocorre no inconsciente, que os sujeitos se tornam aptos para interpretar o real, a partir de uma determinada visão de mundo, que julgam ser a sua. Para melhor compreensão desde ponto, é possível emprestar o exemplo de Zizek, ao citar o próprio Althusser:

A fé religiosa, por exemplo, não é apenas nem primordialmente uma convicção interna, mas é a Igreja como instituição e seus rituais (orações, batismo, crisma, confissão etc), os quais, longe de serem uma simples externalização secundária da crença íntima, representam os próprios mecanismos que a geram. Quando Althusser repete, seguindo Pascal, “Aja como se acreditasse, reze, ajoelhe-se, e você acreditará, a fé chegará por si”, ele delineia um complexo mecanismo reflexo de fundação “autopoiética” retroativa que excede em muito a afirmação reducionista da dependência da crença interna em relação ao comportamento externo. Ou seja, a lógica implícita dessa argumentação é: ajoelhe-se e você acreditará que se ajoelhou por causa de sua fé — isto é, o fato de você seguir o ritual é uma expressão/efeito de sua crença íntima; ao ser executado, o ritual “externo” gera sua própria base ideológica (ZIZEK, 1996, p. 18).

De acordo com a passagem acima, podemos perceber que a interpelação pretende não apenas a ritualização de um ato, mas a sua adesão. Eis a convocação da oração: se ajoelhe e atue dessa forma, entre em contado imediato com Deus e experiencie a “bondade do Senhor”. Esse processo ideológico, da transformação de um indivíduo em cristão, recruta sujeitos pela interpelação. Desta maneira, a ideologia garante a coesão dos papéis sociais. Tal sentido refere-se, portanto, às funções estruturais que a ideologia desempenha na totalidade social. De fato, como fica nítido, Althusser não nega a imprescindibilidade do fenômeno ideológico para as relações sociais. Para autor, o paradoxo, no entanto, é que nas sociedades capitalistas o poder é sempre exercido pela classe economicamente dominante, o que gerou a reprodução da ideologia dessa classe nos AIE. O resultado, portanto,

seria a subordinação da ideologia das classes proletárias e pequenos burgueses à da classe dominante.

Essa inversão epistemológica implica um modo de tratamento diferenciado à ideologia dentro da tradição marxista, a partir do deslocamento do caráter ocultador e falseador da ideologia meramente como falsa consciência. Percebemos, portanto, que Althusser exerce influência na concepção pós-marxista da ideologia, em Laclau e Mouffe, como veremos a seguir.

Por fim, deve-se dizer que muitos são os autores que teorizam acerca da ideologia, em sentidos diversos. Porém, dado que o nosso objetivo principal não foi apresentar o conceito de ideologia em toda sua vastidão, mas apresentar principalmente a forma como esse conceito é compreendido dentro da teoria do discurso, uma análise mais detalhada das diferentes noções de ideologia extrapolaria os limites dessa dissertação. Assim, tratou-se aqui de mostrar algumas de suas principais abordagens que nos coloca no cerne da questão.

2.2.2 A Ideologia como fenômeno discursivo

A fase inicial da teorização acerca da ideologia em Laclau está posta na obra “Política e ideologia na teoria marxista”, lançada em 1978, na qual, sob forte influência de Althusser, o autor analisa a ideologia na sua forma nacional-popular ou populista. Porém, é a partir do lançamento de “Hegemonia e Estratégia Socialista”, em 1985, que Laclau e Mouffe introduzem um novo enfoque à ideologia. Esta passa a ser compreendida como um fenômeno discursivo, como veremos a seguir. Além desse texto, destaca-se também o livro “Misticismo, Retórica e Política” (2002), cujo tema é abordado de forma central.

O ponto de partida indispensável para a compreensão do conceito ideologia adotada por Laclau (2002) é a crítica feita à predominância de uma dialética binária da ideologia como oposto de verdade. Basicamente, o fundamento dessa visão baseou-se na noção de falsa representação empregada, sobretudo, pelo marxismo, que considerava haver uma verdade positiva passível de ser acessada pelos homens. Não obstante, essa particular interpretação do real está atrelada à ideia de que seria possível o acesso não-mediado ao “mundo real”. Isto é, a existência de

uma base extra-discursiva a partir da qual um observador – posicionado em um nível metalinguístico – pudesse olhar e refletir sobre a essência da realidade sem nenhuma mediação ou distorção. Existiria, portanto, nessa perspectiva, um ponto privilegiado, fora da ideologia, a partir do qual um observador pudesse observar os fenômenos sociais, atingindo uma visão isenta e global da realidade. Como exemplificação desse cenário, não raras vezes, observamos que a ideologia é associada a uma dimensão meramente retórica em nosso cotidiano. Quando ouvimos alguém dizer que uma determinada pessoa agiu ideologicamente, subentende-se que para o emissor de tal sentença, há uma dimensão supostamente neutra, de onde ele poderia fazer uma crítica da ideologia.

Com uma leitura diferente, Laclau – que tem como pressuposto uma visão antiessencialista – renúncia analiticamente à concepção de uma verdade absoluta e transparente. Contrariamente, defende que o acesso a uma realidade não mediada é uma impossibilidade. Cabe ressaltar, ainda, que a ideologia é passível de críticas. Antes, porém, a impossibilidade a qual Laclau se refere, apoia-se no fato de que qualquer crítica que se faça a essa noção é sempre intra-ideológica. Recordemos aqui, que não existe, no âmbito do discurso, um terreno sumamente neutro, extra-ideológico, que possa ser conhecido verdadeiramente. Assim, toda crítica à ideologia parte de outra ideologia.

Fazendo menção às ideias deste autor, Mendonça esclarece que “vivemos numa eterna guerra de interpretações como um pressuposto ontológico do social. É com esse viés que a verdade ou o sentido não distorcido não serão alcançados jamais” (MENDONÇA, 2014, p. 148). Assim, a investigação da essência do real faz parte da ordem do impossível. Isto se explica pelo fato da realidade ser sempre mediada e constituída discursivamente. E esse processo discursivo dá-se por meio da significação, que pode ocorrer de diversas maneiras, a partir das lentes sobredeterminadas dos sujeitos (MENDONÇA, 2014).

Contudo, é importante destacar que o autor mantém as noções de falsa representação e de distorção, aplicando-as, porém, em sentido diverso ao marxismo. Nesse sentido, Laclau insiste que a compreensão da realidade passa, necessariamente, pelas lentes da falsa representação e da distorção, por entender que a compreensão dessas ferramentas é central para o desmantelamento de toda operação metalinguística (Laclau, 2002, p. 14). Para compreender melhor essa relação, vejamos uma passagem onde o autor busca esclarecer esse ponto:

O que se trata, contudo, é de uma distorção constitutiva. Quer dizer que estamos postulando um sentido originário (porque este é requerido por toda a distorção) e negando-o (porque a distorção é constitutiva). Nesse caso, a única possibilidade lógica de manter essas duas dimensões aparentemente antinômicas é se o sentido original é ilusório e a operação distorcida consiste precisamente em criar essa ilusão – ou seja, projetar, em algo que é essencialmente dividido, a ilusão de uma plenitude e autotransparência que estão ausentes (LACLAU, 2002, p. 17).

A partir disso, podemos auferir que a ideologia como distorção surge, nessa perspectiva, como uma dimensão de toda a representação. Aqui, tal dimensão não se resume a uma instância, nível ou âmbito da sociedade, mas, pelo contrário, é compreendida como a própria condição da sociedade. O ideológico é uma dimensão impossível de ser suprimida do social, pois possui um status ontológico específico privilegiado: sem ideologia, a sociedade tornar-se-ia uma impossibilidade. Segundo o autor, a tentativa de fechamento de sentidos é própria da ideologia, que permite a sutura ilusória da ordem social. Em suas palavras, a ideologia representa “um conteúdo particular que se apresenta como mais que si mesmo” (LACLAU, 2002, p. 21), numa tentativa de fornecer um fechamento da ideia de sociedade transparente ou liberada.

O autor esclarece, então, que, em decorrência do processo de significação, e principalmente, de sedimentação hegemônica, algumas formas de significação são excluídas em nome de uma unidade ou coesão. Esse processo de exclusão deve ser compreendido como o resultado de uma investida ideológica, tendo em vista que a ideologia representa sempre uma tentativa de fechamento de sentidos.

Como já enfatizamos, a fixação absoluta de sentidos é sempre uma impossibilidade. Porém, a despeito desse fato, todo discurso é uma tentativa de dominar o campo da discursividade, na busca sempre vã por se estabelecer como uma verdade social universal que, embora impossível, é, paradoxalmente, necessária.

Convém mencionar também que, conforme aponta Zizek (1996), os sentidos socialmente produzidos não são inerentes a uma ideologia como tal. Antes, esses sentidos funcionam como significantes soltos, cujos significados são fixados em uma articulação hegemônica, aproximando-os, portanto, da lógica da hegemonia. Assim, a ideologia deve ser encarada como um fenômeno do discurso, que atua como um “cimento” nesse processo, ou seja, fornecendo a ele uma ideia de produção de uma

verdade. Para compreender melhor este ponto, citamos extensivamente Zizek, em um exemplo sobre a relação entre significante e ideologia:

A ecologia, por exemplo, nunca é a "ecologia como tal", mas está sempre encadeada numa série específica de equivalências: pode ser conservadora (defendendo o retorno a comunidades rurais equilibradas e estilos tradicionais de vida), estatal (só uma regulamentação estatal forte é capaz de nos salvar da catástrofe iminente), socialista (a causa primordial dos problemas ecológicos reside na exploração capitalista dos recursos naturais, voltada para o lucro), liberal-capitalista (os danos ambientais devem ser incluídos no preço do produto, deixando-se ao mercado a tarefa de regular o equilíbrio ecológico), feminista (a exploração da natureza segue a atitude masculina de dominação), autogestora anarquista (a humanidade só poderá sobreviver se se reorganizar em pequenas comunidades autônomas que vivam em equilíbrio com a natureza), e assim por diante. A questão, é claro, é que nenhum desses encadeamentos é "verdadeiro" em si, inscrito na própria natureza da problemática ecológica: qual desses discursos terá êxito em se "apropriar" da ideologia depende da luta pela hegemonia discursiva, cujo desfecho não é garantido por nenhuma necessidade subjacente ou "aliança natural". A outra consequência inevitável dessa noção de articulação hegemônica é que a inscrição estatal, conservadora, socialista etc. da ecologia não designa uma conotação secundária que suplemente seu sentido "literal" primário: como diria Derrida, esse suplemento (re)define retroativamente a própria natureza da identidade "literal" — um encadeamento conservador, por exemplo, lança uma luz específica sobre a problemática ecológica em si ("por sua falsa arrogância, o homem abandonou suas raízes na ordem natural" etc) (ZIZEK, 1996, p. 17/18).

Assim, qualquer ideologia, tal como conhecemos, tem sua natureza precária e contingente, fruto de uma articulação de sentidos diferenciais. E como não há, nessa perspectiva, um discurso sedimentado que não possa vir a sofrer uma variação, todas as ideologias estão sempre sujeitas e terão os seus sentidos conjunturalmente modificados.

Como última observação, lembramos que Laclau, em sua formulação teórica, emprega a noção de materialidade da ideologia em sentido semelhante ao utilizado por Althusser. Se, como dissemos, a ideologia é um fenômeno que ocorre dentro do discurso, em processo análogo a este, o fenômeno ideológico possui uma existência objetiva, material, prescrita em ações e regulada por um ritual, seja ele um rito político, religioso, entre outros. A ideologia, portanto, corresponde a um conjunto particular de efeitos dentro do discurso, materializada em ações de indivíduos e instituições, e que produz, em tal discurso, um efeito de fechamento de sentidos, de produção de verdade.

2.3 Considerações

Tendo em vista o objetivo desse capítulo, qual seja, a apresentação dos principais elementos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, este foi dividido em duas partes. Na primeira parte, o leitor foi remetido aos aspectos gerais da formação de um discurso, tal como é compreendido, da teorização laclauniana e mouffeana. Já a segunda parte, apresentou-se brevemente algumas concepções acerca da ideologia, desenvolvida, sobretudo, por autores clássicos e, na sequência, demonstrou-se a forma como a ideologia foi empregada na teoria laclauniana, isto é, como um fenômeno discursivo.

Essa apresentação convidou, então, o leitor para uma reflexão sobre o papel do discurso e da ideologia na conformação das relações sociais e comportamento dos sujeitos coletivos, tema de fundo que embasa esse estudo.

3 PARTIDO DOS TRABALHADORES

Nesse capítulo, buscamos apresentar um guia explicativo razoável para situar o debate acerca da heterogeneidade discursiva empunhado pela agremiação petista, no período de nossa análise. Com esse objetivo, a primeira parte do capítulo se estrutura em torno do processo de formação do PT e sua conformação interna, sobretudo, nas duas primeiras décadas. Na base dessa configuração, encontram-se as disputas intrapartidárias, que têm sido, historicamente, marcas da heterogeneidade discursiva ideológica aqui enfocada.

Além disso, como uma aproximação dos atores políticos do campo investigado, realizamos na segunda parte deste capítulo, uma breve caracterização da bancada dos parlamentares petistas eleita em 2002 para a 52ª legislatura (2003-2007) da Câmara dos Deputados.

3.1 Breve panorama da trajetória do Partido dos Trabalhadores

Parte da nova esquerda⁷ pós-1964, que apostava na via partidária para a criação de um projeto societário mais igualitário e justo, alcançou um novo patamar na esfera

⁷ Por nova esquerda, entende-se os movimentos políticos de esquerda surgidos em vários países a partir da década de 1960. Caberia a esses movimentos assumir uma postura moderna frente a esquerda arcaica dos anos 50, cuja crítica recai, sobretudo, as distorções produzidas pelo estatismo comunista e a redução do pensamento de Marx a uma ortodoxia. No Brasil em particular, Bresser Pereira (1990) aponta que o PT “parecia destinado a assumir o papel da esquerda moderna, à medida que suas bases estavam nos setores mais modernos da classe operária brasileira, mas afinal esse partido acabou incorporando grande parte das ideologias da velha esquerda nacionalista e protecionista. Se o PT se transformará ou não em um partido moderno é uma incógnita” (BRESSER PEREIRA, 1990, p.52).

política a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República em 2002. A partir daí, pudemos observar a consolidação institucional de um dos mais importantes representantes das esquerdas em toda América Latina contemporânea. Iniciava-se, ali, um novo período histórico no país, no qual um partido de origem operária e popular se sagrou vitorioso em quatro eleições presidências ininterruptas, primeiramente – na figura de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002 e 2006, seguido por Dilma Rousseff, em 2010 e 2014⁸. Entretanto, se por um lado o Brasil foi marcado, nesse contexto sob a égide da “década petista”, por importantes avanços sociais com grande impacto, sobretudo, na vida dos mais pobres, por outro lado, este governo, marcado também por conflitos e contradições, gerou inúmeras controvérsias interpretativas e políticas que perduram até os dias atuais. As reações logo se fizeram notar: observa-se que alguns especialistas viram nesse processo o desvelamento da gradual pragmatização e moderação do PT. Segundo André Singer (2010), o marco de irrupção da transformação petista data de mais de 20 anos, estando situado, sobretudo, na década de 1990, quando a sigla teria assumido uma opção política estratégica pela maximização de votos. Além do mais, ganha corpo intenso debate sobre os rumos e, simultaneamente, os limites institucionais de atuação das esquerdas latino-americanas atuais.

A criação do PT está diretamente atrelada ao surgimento do Novo Sindicalismo⁹, movimento operário forjado nas greves metalúrgicas ocorridas na região do Grande ABC Paulista, à época a região com os mais altos índices de sindicalização no Brasil, entre os anos de 1977 e 1980. O perfil do partido assumiu, desde os seus anos iniciais, uma conformação heterogênea, pois aos sindicalistas, somaram-se outros grupos e setores da sociedade, unidos em prol do objetivo comum de criação de um partido político que defendesse os interesses populares.

⁸ No que diz respeito ao último mandato presidencial petista, iniciado em janeiro de 2005, é importante ponderar a sua interrupção com o impeachment da agora ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), em 31 de agosto deste ano, sendo substituída pelo então vice-presidente, Michel Temer (PMDB). Discorrer sobre o longo debate, em curso, quanto a legitimidade política e jurídica desse processo extrapolaria o escopo deste estudo. Apesar dessas limitações, e lembrando que o objetivo aqui é tão somente caracterizar o discurso ideológico petista, parece suficiente registrar o declínio institucional do PT, que também marca o fim de um ciclo.

⁹ Entende-se por novo sindicalismo o segmento do movimento sindical que rompeu com o sindicalismo burocrático-assistencial implementado no período Vargas, via CLT, e fortalecido durante os anos da ditadura militar. Coube, a esse setor, “a combinação entre reivindicações econômicas imediatas e aspectos da luta política mais geral como a democratização do Estado, autonomia e liberdade sindical, fim da política de arrocho salarial e salário mínimo nacional” (BORGES, 1998, p.24).

Dentre esses grupos, alguns têm destaque. São eles: os movimentos populares influenciados pelos setores progressistas da Igreja Católica, tais como a Teologia da Libertação; estudantes ligados à UNE, a qual nesse período havia sido posta pelos militares na clandestinidade; políticos profissionais, já estabelecidos, ligados à esquerda do MDB, partido de oposição ao regime; professores universitários; militantes de organização trotskistas, como a Liga Operária e o Movimento de Emancipação do Proletariado; remanescentes da luta armada. Foi nessa atmosfera tão diversa, em que a norma era, por natureza e definição, o debate democrático, que se desdobrou a fundação do Partido dos Trabalhadores, oficialmente em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (KECK, 1991; SECCO, 2011).

Pelo fato histórico de ter nascido no bojo de grupos tão diversos, que abarcou desde reformistas à trotskistas, passando por leninistas, stalinistas, socialistas cristãos, socialistas democráticos, etc., tal configuração revela ainda os enormes desafios impostos ao partido desde a sua gestação, quanto a sua congruência ideológica. Um exemplo, nesse sentido, pode ser encontrado nos documentos iniciais do PT, pois, conforme adverte Keck, a *Carta de Princípios*¹⁰, datada de 1979, mostra as controvérsias sobre o tipo de partido a ser criado e modo de sua formação.

Nessa mesma linha, Espar (2006), que realizou uma análise comparativa entre essa Carta e o *Manifesto de lançamento*¹¹ do Partido dos Trabalhadores (1980), aponta que a interpretação em conjunto desse material apresenta “uma primeira amostra pública dos conflitos ideológicos existentes no PT” (2006, p. 207). Não é à toa, por exemplo, que o termo socialismo tenha sido usado de maneira bem ampla no discurso proferido por Lula na 1ª Convenção Nacional do PT, em 1979¹², sem porém avançar uma definição precisa.

¹⁰ Esse documento foi lançado em 1º de maio de 1979, resultado de uma “Comissão Nacional Provisória” composta por dirigentes de sindicatos da região do ABC.

¹¹ Esse documento, oficializado como texto fundador do partido, traz o aval de aproximadamente 750 lideranças políticas presentes no congresso de fundação do partido, realizado no Colégio Sion, no dia 10 de fevereiro, em São Paulo (MENEGUELLO, 1989)

¹² “Há muita gente que pergunta: qual é a ideologia do PT? O que pensa o PT sobre a sociedade futura? Aqueles que colocam tais perguntas avançam, ao mesmo tempo, as suas próprias interpretações, que visam, em alguns casos, criticar o Partido. Não seria o PT apenas um partido trabalhista a mais? Não seria o PT apenas um partido social-democrata, interessado em buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo? Sabemos de onde vêm essas dúvidas e essas interpretações. E sabemos disto até porque são compartilhadas por alguns militantes do próprio Partido, que construíram, para si, a teoria estranha de que o PT é uma frente ou um partido apenas

Para compreender melhor o discurso empunhado pelo PT, faz-se necessário um maior entendimento a respeito da dinâmica interna da agremiação. Nesse sentido, a participação social dos militantes petistas organiza-se em grupos, oficialmente denominadas “tendências” – fenômeno partidário que pode ser associado ao “partido de facção” teorizado por Sartori (1982). Os impactos mais fortes dessas disputas intrapartidárias aconteciam nos encontros e congressos realizados pela sigla, onde as disputas se davam por meio de apresentação de teses, as quais expunham seus projetos políticos

Tendo em vista a diversidade dos grupos que já compuseram o PT, uma análise mais detalhada sobre as peculiaridades teóricas e programáticas de cada uma dessas tendências foge ao objetivo desse trabalho¹³, motivo pelo qual não serão destacadas neste texto. Apesar disso, e a despeito das diferentes perspectivas guardadas por esses grupos, parece suficiente sublinhar que a polarização interna no PT deu-se, via de regra, em torno de dois grandes polos, quais sejam: os moderados e os radicais.

Em linhas gerais, os moderados representam uma ala formada nos anos iniciais do PT, composto pelos militantes considerados mais centristas dentro da agremiação, que acabaram por conformar a tendência “Articulação dos 113” (conhecida como “Articulação”) em 1983. Composta por sindicalistas, intelectuais, parlamentares e parte dos integrantes dos movimentos populares urbanos, tal tendência desfrutou de certa primazia em relação aos demais grupos abrigados no partido (MENEGUELLO, 1989, p. 70).

De fato, a tendência Articulação – que possuía nomes expressivos no cenário político nacional, tais como Aloísio Mercadante, Luís Inácio da Silva, José Dirceu, Olívio Dutra, dentre outros – representou a primeira grande coalizão “dominante” a

tático (...). Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a ideia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos, também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo. O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. Seria muito fácil, aqui sentados comodamente, no recinto do Senado da República, nos decidirmos por uma definição ou por outra. Seria muito fácil e muito errado. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém.” (In Fundação Perseu Abramo. Disponível em <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/discursodelula1convecao.pdf>>Acessado em: 18/05/2016).

¹³ Para mais informações, ver: “História do PT”, por Lincoln Secco (2011).

atuar no interior da sigla, consolidando-se como força hegemônica nos órgãos de direção municipal, estadual e nacional. Daí porque, o PT, foi presidido por quadros dessa tendência, ininterruptamente, desde sua criação até a primeira metade da década de 1990¹⁴. Para Keck, a proeminência desse grupo estaria relacionada basicamente a dois fatores, quais sejam, ao seu forte potencial organizacional, e a ligação dessa tendência com a maioria dos parlamentares eleitos pelo PT nas esferas municipais e estaduais à época.

Por sua vez, os atores políticos organizados em torno dos grupos radicais, representavam um grupo minoritário, de orientação leninista e trotskista, conhecidos como “xiitas” dentro do partido (KECK, 1991; MENEGUELLO, AMARAL, 2008). Afirmar, entretanto, que durante esse período, os grupos minoritários não exerceram uma importante atuação, seria algo inexato. Pois, ao mesmo tempo que foram ensombrados pela hegemonia da Articulação, avolumaram-se as divergências e os conflitos entre os setores mais radicais e a direção do PT no período. Essa tensão é revelada de forma mais transparente em 1986, quando militantes vinculados à ala radical envolveram-se em um assalto, em nome da Nicarágua sandinista. Tal episódio, que repercutiu negativamente em todo país, lançou as bases para uma expressiva alteração na conduta adotada pelo partido no que diz respeito a “descentralização” da atuação de tendências, que, até então, não eram regularizadas estatutariamente. Nesse contexto, vale destacar o “*Plano de Ação política e organizativa do PT para o período 1986-1988*”, apresentado pela direção do partido em 1986, no seu 4º Encontro Nacional (EN), que traduz a tensão do período:

“(...) coabitam dentro do Partido diferentes correntes ou tendências organizadas, que possuem sua própria política e sua própria disciplina, grande parte das vezes em contraposição à política adotada democraticamente pelo Partido, rompendo com a disciplina do PT, cujo aspecto mínimo é o cumprimento das decisões do PT. Algumas tendências dentro do PT constituem partidos dentro do Partido” (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 1986, p. 20).

No bojo dessas discussões, ficou definido, no encontro seguinte, que as tendências não poderiam ter estratégias e objetivos próprios. Ainda assim, conforme observa Ozaí (2008), dadas as divergências internas acerca do tema, o documento

¹⁴ Entre 1980 até 1987, o PT foi presidido por Lula; de 1988 à 1990, por Luiz Gushiken; e de 1990 à 1994, por Lula novamente.

final da *Regulamentação das Tendências Internas*¹⁵ somente foi aprovado quatro anos após iniciado o debate, em 1990, no 7º Encontro Nacional. Amaral (2010), ao investigar os efeitos desse processo, aponta que essa regulamentação representou transformações substanciais da dinâmica interna do PT. Assim, como já era esperado, a autonomia, gozada pelas tendências até então, foi reduzida significativamente. Além disso, a regulamentação acabou por conferir ainda mais poder de mando ao campo dominante, já que as “teses guias” do partido – as quais todos os grupos e filiados deveriam se submeter - fora, via de regra, de iniciativa desse grupo.

A partir da década de 1990, intensificaram-se os conflitos e embates internos com a expulsão de duas tendências de orientação trotskista vinculadas ao PT¹⁶, recalitrantes das diretrizes políticas que o partido vinha assumindo. Ainda durante esse período ocorreu, em 1993, uma cisão no campo majoritário, que promoveu a reorganização dos campos de força, internamente. Daí, resultaram duas novas tendências: a “Articulação – Unidade na Luta”, que conservou a ala mais moderada, e a tendência “Articulação de Esquerda”, passando, esta última, a atuar mais à esquerda dentro do partido (GUTIERREZ; MARTUSCELLI, 2003).

Em reação a esse processo, uma aliança entre as tendências “Articulação de Esquerda” e “Democracia Socialista”, no 8º EN, levou os grupos mais a esquerda à frente do diretório nacional do PT (1994-1995). Mais precisamente, pela primeira vez na história do PT, a ala mais moderada não estava à frente do Diretório Nacional. Com efeito, conforme observa Felipe Silva (2012), a mudança de direção, no binômio, foi decisiva para a campanha presidencial de 1994, por evitar a aliança petista com os partidos PDT e PSDB, possibilidade que vinha se desenhando até o início do ano de 1994.

Entretanto, há que se registrar que não tardou até que a direção da agremiação retornasse as mãos dos grupos mais moderados. Já no EN seguinte, as

¹⁵ “*Regulamentação das tendências internas*”, aprovada em 20 de maio de 1990; Disponível no site da Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br).

¹⁶ Em 1992 a tendência Convergência Socialista foi expulsa do PT, depois de fazer, durante o processo de impeachment de Fernando Collor, formalmente, por ter feito campanha aberta pela realização imediata de novas eleições presidenciais. Nesse mesmo ano, a tendência Causa Operária também foi expulsa do PT por divergências internas. Essa já vinha sofrendo sanções da direção do PT desde as eleições presidenciais de 1989, quando se opôs à coligação do partido com o PSB para as eleições presidenciais. Por conta disso, seus integrantes foram impedidos de participar das eleições de 1990, do I Congresso Nacional do PT (1991), sendo, por fim, expulsa em 1992 (SILVA, O. 2003).

tendências “Articulação – Unidade na Luta” e “Democracia Radical” uniram-se para concorrer a direção nacional do PT, sagrando-se vitoriosas em meio a uma acirrada disputa. Esse resultado demarca, na história petista, o início de um novo período de hegemonia da ala moderada – que se configura no chamado “Campo Majoritário” –, a qual comandaria a maioria do Diretório Nacional do PT pela próxima década¹⁷ (MENEGUELLO, AMARAL, 2008).

Muitos fatores são apontados pela bibliografia especializada sobre a sobreposição da visão mais pragmática no PT. À guisa de exemplo, para Samuels (2004), a experiência petista em governos subnacionais impulsionou o aumento de uma militância com uma postura mais pragmática o que, consequentemente, fortaleceu os grupos de orientação mais moderada em votações nas instâncias internas do partido. Além disso, o autor argumenta que a maior inserção institucional do PT, nas esferas executivas e legislativas, teria provocado o arrefecimento da atuação dos movimentos sindicais e sociais. Essa relação delineou, por assim dizer, a complexidade do relacionamento do partido com os movimentos sociais e sindicais, pois quadros desses grupos faziam parte da base social do PT, e muitos passaram a compor cargos nas esferas legislativas e executivas.

Conforme apontam Kowarick e Singer (1993), a eleição de Luiza Erundina à Prefeitura Municipal de São Paulo, em 1988, foi um episódio que representou, particularmente, o momento da consolidação do PT como organização de massa no sistema político-eleitoral. Entretanto, os autores notam que a ênfase nos grupos organizacionais minoritários terminam nesse contexto, pois foi a partir daí que um *“estilo que gestão que passou a privilegiar o executivo enquanto instância de negociação de múltiplos e divergentes interesses presentes na Metrópole”* (p.195).

Observa-se que esse diagnóstico é complementado por Simões (1992) e Cláudio Couto (1995), ao convergirem para o reconhecimento de que tal experiência foi fundamental para o fortalecimento da visão, dentro do partido, que entendia a flexibilização de propostas e a ampliação do leque de alianças políticas como ações necessárias e estratégicas para governar. Hunter (2007), por sua vez, vai atribuir a mudança petista, principalmente, a fatores exógenos ao partido. Nesse sentido, a causalidade para a autora tem haver com um eleitorado e sistema eleitoral cada vez

¹⁷ Entre 2005-2007, nenhuma tendência ou campo conseguiu estabelecer-se isoladamente majoritário no Diretório Nacional do PT. A partir de 2007, o “Grupo Majoritário” foi reconstituído, primeiramente em torno das tendências CNB/Mensagem, seguido pela articulação entre CNB/ Novos Rumos/ PT de Luta e Massa.

mais fragmentado, co-determinando que o partido adotasse uma posição cada vez mais moderada para finalmente vencer as eleições presidenciais. Além disso, aponta, que o cenário econômico global dos anos 1990 implicou a impossibilidade de combinação entre competição eleitoral e a posição de contrariedade às reformas pró-mercados.

Em paralelo, outras estratégias de flexibilização foram se fortalecendo ao longo da década de 1990, com a capitulação do PT diante da ampliação do leque de alianças eleitorais. Nota-se que as coligações eleitorais tão marcantes hoje na história do PT, apareciam já nas eleições presidenciais em 1989, com a “Frente Brasil Popular”¹⁸. No entanto, se esta última for comparada às coligações realizadas pela sigla na década de 1990, percebe-se que estas eram, em sua maioria, mais difusas ideologicamente. É o caso da “Frente Brasil Popular da Cidadania”¹⁹ e da “Coligação União do Povo Muda Brasil”²⁰, capitaneadas pelo PT para os pleitos presidencial de 1994 e 1998, respectivamente.

Ainda assim, pontua-se por oportuno que, embora o PT tenha adotado uma postura progressivamente mais moderada, apresentando-se como um partido mais adaptado ao jogo institucional, há de se destacar também o fato de ter havido no período em foco uma contundente atuação do partido no campo da oposição, frente à ofensiva neoliberal do “Consenso de Washington”.

Num breve resgate histórico, os anos de 2000 trazem uma mudança de direção para o continente Sul-Americano com o advento da “Onda Rosa”. Ou seja, à ascensão relativamente sincronizada de partidos considerados de esquerda ao poder, a exemplo de Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil, Hugo Chávez, na Venezuela, Evo Morales, na Bolívia, Néstor Kirchner, na Argentina e Tabaré Vázquez, no Uruguai, dentre outros (SILVA, F. 2010).

No Brasil, em particular, pode-se dizer que a vitória de Lula para a Presidência da República inaugura um importante capítulo na história do partido,

¹⁸ A frente Brasil popular foi a coligação realizada pelos partidos PT / PSB / PCdoB para disputa do pleito presidencial em 1989.

¹⁹ A Frente Brasil Popular da Cidadania foi à coligação partidária composta pelos partidos PT / PSB / PCdoB / PSTU / PCB / PPS / PMN / PV, para disputa do pleito presidencial em 1994. Não houve segundo turno nessas eleições.

²⁰ A coligação União do Povo Muda Brasil foi à coligação partidária composta pelos partidos PT / PDT / PSB / PCB/ PCO/ PCdoB para disputa do pleito presidencial em 1998. Também não houve segundo turno nessas eleições.

impondo-o novos desafios, mas também da política brasileira. Nesse contexto, o PT, não apenas se consolidou, como, também, reorganizou-se em novos termos. De uma sigla que era caracterizada em sua origem como, fundamentalmente, um partido de trabalhadores para trabalhadores, o PT passaria a exercer um papel essencial na tensa tentativa de conciliação entre os objetivos macroeconômicos do capital e o resgate da enorme dívida social brasileira.

De fato, entre as pretensões e expectativas, o agir político pragmático teve destaque na atuação do PT nesse período, sobretudo, no que diz respeito as suas estratégias eleitorais. Colocando sucintamente, Rodrigues e Pérez-Nebra (2008), que investigaram as quatro primeiras campanhas presidências do PT, apontam que a comparação histórica precedente revela a adoção de um discurso muito mais assertivo de Lula na eleição de 2002. Essa campanha – que foi coordenada por uma das maiores agências publicitárias do país, do publicitário Duda Mendonça – lança como estratégia eleitoral a retirada de cena de temas polêmicos, tais como igualdade de classes sociais, dívida externa, reforma agrária, MST, entre outros, que, por si só, já traz elementos para uma discussão a respeito da manobra discursiva empregada pelo PT.

Singer (2010), descreve com propriedade as contradições que perpassam o PT no período. Segundo o autor, o pleito presidencial em 2002 marca a irrupção da “segunda alma do PT”. Pois, na busca por se tornar um partido mais tolerável aos setores da população que precisava convencer, acabou adotando um novo referencial de governança, o qual configurará os novos contornos adotados, já sinalizado na *Carta ao povo brasileiro* (2002).

Outro aspecto a revelar é que a pragmatização do PT se traduz na ampliação ainda mais acentuada do arco de alianças petista com setores empresariais e conservadores do *establishment*. Isso pode ser observado pela escolha de José de Alencar – o maior empresário do ramo têxtil no país à época e, mais, dirigente do Partido Liberal (PL) – para composição da chapa presidencial como vice de Lula. Assim, ao formar a chapa “Coligação Lula Presidente”²¹ para a campanha

²¹ A “Coligação Lula Presidente” foi realizada pelos partidos PT/PCdoB/PL/PMN/PCB para disputa do pleito presidencial em 2002. Fonte: TSE

presidencial em 2002, o PT se uniu, pela primeira vez em sua história, a um partido de orientação liberal²² (MENEGUELLO; AMARAL, 2008).

Mas foi somente após a tomada de posse à frente da Presidência da República, que se consolidaram as mudanças que afetaram de maneira diversa o discurso da agremiação. Sem a pretensão de esgotar o assunto, é possível reunir um conjunto de informações que compõem esse cenário. Inicialmente, pode-se notar a adoção de uma política econômica restritiva e a adesão ao modelo de austeridade prescrito pelo FMI.

Observa-se, já no primeiro ano do primeiro mandato de Lula, à aprovação da reforma da Previdência Social (PEC 40/2003), tendo, por reflexo principal, o fim da aposentadoria integral dos futuros servidores públicos. É bom recordar que uma reforma similar, apresentada pelo então governo de FHC (PEC 33) recebeu uma coesa oposição petista à época (ANASTASIA, MELO, 2005).

É de conhecimento geral que a reforma da Previdência foi o estopim de um novo conflito intrapartidário em torno da disjuntiva governo/partido. Tal crise acabou por repercutir na suspensão de oito parlamentares²³ que se abstiveram de votar nesta reforma, além da expulsão dos três deputados, já citados nesse capítulo, que votaram contra e na dissidência de parte de sua militância vinculada a esses parlamentares (OSWALDO, 2010). Num pronunciamento emblemático sobre o tema, a então deputada petista Luciana Genro (RS) denunciaria, à época, em plenário da Câmara:

“Presidente, peço a V.Exa. que registre nos Anais da Casa nota que os Deputados Babá, João Fontes e eu divulgamos ontem, no Rio de Janeiro. Diante das repercussões da mídia, faz-se mais necessário do que nunca ser público e deixar claro que estamos decididos a resistir às ameaças de expulsão, principalmente a essa verdadeira “expulsão branca” que já vivemos dentro do partido. (...) Contribui na mudança irreversível do curso do partido a vergonhosa capitulação da maioria das direções da chamada esquerda petista. O exemplo maior dessa rendição se deu na votação da “reforma da previdência”, quando a maioria dos parlamentares da chamada esquerda votaram numa reforma, ou melhor dito, numa contrarreforma ditada pelo Fundo Monetário Internacional. (..) Coragem e coerência que a converteram na principal referência da esquerda brasileira depois que Lula começou seu governo burguês e, para completar, agora declarou que nunca foi de esquerda. As próximas “reformas”, em harmonia com a desastrosa

²² Conforme classificação ideológica dos partidos tradicionalmente adotada na Ciência Política brasileira.

²³ São eles: Chico Alencar (PT-RJ), João Alfredo (PT-CE), Paulo Ruben Santiago (PT-PE), Mauro Passos (PT-SC), Walter Pinheiro (PT-BA), Ivan Valente (PT-SP), Orlando Fantazzini (PT-SP), Maninha (PT-DF).

política econômica de superávit primário e pagamento da dívida, seguirão na mesma linha neoliberal (...)” (LUCIANA GENRO – PT/RS, 02/09/2003).

E em outro trecho exemplar, desta feita proferido pelo deputado Ivan Valente, pode ser observado, mais uma vez, a tensão interna frente à disjuntiva petista, em curso no período:

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este Parlamentar e outros 7 do Partido dos Trabalhadores, que tiveram suspensas suas atividades de bancada, voltam à ativa, com a plenitude de suas funções na bancada do Partido dos Trabalhadores. Estão comigo nesse processo os Deputados Chico Alencar, Orlando Fantazzini, Mauro Passos, Walter Pinheiro, João Alfredo, Maninha e Paulo Rubem Santiago. Queremos, desta tribuna, reafirmar a convicção de que nosso voto na Reforma da Previdência foi absolutamente justo, compatível e coerente com a história e a trajetória do PT. Por isso, não reconheceremos qualquer erro por termos sido coerentes com a história do PT. Não podemos aceitar qualquer punição por isso. Os Parlamentares que votaram coerentemente estavam certos. O Governo errou. Faltou debate político (...) o Diretório Nacional do PT não pode ficar todo esse tempo – praticamente 6 meses – sem se reunir. Temos vários assuntos para discutir (...) Os problemas continuam acontecendo. E isso despolitiza o partido.(...) É um erro crasso transformar o partido numa correia de transmissão das necessidades do Governo. Isso faz mal ao Governo democrático e popular, e o prejudica. Os militantes do PT, assim como sua bancada no Parlamento, o Diretório Nacional, lutaram durante 23 anos por uma linha política para decidir a realidade brasileira. O partido agora não pode ficar preso à lógica de observar, vigiar e punir. Temos de voltar ao leito dos grandes debates, do partido incidente, que, de baixo para cima, propõe mudanças” (IVAN VALENTE – PT/SP, 04/11/2003).

De fato, as evidências históricas têm demonstrado que o governo petista adotou inúmeras medidas muitas vezes contrapostas às ideias defendidas pela sigla ao longo da sua trajetória. A seguir, apresenta-se, também como síntese, aquilo que Singer (2012) destaca como algumas das principais medidas ortodoxas adotadas pelo governo entre 2003-2007 e suas consequências: o aumento dos juros, do Banco Central, de 25% para 26,5% nos dois primeiros meses de governo; o aumento da meta de *superávit* primário, destinada a pagar a dívida externa, de 3,75% em 2002 para 4,25% do PIB em 2003; o corte de 14,3 bilhões de reais do orçamento público; o congelamento do poder de compra do brasileiro entre os anos de 2003 e 2014; a queda do crescimento brasileiro, de 2,7% em 2002 para 1,3% em 2003; o aumento do desemprego, de 10,5% em 2002 para 10,9% ao final de 2003; na queda de 12,3% da renda média dos trabalhadores; e em contraste, o aumento em 6,3% dos rendimentos das instituições financeiras.

No rastro dessas mudanças, a incorporação do PMDB à base de sustentação formal do governo, em janeiro de 2004, é, então, apresentada como uma inovação

também em termos de coalizões governamentais. Uma informação pontual, o PMDB compôs todos os governos federais desde a gestão de Collor. Não por acaso, tal partido é visto como um dos mais pragmáticos em atuação na esfera nacional. Se por um lado, e num contexto de *presidencialismo de coalizão* (ABRANCHES, 1988), a inserção desse partido à base governista não chega a surpreender. Por outro lado, pode-se dizer que a capitulação petista diante dos padrões de aliança na base da fisiologia política decepcionou muitos dos seus apoiadores e simpatizantes. Assim, em que pesem os fatores próprios que levaram a esse quadro, o fato é que, diante da fraqueza institucional do presidencialismo, o governo petista se rendera ao *modus operandi* de realização de alianças pragmáticas e fisiológicas para governar. Nesse sentido, é possível observar no quadro a seguir, elaborado por Figueiredo (2006), as coalizões realizadas pelo governo no período em tela.

Quadro 1 - Coalizões governativas no primeiro governo Lula (2003-2007)

GOVERNO LULA	INÍCIO	PARTIDOS	REPRESENTATIVIDADE DA COALIZÃO		
			NA CÂMARA		NO MINISTÉRIO
			PT	OUTROS PARTIDOS	PT
COALIZÃO 1	01/01/2003	PT PL PCdoB PSB PTB PPS PV PDT	17,74%	25,14%	55,60%
COALIZÃO 2	23/01/2004	PT PL PCdoB PSB PTB PPS PV PMDB	17,54%	44,84%	52,80%
COALIZÃO 3	01/02/2005	PT PL PCdoB PSB PTB PV PMDB	17,54%	40,16%	52,80%
COALIZÃO 4	20/05/2005	PT PL PCdoB PSB PTB PMDB	17,74%	40,74%	52,80%
COALIZÃO 5	23/07/2005	PT PL PCdoB PSB PTB PMDB	17,54%	52,05%	41,20%
COALIZÃO 6	31/01/2006	PT PL PCdoB PSB PTB PMDB PP	15,79%	49,51%	41,20%

Fonte: FIGUEIREDO, Argelina C. Formação, Funcionamento e Desempenho das Coalizões de Governo no Brasil. In: 5 Encontro da ABCP, 2006.

Porém, foi o envolvimento de lideranças e quadros do PT no chamado “escândalo do mensalão”, que fez advir a mais explícita crise vivenciada pela sigla até então. Nesse particular, cabe uma menção especial à célebre frase “há uma maioria de 300 picaretas que defendem apenas seus próprios interesses” posta em cena por Lula em setembro de 1993, que quando contraposta ao partido de 2005, amplia a ressonância da tese de que o PT, outrora reconhecido como um partido ético, teria mudado. Nesse sentido, desde que o mensalão foi noticiado pela imprensa, em maio de 2015, novos casos de corrupção não pararam de aparecer envolvendo quadros do partido. Os efeitos imediatos desse escândalo se fizeram sentir eleitoralmente. Conforme aponta Singer (2012), o caso do “mensalão”, além de levar a condenação de quatro figuras públicas do partido²⁴, acarretou-lhe a perda de apoio entre os segmentos com maior renda e escolaridade da população, mas que foi compensada já na eleição seguinte com a maior capilaridade eleitoral entre os setores mais pobres da população.

É em tal cenário que se defrontam as enormes contradições que marcam o discurso petista, tal qual desenhado durante a sua trajetória. Pois, em paralelo a esse processo de pragmatização, processou-se, também, no âmbito de atuação do Governo, no que se refere ao campo social, melhorias significativas de alguns indicadores brasileiros. Pode-se afirmar que tais melhorias decorrem da implementação, nesse governo, de políticas de expressivo impacto social. Nesse primeiro mandato em particular, identifica-se o combate à fome como a ação prioritária do governo Lula. Assim, a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em janeiro de 2004, colocou no centro do debate político brasileiro o papel do Estado, de modo consistente, no combate à pobreza. A essa importante medida, soma-se o Programa Bolsa Família (PBF)²⁵, criado no bojo do programa “Fome Zero” (2003). Apesar das críticas tão comumente tecidas, sobretudo, pelas classes média e alta da população a esses programas, é fato que tal política mudou a realidade de muitas famílias no país, principalmente, no que se refere a segurança alimentar. Conforme dados disponibilizados no MDS, em quatro anos (2003-2006), o PBF atendeu aproximadamente 11 milhões de famílias em

²⁴ Do PT, foram condenados José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil, José Genuíno, ex-presidente do PT, Delúbio Soares, ex-tesoureiro do partido e João Paulo Cunha – ex-deputado federal (SP).

²⁵ É importante registrar que esse programa unificou todos os programas de transferência de renda sob responsabilidade do governo.

situação de pobreza e extrema pobreza em todo país, garantindo-as, principalmente, o direito humano à alimentação²⁶.

Ainda no que diz respeito a atuação do governo para o campo social, tem-se que, ao lado dessa política de transferência de renda, outras medidas foram implementadas com relativo impacto social. Assim, pode-se citar a valorização do salário-mínimo, que, ao final do 1º mandato de Lula, obteve um aumento real de 24,25%, beneficiando os trabalhadores de mais baixa renda e os beneficiários do piso previdenciário. Conforme aponta Hunter e Power (2007), o aumento do salário mínimo teve um impacto mais abrangente do que o Programa Bolsa Família sobre a camada assalariada da população, principalmente, pelo aumento do seu poder de compra. Retomando Singer (2012), os efeitos da política de crédito consignado expandiu significativamente o financiamento popular. Essa expansão incluiu a multiplicação do microcrédito e dos empréstimos à agricultura familiar e a bancarização de pessoas de baixíssima renda. Deve ser citado também o Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC), criado ao final do primeiro mandato de Lula, que beneficiou 2,4 milhões de cidadãos idosos – acima de 65 anos – e portadores de necessidades especiais, cuja renda familiar é inferior a ¼ de salário-mínimo, com o pagamento de um salário-mínimo.

Outra importante atuação governamental, esta no campo da educação, foi a política voltada para a expansão e universalização das Instituições de Ensino Superior (IES). Nesse período, destaca-se a implementação do Programa de Expansão Fase I, que visava a promoção da interiorização da educação superior pública. Conforme dados disponibilizados pelo MEC²⁷, essa iniciativa proporcionou um aumento de 31,5% novos estabelecimentos de ensino até o ano de 2007. Além disso, nota-se a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), no ano de 2005, que proporcionou a concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais em IES privadas, sobretudo, à estudantes oriundos da rede pública²⁸.

²⁶ Conforme as informações oficiais do programa BF, disponíveis em: <www.mds.gov.br>, seus investimentos passaram de R\$570 milhões em 2003 para R\$7,5 bilhões ao final de 2006. Iniciou atendendo 3,6 milhões famílias em 2003, e chegou a aproximadamente 11 milhões em 2006 (In COSTA, 2011).

²⁷ Fonte: “A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014”, disponível em MEC.

²⁸ O Prouni é um programa educacional destinado a democratização do acesso à educação superior, através da concessão de bolsas de estudos integrais e/ou parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de graduação superior e sequências de formação

Sem a pretensão de esgotar todo o assunto, citamos, por fim, uma série de programas focalizados, como: o Programa Luz para Todos, iniciado em 2004, que levou luz elétrica principalmente a moradores rurais, de comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos rurais, entre outros; a construção de cisternas comunitárias no semiárido; a regulamentação de terras quilombolas, dentre outros, que beneficiaram setores de baixíssima renda, quase inexistente para o Estado até então, em termos de políticas públicas.

Em rigor, não é possível ser realizada, nas dimensões deste capítulo, uma discussão mais pormenorizada de todas as mudanças operadas pelo PT no pós 2002, seja no seu discurso ou na cartografia da fome no país. O que procuramos é reunir alguns elementos a fim demonstrar as contradições políticas dentro do próprio governo, entre as políticas macroeconômicas e as desenvolvidas para a área social. Isto posto, na próxima seção, apresentamos a bancada parlamentar do PT da 52ª legislatura (2003-2007).

3.1.1 Bancada petista na 52ª legislatura (2003-2007)

Nas eleições do ano de 2002, o aumento da bancada petista na Câmara dos Deputados foi significativo. A legenda obteve, neste pleito, 91 cadeiras. Trata-se de um crescimento importante, que objetivamente representou um aumento de 56,9% em comparação a legislatura anterior, inserindo, então, o PT no bloco dos grandes partidos. O quadro 2, elaborado a partir de dados oficiais do TSE, permite visualizar a evolução petista desde as eleições ocorridas em 1982, quando, após a reforma de 1979, foram realizadas as primeiras eleições diretas para o legislativo no Brasil.

Quadro 2 - Bancada (titular) petista eleita em 2002 e seu proporcional na Câmara dos Deputados (1982 à 2002)

Ano	Número Absoluto	% Câmara
1982	8	1,6 ¹
1986	16	3,2 ²
1990	35	6,9 ³

específicas. Essas bolsas são destinadas, *grosso modo*, à ex-estudantes do ensino médio da rede pública ou à ex-estudantes do ensino médio em escolas privadas, na condição de bolsista integral.

Ano	Número Absoluto	% Câmara
1994	49	9,5 ⁴
1998	58	11,3
2002	91	17,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Notas: ¹Percentual calculado com base no número total de cadeiras na legislatura. NA. 479

²Número total de cadeiras na legislatura. NA. 487

³Número total de cadeiras na legislatura. NA. 503

⁴Desde essa eleição o número de cadeiras se mantém em 513.

Obs.: Os percentuais referem-se aos deputados titulares da legislatura.

Outro aspecto a compor o quadro geral da importância alcançada pela agremiação no sistema político brasileiro, é a sua dominância em termos de tamanho da bancada, na 52ª legislatura. Em 2002, exatamente quando chegou à Presidência da República, o PT conquistou a maior bancada na Câmara dos Deputados, com 17,7% do total. A segunda maior bancada foi ocupada pelo PFL, com aproximadamente 16%, seguida do PMDB, com quase 15%, conforme é possível verificar na tabela 1, abaixo:

Tabela 1 - Cinco maiores bancadas na 52ª legislatura (2003-2007)

Partido	Deputados eleitos	%
PT	91	17,73
PFL	84	16,37
PMDB	75	14,61
PSDB	70	13,64
PPB	49	9,55

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Obs.: Os percentuais referem-se aos deputados titulares da legislatura.

De fato, a consolidação do PT à época não se desenvolveu de forma homogênea em todo o país. Nesse sentido, em termos regionais, os dados trazem à tona uma realidade distinta na base eleitoral petista, haja vista a supremacia de parlamentares eleitos pelas regiões Sul e Sudeste. Como se pode depreender da tabela 2, somadas essas duas regiões respondem aproximadamente 62% da bancada petista no Congresso na 52ª legislatura:

Tabela 2 - Número de cadeiras do PT na Câmara dos Deputados por região do país (2002-2007)

Região	Número de deputados	%
Norte	10	10,98
Nordeste	17	18,68

Região	Número de deputados	%
Sul	19	20,87
Sudeste	37	40,65
Centro-Oeste	8	8,79

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Obs.: Os percentuais referem-se aos deputados titulares da legislatura.

Este quadro oferece alguns elementos relevantes. Conforme Singer (2010) aponta, embora o PT já tivesse, no âmbito executivo, se popularizado nas eleições de 2002 recebendo *“um apoio inédito entre os eleitores de mais baixa renda (p.95)”*, para o legislativo, o eleitorado do partido ainda concentrava-se entre as classes médias e os eleitores de alta escolaridade, sobretudo, das regiões mais ricas do país. Porém, como já tratado aqui e exposto em estudo por Singer (2010), o perfil dos eleitores começa a mudar a partir do ano de 2005, quanto o partido perde simpatia entre os estratos mais favorecidos da população. De forma geral, isso pode ser observado comparando-se o resultado das eleições de 2002 e de 2006, pois conforme esse autor revela, embora os representantes eleitos pelo PT se mantenham majoritariamente do sul e do sudeste, *“a proporção de parlamentares de Estados mais ricos é menor que em 2002”* (2010, p. 98).

Quando tratados a partir de uma perspectiva de gênero, os dados da eleição de 2002 demonstra que o fenômeno da sub-representação feminina, recorrente entre os demais partidos brasileiros, se repete. Numa comparação, nesse pleito foram eleitas 14 deputadas federais (titulares) pelo PT, ou seja, aproximadamente 15% do total das 91 cadeiras obtidas pela sigla para a 52ª legislatura (Tabela 3). Isto posto, transparece evidente a diferença de gênero na participação do partido no legislativo, sendo a bancada feminina relativamente tímida frente à masculina.

Tabela 3 - Deputados (titulares) eleitos para a 52ª legislatura (2003-2007) por Estado e sexo

Estado	Mulheres	%	Homens	%	N.A total	% Total
Acre	-	-	3	100	3	3,29%
Amapá	-	-	2	100	2	2,19%
Bahia	-	-	7	100	7	7,69%
Ceará	-	-	2	100	2	2,19%
Distrito federal	1	50%	1	50%	2	2,19%
Espírito santo	1	100	-	-	1	1,09%
Goiás	1	50%	1	50%	2	2,19%

Estado	Mulheres	%	Homens	%	N.A total	% Total
Maranhão	1	100%	-	-	1	1,09%
Mato Grosso	-	-	1	100%	1	1,09%
Mato Grosso do Sul	-	-	3	100%	3	3,29%
Minas Gerais	1	10%	10	90%	11	12,08%
Para	-	-	3	100%	3	3,29%
Paraíba	-	-	1	100%	1	1,09%
Paraná	1	16,66%	5	83,33%	6	6,59%
Pernambuco	-	-	3	100%	3	3,29%
Piauí	1	100%	-	-	1	1,09%
Rio de Janeiro	-	-	7	100%	7	7,69%
Rio Grande do Norte	1	100%	-	-	1	1,09%
Rio grande do Sul	2	25%	6	75%	8	8,79%
Rondônia	-	-	2	100%	2	2,19%
Santa Catarina	1	20%	4	80%	5	5,49%
São Paulo	3	16,66%	15	83,33%	18	19,78%
Sergipe	-	-	1	100%	1	1,09%
Total	14	15,38%	77	84,61	91	99,99

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Obs.: Os percentuais referem-se aos deputados titulares na legislatura.

Apesar disso, merece destaque no quadro geral de atuação das mulheres no Congresso, o fato que, das 52 deputadas que atuaram no período (2003-2007), aproximadamente 29% delas compunham a bancada petista²⁹. Esse dado não é desprezível e instiga reflexão, até porque os desafios, por elas enfrentados, para inserção no sistema político partidário são históricos e estruturais. O PT apresentou-se, no período, como o partido que possuía o maior número de deputadas em exercício. A título de comparação, nessa mesma legislatura a bancada feminina do PMDB obteve aproximadamente 17% do total de cadeiras ocupadas somente por mulheres, seguidas das bancadas do PSDB, PCdoB e PFL, com aproximadamente 9,6% cada.

Além disso, quando se coteja a bancada feminina por região, observa-se um quadro semelhante aos dos homens: há uma concentração de parlamentares (titulares) eleitas pelas regiões Sul e Sudeste, equivalente a 64,28%. Em números absolutos, entre as deputadas titulares, a região Sudeste elegeu 5 parlamentares,

²⁹ Nas eleições de 2002, foram eleitas 14 deputadas pelo PT, representando 15,38% do total da bancada eleita pela sigla no período. No entanto, o número de deputadas em exercício durante a 52ª legislatura subiu para 15 deputadas, correspondendo a 16,48% do total da bancada, em decorrência do afastamento de titulares e ingresso de suplentes. Cabe registrar ainda que o percentual apresentado da bancada feminina petista em comparação com o total de deputadas na Câmara, foi calculado realizado com base no número de deputadas em exercício na legislatura.

seguida pelo Sul com 4, na região do Nordeste foram 3 eleitas, e no Centro-oeste 2 deputadas. Já a região do Norte não elegeu nenhuma parlamentar pelo PT.

Uma característica sobre a atuação das mulheres no parlamento, refere-se a sua concentração de sua produção em temas cultural e tradicionalmente entendidas como femininas. É isso que apontam Biroli e Mello (2010), que compararam a atuação entre deputadas e deputados na 52^a legislatura. Diante desse cenário, o foco de atuação feminina estaria em assuntos relacionados à violência contra a mulher, cuidados com as crianças e idosos, saúde, direitos reprodutivos, educação, dentre outros. Em contraste, como é esperado, há uma realidade de menor ocorrência de proposições, elaboradas por mulheres, para o âmbito das políticas econômicas. Esta característica singular está, portanto, referida também pelas desigualdades de gênero, que reflete nas comissões especiais voltadas para área social – sendo inclusive nessas a maior incidência feminina em cargos de presidência.

Cabe, por fim, pontuar que embora as autoras não tenham abordado diretamente a atuação das parlamentares petistas na Câmara dos Deputados, os desvelamentos dessa análise têm relevância no que concerne ao foco de nossa investigação, visto que este trabalho aborda os projetos de lei formulados para a área social.

3.2 Considerações

Considerando os objetivos dessa dissertação, esse capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira, buscamos situar o leitor nos desafios enfrentados pelo PT no período analisado. Nesse sentido, procuramos fornecer um panorama da sigla, destacando, principalmente, as disputas intrapartidárias, sua consolidação no sistema político eleitoral e as contradições apresentadas pela sigla enquanto governo. Tomados em conjunto, esses processos refletem, fundamentalmente, na conformação do discurso petista ao longo de toda a sua trajetória. De fato, o crescimento e a consolidação do PT no sistema político foram acompanhados de mudanças significativas na agremiação. Ainda assim, pode-se perceber que a dinâmica e a particularidade do PT conjuga-se a partir de uma trajetória marcada por disputas intrapartidárias em um ambiente estruturalmente heterogêneo.

Na segunda parte, fornecemos algumas informações a respeito da bancada eleita pelo partido, para a 52ª legislatura da Câmara dos Deputados. Assim, o que ficou demonstrado foi, sobretudo, a expansão do PT no legislativo, em consonância à sua emergente dominância no sistema político-partidário brasileiro. Com efeito, na análise aqui desenvolvida, a maior inserção petista, no mercado eleitoral, é entendida, principalmente, pela moderação que foi gradualmente adotada pelo PT ao longo da sua trajetória.

4 POLÍTICA SOCIAL

Política social é um tema discutido em diversas áreas do conhecimento, mas, de fato, é no âmbito do serviço social que este ganha destaque. Em rigor, a terminologia “política social” designa uma modalidade de política pública comumente desenvolvida por governos, podendo ser implementada por diversas estruturas legais e institucionais. Quando assim delimitada, esse tipo de ação faz referência à interferência estatal sobre a vida social, para a promoção de um determinado bem comum; porém, sua implementação não se restringe ao âmbito do Estado, tendo em vista a proliferação de ONGs que, no Brasil, se deu, sobretudo, a partir da década de 1980.

Entretanto, para melhor entendimento e compreensão da política social em âmbito estatal, a próxima seção abordará o tema. Não é demais alertar para o fato de que este capítulo não pretende esgotar a revisão da literatura sobre o assunto e nem tampouco avançar sobre a ação social levada a cabo pela sociedade civil. Nesse sentido, nos colocamos em um nível exploratório de análise, onde buscamos, fundamentalmente, apresentar, de forma sucinta, o surgimento das políticas sociais estatais na Europa e no Brasil em particular.

Nesse sentido, este capítulo se subdivide em duas partes. Apresentamos, em um primeiro momento, o surgimento de políticas sociais que respondiam às questões sociais de forma estatal na Europa. Em um segundo momento, fornecemos um breve panorama das políticas sociais no Brasil, abrindo espaço para o capítulo da metodologia que se debruça sobre o tema.

4.1 Diferentes abordagens da Política Social

Marshall, na obra “Política Social” (1985), desenvolveu um estudo sobre o tema e advertiu que a política social, embora seja um conceito amplamente utilizado, não possui uma definição precisa. Assim, segundo esse autor, o significado da política social é definido, em grande medida, a partir do resultado de conveniências e convenções. Diante disso, tal natureza sugere que os significados da política social são definidos de acordo com interesses particulares e disputas políticas. Ainda que grasse, evidentemente, um vazio conceitual, a análise de Marshall oferece elementos relevantes à política social ao enfatizar que “as políticas sociais, embora carecendo de maior rigor conceitual, recebem a sua melhor definição quando tratadas sobre a égide do conceito de cidadania” (1985, p. 400).

Trotta (2010), por sua vez, propõe que a política social seja entendida como um conjunto de ações determinantes do Estado. Assim, destaca que estaria sob a égide dos governos formular, executar e avaliar os programas que visem estabelecer medidas de proteção social aos indivíduos marcados pela exclusão econômica resultante, sobretudo, do modelo de produção capitalista, mas que podem decorrer também de múltiplos imprevistos do cotidiano. Por fim, a visão de Ferger (1996) é muito próxima da explicação de Marshall, segundo a qual “não existe uma definição universalmente aceita de política social” (1996, p.586). Todavia, a autora pontua que política social possui três abordagens principais que podem ser agrupadas de diferentes modos. São elas: a pragmática; a funcionalista; e a estrutural.

Na primeira abordagem, a pragmática, a política social se relaciona como um campo de ação das instituições. Por este ângulo, tais ações consistem em atividades que afetam positivamente o bem-estar dos indivíduos. Dito de outro modo, é quando o Estado intervém, minimamente, com políticas no domínio da distribuição ou redistribuição. Recorrendo às palavras de Marshall, a autora aponta que, nessa perspectiva, a política social compreende “a política de governos relativa à ação que tem um impacto direto no bem-estar dos cidadãos, aos dotá-los de serviço ou renda” (1967, p.6, *apud* Ferger, 1996, p.586).

A segunda abordagem refere-se à perspectiva funcionalista. Segundo seus defensores, George e Wilding (1976, *apud* Ferger, 1996), essa vertente concentra-se nos problemas gerados nos sistemas sociais após o advento do capitalismo, que

perturbam a reprodução regular dos sistemas sociais. Nessa acepção, as políticas sociais têm como objetivo o reestabelecimento da estabilidade e do equilíbrio do sistema social.

Por último, as abordagens estruturalistas. Para os seus defensores, as abordagens pragmáticas e funcionalistas não consideraram os processos sociais que deflagraram as mudanças sociais. Assim, observam que a conquista dos direitos foram o resultado das lutas sociais, e a existência dos direitos civis e políticos teriam ajudado a formular e consolidar os direitos sociais de renda, habitação, saúde e cultura. De acordo com Walker, por exemplo, “a política social em termos estruturais significa que as políticas sociais são as que determinam a distribuição de recursos, *status* e poder entre os diferentes grupos” (WALKER, 1984, p. 39, *apud* FERGER, 1996, 589).

4.1.1 Surgimento da Política Social Estatal

Ancorando-se a uma perspectiva histórica, a política social como uma ação regulada pelo Estado surgiu na contemporaneidade, no contexto de transição do feudalismo para o capitalismo, no século XVII, com a criação da “Lei dos pobres” (*Old Poor Law*), em 1601, na Inglaterra. Nesse cenário, a ação estatal consistia, basicamente, no recolhimento dos pobres das ruas, que, em troca, deveriam prestar serviços em instituições de caridade. Sua manutenção se dava, em grande medida, no âmbito privado, a partir do recolhimento de recursos dos proprietários de terras pela municipalidade. Tendo em vista o caráter compulsório dessa política, percebe-se que, para além de uma política assistencialista, essa ação tinha, também, um caráter de policiamento. Nesse sentido, Elias (2004) ressalta que “o Estado provia esses indivíduos por considerá-los tendencialmente perigosos para a ordem e a higiene pública” (2004, p. 42). Com efeito, não tardou para tal política ser amplamente executada em países da Europa, vindo a converter-se predominante nesse cenário até meados do século XIX.

Entretanto, com o advento das ideias liberais impulsionadas pela expansão do capitalismo e da crescente necessidade de mão de obra assalariada, fez com que a “lei dos pobres” passasse a ser duramente criticada pela burguesia. O apelo contrário a essa política fora respaldado no advento das ideias de Malthus, para o

qual a beneficência era entendida “como um estímulo à miséria”. A pobreza, por sua vez, foi relacionada diretamente às questões morais e a comportamentos individuais, totalmente dissociados de aspectos estruturais (MONTAÑO, 2012, p. 273).

Não é de estranhar que a resposta no plano institucional foi quase imediata, onde nota-se que o Parlamento inglês logo assumiu tal posição, engendrando uma grande mudança de foco da política social. Com efeito, em 1834, a pobreza tornou-se criminalizada e a mendicância passou a ser duramente reprimida.

Cabe destacar que as primeiras normas trabalhistas surgiram nesse contexto. Porém, de acordo com Faleiros (2007), tratava-se de uma legislação que confundia o desemprego com a vagabundagem. Essa situação justifica, de acordo com o referido autor, a permissão concedida pelo Estado aos proprietários de terras e de fábricas para que tomassem, para si, qualquer um que vagasse pelas ruas sem trabalho, permitindo-lhes, inclusive, que os marcassem com a letra “S” nas costas, em referência a palavra inglesa *slave*, de escravo.

Vale destacar, ainda, que a expansão industrial fez emergir, também, uma classe trabalhadora e os primeiros sindicatos europeus. Em face do ambiente de crescente reivindicações, o Estado logo tratou de tentar sufocar o movimento operário nascente, a exemplo do ocorrido com o movimento socialdemocrata alemão. Conforme afirmam Arnaldo e Santos (2008), os partidos políticos socialdemocrata, socialista e comunista foram colocados na clandestinidade pelo chanceler imperial Otto Von Bismark, na Alemanha, em 1878. A título de exemplo, ao mesmo tempo em que proibiu o funcionamento desses movimentos, o governo bismarkiano deliberou, entre os anos de 1883 e 1889, um notável sistema de proteção social à época – composto basicamente de seguro doença para os trabalhadores da indústria (1883), seguro acidente de trabalho (1884) e o seguro de invalidez e velhice (1889). Buscava, com isso, esvaziar as forças socialdemocratas.

Foi tão somente no século XX, decorrente, sobretudo, da crise do modelo liberal, que a intervenção estatal, para o campo social, forjou-se tal como a conhecemos nos dias atuais. Vista de maneira ampla e retrospectiva, para compreensão deste processo, deve-se combinar os efeitos do *crash* da bolsa de Nova York, em 1929, que culminou com a *Grande Depressão* e o acirramento dos conflitos sociais, as duas grandes guerras mundiais e a ascensão do bloco socialista nos países do Leste Europeu. A partir de meados dos anos 1930, o Estado passou a financiar e a implementar programas e planos de ação destinados a promover

interesses sociais coletivos de seus membros, além de subsidiar, estatizar e socorrer empresas falidas (GOMES, 2006). Esse novo modelo de Estado, ficou conhecido como o Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*.

Quando se fala em Estado de Bem-Estar Social tem-se em vista o modelo difundido, inicialmente, pela Inglaterra, a partir dos anos 1940, baseado no pensamento keynesiano, que, grosso modo, opunha-se ao modelo liberal de Estado. Contudo, como aponta a literatura especializada, o Estado de Bem-Estar assumiu diferentes formas nos países capitalistas, em razão de suas distintas realidades nacionais. Nessa direção, Gomes (2006) aponta que esse modelo de Estado assumiu três formas principais. São elas: no modelo *laissez-faire*; o modelo socialdemocrata; e o modelo Alemão. A seguir, segue a definição do autor:

No primeiro modelo (*laissez-faire*), o papel do Estado restringiu-se, no geral, ao fornecimento de benefícios mínimos, direcionado quase que exclusivamente aos indivíduos ou famílias de rendimento muito baixo. Nesse modelo pode-se incluir o exemplo de seguridade social dos EUA. No segundo modelo (social-democrata), o Estado de bem-estar social foi instituído para fornecer serviços universais e gerais baseados, segundo Mishra (1996:366), “na noção de solidariedade e cidadania sociais”. Os países que apresentaram características nesse sentido foram os escandinavos, principalmente a Suécia e a Dinamarca. Esses países desenvolveram também, por outro lado, uma visão mais empresarial, enfatizando a igualdade e segurança social, “relacionados com acordos coletivos centralizados e as fortes políticas intervencionistas no mercado de trabalho”. Na terceira modalidade de Estado de bem-estar social, encontra-se a Alemanha, por construir um sistema com fortes características de compromisso estatal. A seguridade social neste modelo tem uma preocupação muito mais elevada com a segurança do indivíduo ou a família e a estabilidade, do que com a promoção da igualdade econômica e social entre os cidadãos (GOMES, 2006, p. 208).

A despeito de suas diferenças, pode-se afirmar que as diferentes concepções de Estado de Bem-estar compartilham do pressuposto de que todos os cidadãos, independentemente de sua situação social, têm o direito a serem protegidos por intermédio de mecanismos de prestação de serviço público estatal. Em consequência disso, tal modelo fez emergir a questão da igualdade como um fundamento para a atitude intervencionista do Estado. As políticas sociais estatais tornaram-se, portanto, um importante instrumento para a efetivação da democracia e para a promoção do desenvolvimento, dando respostas aos problemas socioeconômicos e culturais dos países capitalistas.

Além disso, no bojo dessas discussões, percebe-se, nessa conjuntura, que os discursos de combate à pobreza e às desigualdades sociais assumiram um papel

mais central a partir deste período. Pode-se mencionar, por exemplo, a criação de diferentes instituições internacionais que objetivavam resolver o problema ou parte dos problemas relacionados à pobreza e desigualdades entre países, tais como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), em 1944, e a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945.

Cabe destacar que, conforme Streck e Moraes (2006) observam os modelos constitucionalistas das Constituições Mexicana (1917) e de Weimar (1919), os quais exerceram uma importante influência teórica sobre o Estado de Bem-Estar, principiando a sua constituição. Assim, permitem evidenciar que a conformação do modelo keyneasiano acompanhou o desenvolvimento do projeto liberal, transformando-se em Estado de Bem-Estar Social no transcurso da primeira metade do século XX. Mas, ainda assim, esse modelo estatal de ação social assumiria seus contornos definitivos tão-somente após a Segunda Guerra Mundial.

Alguns autores argumentam que a formação do Estado de Bem-Estar esteve ligada também ao movimento operário, sendo fruto de uma trajetória específica de luta pela ampliação de direitos. Nessa direção, Toledo aponta:

A correlação de forças entre as classes foi o principal determinante da maneira como foram outorgados e implementados os benefícios sociais através do Estado de Bem-Estar, mas a principal força que gerou a expansão do consumo coletivo foi a classe operária, através de seus instrumentos políticos (...) a estreita relação que existe entre a criação dos partidos trabalhistas, sindicatos e a seguridade social. A seguridade social, um ingrediente chave do Estado de Bem-Estar, foi um dos inúmeros programas estabelecidos graças às pressões exercidas pela classe trabalhadora (TOLEDO, 1993, s/p [on-line]).

Outros autores, como Cardoso e Jaccoud (2009), também destacam o papel desempenhado pela organização política nesse processo. Os autores observam que a criação de sistemas estatais de proteção social foi impulsionada pela ampliação da demanda por autonomia, igualdade e proteção social, surgidas no contexto de lutas por democracia, calcadas na afirmação da igualdade entre os indivíduos. Com efeito, a intervenção social do Estado foi a resposta dada “para enfrentar os problemas advindos com a ampliação da participação” (2009, p. 184). Ainda de acordo com esses atores, o tratamento da pobreza como um problema dotado de relevância tem se revelado, contudo, de forma complexa. Em geral, isso comumente decorre da falta de reconhecimento da necessidade de construção de um aparato estatal de intervenção. Nas palavras dos autores:

A atuação direta do Estado no campo social no que diz respeito, por exemplo, à pobreza operária, foi antecedida por outras experiências de gestão não-estatal do social. Nas sociedades modernas, que sofriam o impacto da industrialização e de demandas por democratização, mudanças na forma de entender a pobreza, reconhecida não mais como fenômeno natural ou como simples decorrência das trajetórias individuais, refletiram-se no desenvolvimento de interpretações e de intervenções diversas no campo social. Destacam-se as respostas de cunho econômico, ancoradas na valorização e obrigação do trabalho e sua promoção por meio do desenvolvimento da atividade produtiva. Estas, entretanto, começaram a mostrar seus limites com a reprodução da miséria entre as classes trabalhadoras e o aumento dos conflitos sociais ligados às condições de trabalho no decorrer do século XIX e início do século XX. Neste contexto histórico, destacaram-se outros esforços como os desenvolvidos em prol de uma gestão filantrópica da pobreza diretamente participante do processo produtivo. Influenciado, sobretudo, pela Igreja, o movimento filantrópico refletiu-se, também no Brasil, no nascimento das escolas de serviço social, contribuindo para o movimento de se organizar uma política de combate à pobreza operária atrelada à obrigação moral e ao dever de solidariedade (CARDOSO e JACCOUD, 2009, p. 185)

Há que dimensionar, ainda, que o processo de crescimento, aprofundamento e transformação do papel, do conteúdo e das formas de atuação do Estado não beneficiou somente às classes trabalhadoras. Isto é o que apontam Behring e Boschetti (2006), para os quais os mais favorecidos pelo Estado de Bem-estar Social foram os grupos monopolizados, pois as políticas sociais que se generalizaram nesse contexto, “foram o resultado de um pacto social estabelecido nos anos subsequentes com segmentos do movimento operário, sem o qual não podem ser compreendidas” (p.71).

O Estado de Bem-estar Social atingiu o seu ápice entre meados da década de 1940 até a segunda metade dos anos 1970, considerados os anos de ouro do capitalismo. A partir de então, esse modelo passou a ser questionado por liberais acerca dos altos investimentos nas questões sociais. Muitos são os motivos relacionados ao declínio do Estado Bem-estar Social. No geral, a bibliografia relaciona-o à crise fiscal do Estado, ao aumento do desemprego, às altas taxas de inflação e, sobretudo, às eleições de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, que fizeram ressurgir as ideias liberalizantes, agora rebatizadas por “neoliberalismo”.

Não nos deteremos aqui na discussão sobre as mudanças que o neoliberalismo³⁰ proporcionou aos países capitalistas. Porém, faz-se necessário mencionar que, dentre as inúmeras consequências geradas aos países que adotaram essa agenda, estão a redução dos serviços assistenciais do Estado e as medidas de desregulamentação das relações trabalhistas. Nesses termos, a adoção de medidas liberalizantes trouxe, para o âmbito da política social, um impacto significativo. Assim, como observa Mega (2008), o sistema de proteção social, que antes era bancado pelo Estado, passou a ser gerido pela iniciativa privada. Além disso, nesse período, as “concepções que colocam que o ESTADO devem atender somente aos miseráveis, como na antiga *Poor Law*, ganharam força” (p. 26, grifo do autor, 2008).

Observa-se que, a partir da década de 1980, o desmonte das políticas de garantias básicas se acentua em quase todo mundo. Conforme destaca Pereira (2000), as principais consequências desse processo estão relacionadas aos cortes em programas sociais voltados às pessoas mais pobres, a diminuição dos benefícios advindos da seguridade social, o incentivo a formas tradicionais de clientelismo, à filantropia social e empresarial, à exclusão social, à criminalização da pobreza, ao assistencialismo, dentre outros aspectos (PEREIRA, 2000, p. 56).

É importante recolocar que as medidas de proteção social foram implementadas de forma bastante desigual em cada sociedade. Assim, no que se refere à América Latina, a despeito da assunção da agenda neoliberal na região, Faleiros (1991) destaca que o Estado de Bem-estar no molde keynesiano não existiu nos países periféricos. Pois, de acordo com esse autor, nesses países as políticas sociais implementadas não tinham uma concepção universal de acesso. Antes, caracterizam-se como políticas “categoriais”, isto é, “que tem como alvo certas categorias específicas da população (...), segundo critérios clientelísticos e burocráticos” (FALEIROS, 1991, p. 28)

Na próxima seção, discutiremos sobre a evolução das políticas sociais no Brasil, com enfoque para as formas de intervenção desenvolvidas pelo Estado, impulsionada pelo desenvolvimento do capitalismo tardio no país.

³⁰ Para mais informações: ler Eduardo Nobre (2012), texto “As Transformações Recentes do Sistema Capitalista: reestruturação econômica e os paradigmas de desenvolvimento”.

4.1.2 Política Social no Brasil

O advento da República (1889), que resultou em uma nova conformação social no Brasil, não fez irromper o debate público sobre a construção de um aparato estatal de intervenção para o campo social, à época, no país. Nesse sentido, faz-se mister destacar que a primeira Constituição do sistema republicano de governo (1891), apenas tratou de reconhecer limitados direitos dos cidadãos. São eles: I). Todos eram iguais perante a lei; II). Ninguém poderia ser obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude da lei; III). Liberdade de culto religioso; IV). Estabelecimento do ensino leigo em estabelecimentos públicos; V). Extinção de privilégios relacionados ao nascimento ou títulos de nobreza adquiridos na época da monarquia; VI). Liberdade de reunião e associação, porém sem uso de armas; VII). Garantia de liberdade de imprensa e expressão de opiniões. Não estabelece censura, porém cada pessoa fica responsável por abusos cometidos; VIII). Liberdade de exercício de qualquer profissão industrial, moral e intelectual; e IX). Liberdade para entrar e sair do país com seus bens, exceto em tempos de guerras.

Não que não houvesse demandas sociais na Velha República. Muito pelo contrário, de fato, registros históricos da época demonstram que este foi um momento de intensas revoltas sociais, que traziam em seu bojo uma grande insatisfação popular quanto ao alcance do Estado nas questões sociais. Pode-se mencionar, por exemplo, as revoltas da Vacina (1904/RJ), da Chibata (1910/RJ), do Contestado (1912/SC) e as Greves de São Paulo, 1917/SP (DELGADO, 2009).

Por outro lado e, ao mesmo tempo, Theodoro (2009) aponta que a criação do trabalho livre no país, entre os finais do século XIX e início do século XX, também foi a causa da exclusão de grande parte da mão de obra nacional, formada, em grande parte, por ex-escravos dentre outros segmentos de excluídos. De tal forma, esse processo, que foi, também, um produto da ação do Estado, trouxe, para os centros urbanos, a aglomeração, a pobreza, o subemprego e a informalidade.

Nessa perspectiva, é relevante, para compreender o período, a análise realizada por Quiroga (2008) sobre a atuação estatal nesse contexto histórico. A autora observa que o modelo assistencialista – que foi um dos pilares no período colonial – estendeu-se no Brasil até meados da República Velha. Esse modelo, deu-se por meio da implementação das Misericórdias, isto é, irmandades e confrarias

responsáveis pela administração institucional das Santas Casas. Assim, a autora descreve-as como sendo a colaboradora principal, no país, à época, da “configuração de uma sociedade estruturalmente desigual, atuando, nos limites de uma realidade periférica, no contorno das mazelas decorrentes das crises de produção e da própria economia colonial” (2008, p.3).

De modo geral, é consenso entre os estudiosos da área que a era Vargas, iniciada em 1930, representou um marco no início da organização do Estado no campo da área social. No entanto, essa atuação foi orientada, sobretudo, pela regulamentação da relação capital-trabalho. Assim, o período de 1930 a 1945 é marcado, por exemplo, pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), e pela criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) – tais como dos Marítimos (IAPM); dos Bancários (IAPB), dos Industriários (IAPI), dos Servidores do Estado (IPASE), dentre outros. Essa política desenvolveu-se ancorada na valorização do trabalho, e, tangencialmente, na promoção do desenvolvimento da atividade produtiva, que, segundo Santos (1987), teve como modelo o “sistema bismarkiano”. Aproximando-se desse entendimento, Berenice Couto (2004) que investigou a política social Varguista, aponta que:

A regulamentação das relações entre capital e trabalho foi a tônica do período, o que parece apontar uma estratégia legalista na tentativa de interferir autoritariamente, via legislação, para evitar conflito social. Toda a legislação trabalhista criada na época embasava-se na ideia do pensamento liberal brasileiro, onde a intervenção estatal buscava a harmonia entre empregadores e empregados. Era bem-vinda, na concepção dos empresários, toda a iniciativa do estado que controlasse a classe operária. Da mesma forma era bem-vinda por parte dos empregados, pois contribuía para melhorar suas condições de trabalho (COUTO, Berenice 2004, p. 95).

Com efeito, todo o aparato legal destinado ao trabalhador urbano foi respaldado na Constituição de 1934, dentre as quais podemos salientar: a regulamentação do trabalho feminino e dos menores no âmbito industrial; o salário mínimo; o repouso remunerado; a fixação da jornada de trabalho de oito horas, férias anuais remuneradas; assistência médica e dentária; amparo aos desvalidos; assistência remunerada às trabalhadoras grávidas; a proibição da disparidade salarial entre homens e mulheres e do trabalho infantil.

Observa-se, portanto, que as políticas de Vargas estavam diretamente associadas ao crescimento dos setores industrial e urbano. Essas, por sua vez, foram favorecidas pelo Processo de Substituição de Importações (PSI) – 1930/1961,

que fomentou a construção de um setor industrial voltado para bens de capital e de consumo. De fato, o Estado tornou-se um grande aliado do capital privado ao estimular e financiar a consolidação das relações capitalistas de produção. Como bem observa Faleiros (2007) sobre a relação entre política social e capitalismo, “as medidas de política social só podem ser entendidas no contexto da estrutura capitalista e no movimento histórico das transformações sociais dessas mesmas estruturas” (p.60).

Mais adiante, com o fim do Estado Novo (1930-1945), foi promulgada a 5ª Constituição Brasileira, em 1946, marcada pela restituição da ideia de Estado de Direito. Em síntese, nessa Carta Constitucional, foram restaurados direitos e garantias individuais subtraídas na Constituição de 1937. Destacamos, assim, o restabelecimento do direito de greve, do direito ao voto direto, a legitimação do funcionamento dos partidos, reabertura do Congresso. No entanto, esse período democrático foi novamente interrompido, desta vez pelo golpe militar deflagrado em 1964, que inaugurou um novo momento de recentralização no país.

Quanto aos motivos que culminaram nesse processo, associa-o, com frequência, à rejeição dos setores dominantes brasileiros, entre outros, às Reformas de Base presentes na agenda política de governo Goulart (TOLEDO, 1993). Para o objetivo desse estudo, não cabe, aqui, entrarmos em maiores detalhes acerca das especificidades que envolvem o tema. Porém, para o que ora nos interessa destacar, no centro das reformas estava a Reforma Agrária³¹. Pode-se dizer que o estabelecimento dessa proposta está, por um lado, fortemente ligada às desiguais relações sociais – de trabalho e fundiária – no campo, e, por outro lado, a ausência do Estado, em termos de políticas sociais. Nesse sentido, Cardoso Jr. e Jaccoud (2009) colocam que o nascimento da ação social estatal no Brasil esteve fortemente orientado pela relação capital e trabalho. Assim, atestam a ausência do Estado para os setores do campo, pois entre o período de 1930 a 1980, as políticas sociais implementadas no Brasil voltaram-se centralmente para o trabalhador assalariado urbano, objetivando a sua integração social ao mercado de trabalho formal.

Feito esse parêntese, as políticas sociais criadas no pós-1964 tinham por objetivo central legitimar a intervenção militar no governo brasileiro, sendo

³¹ Para mais informações, ver: “Os camponeses e a política no Brasil” de José de Souza Martins (1981), “A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)” por Aspásia de Alcântara Camargo (1981).

caracterizadas por Delgado (2007) como setoriais, emergenciais e fragmentadas. Como exemplo, destacamos a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), criado em 1964, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1966, e o Programa de Integração Social (PIS). Como é de amplo conhecimento, o fim da ditadura militar ocorreu de forma gradual, e foi marcado por ampla mobilização política e social de vários segmentos da sociedade brasileira.

Como consolidação desse processo, a Constituição de 1988 – conhecida como a Constituição Cidadã – é um marco na história das políticas sociais no país, sobretudo, por ampliar o acesso da população a determinados bens e serviços públicos. O artigo 23 do texto constitucional, que segue, é, nesse sentido, ilustrativo quanto à mudança de orientação das políticas sociais estatais voltadas, principalmente, aos mais pobres: “Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (...) X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos” (p.29). Rigorosamente falando, se nas Cartas Constitucionais anteriores, a questão da pobreza não é diretamente colocada, sendo muitas vezes abordada pelo Estado de forma assistencialista, na Constituição de 1988, a promoção da integração social dos setores desfavorecidos tornar-se-á um dever intransferível do Estado. Cardoso Jr. e Jaccoud (2009) também apontam para os avanços da Carta Magna (1988) em termos de política social. No entanto, os autores colocam que muitas das políticas previstas foram obstadas na década seguinte, por não terem sido “submetidas a um princípio único, seja da garantia de proteção a todos os cidadãos, seja de reforço ao modelo conservador de bem-estar até então em vigor” (2009, p. 183).

A influência da agenda neoliberal sobre as políticas aplicadas no Brasil, na década de 1990, é um tema que tem sido amplamente discutido nos últimos anos. Em síntese, o neoliberalismo, neste cenário, surge reificando ideais liberais, que preconizam o Estado mínimo, sustentando um discurso que prometia a um só tempo, a modernização do Estado, o combate à inflação e a retomada do desenvolvimento social e econômico. Essas melhoras dar-se-iam mediante a implementação de um conjunto de políticas e reformas estruturais na economia, no Estado e na relação deste com o resto do mundo, através do alinhamento do país ao movimento geral da globalização econômico-financeira.

É bem verdade que o projeto neoliberal, sobretudo de privatizações, foi implementado no país no fugaz Governo Collor – 1990/1992 – (MACIAL, 2011). Mas, é, sobretudo, durante os governos de FHC (1995-1998; 1999-2002) que o neoliberalismo ou o estilo social de economia mista, se consolida no país, implicando em profundos impactos sobre a agenda social dos anos 1990. Evidentemente, não detalharemos aqui a ação governamental de FHC para a área, pois a temática é tão abrangente que daria uma outra dissertação³². Mas ressalta-se, pelo menos, um aspecto. À luz de tudo o que foi dito até aqui, a desregulamentação trabalhista, a flexibilização na Consolidação das leis do trabalho e as reformas da Previdência Social (PEC 33/95 e PEC 40/2003³³), levadas a cabo desde o ano de 1995, revelam uma mudança na estratégia de ação do Estado em termos de políticas sociais. Pois, se desde o início da década de 1930, o Estado vinha buscando garantir o acesso a um sistema de benefícios relacionados ao trabalho, a partir de meados da década de 1990, o que se tem visto no país é a adoção de um conjunto de medidas estatais num sentido oposto. Isto é, medidas que mais colocaram um grande número de pessoas desprotegidas socialmente. Mas, mesmo colocando esta mudança de orientação, é importante notar que, conforme Castro e Cardoso Jr. (2009), 72,3% de todo o gasto social do governo FHC foi direcionado para as políticas relacionadas ao eixo Trabalho e Emprego. Os recursos alocados foram destinados: à políticas de apoio ao trabalhador, à organização agrária e política fundiária, bem como – e, sobretudo – às políticas previdenciárias.

Já a política social no primeiro mandato de Lula, segundo Fagnani (2011), pode ser dividida em duas fases fundamentais: I) A primeira, compreende os anos de 2003-2005, sendo denominada pelo autor como “Mudança ou Continuidade”. Corresponde ao período no qual o Governo manteve políticas ortodoxas para economia, com impactos para a área social. Em síntese, neste período a disputa deu-se em torno do debate quanto à melhor estratégia de ação do Governo para a área social, isto é, se teria como foco a implementação de políticas “universalizantes” ou “focalizadas”, sendo esta última fortemente defendida pelo

³² Para mais informações, ver Castro e Cardoso Jr (2009).

³³ A segunda reforma da previdência (PEC 40 /2003) foi realizada já no governo Lula.

Ministério da fazenda; II) a segunda fase, por sua vez, foi denominada como “Ensaio Desenvolvimentista”. Compreende o período de 2003-2010, no qual a ação governamental voltou-se para a área social. Nesse contexto, seguindo esse autor, o arrefecimento da agenda do “Estado Mínimo”, foi seguido pela ampliação de gastos com a área social através da combinação de políticas focalizadas e universais.

Durante o Governo Lula, a agenda política para a gestão da pobreza, sobretudo à extrema, foi consideravelmente ampliada, elevando-a ao status de principal ação política do Governo. Nesse sentido, tal como expomos brevemente no capítulo anterior, o carro-chefe das políticas sociais do governo Lula (2003-2007) foi o Programa Bolsa Família³⁴, que tem por substrato a vulnerabilidade social dos beneficiários. Mas, ainda assim, se faz necessário observar a importante atuação do governo em outras áreas da política social, tal como a Educação, sobretudo, voltada ao ensino superior.

Tendo em vista os limites e objetivos dessa dissertação, não nos deteremos aqui em aprofundar a discussão a respeito dos impactos do Bolsa Família ou das demais políticas sociais implementadas em âmbito Federal, no período de 2003 à 2007. Ainda assim – e mesmo aceitando implicitamente as delimitações propostas pelas fontes de dados – mapeamos as principais ações desenvolvidas e políticas implementadas pelo Governo Federal no período, com o objetivo de traçarmos um retrato geral da ação estatal, voltada para a área social, no Governo Lula.

Desta forma, é possível perceber no quadro 3, que tais ações podem ser divididas em oito grupos principais, chamadas aqui de eixos estruturadores da política social. São elas: I). Saúde; II). Educação; III). Trabalho e Renda; IV). Combate à pobreza; V). Assistência Social; VI). Infraestrutura; vii. Políticas agrárias; viii. Ampliação da Democracia/Fomento à participação cidadã.

³⁴ Para mais informações, ver: Alzanira Silva e Lima (2010).

Quadro 3 - Abrangência da Ação Social Estatal em âmbito federal no Brasil (2003-2007)

EIXO ESTRUTURADOR	PRINCIPAIS AÇÕES E PROGRAMAS CRIADOS DE ÂMBITO FEDERAL PARA A ÁREA SOCIAL (2003-2007)
Educação	– Criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); – Aprovação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação; – Início da ampliação das instituições públicas de ensino superior (IES); – Programa Universidade para Todos (Prouni), em 2004.
Saúde	– Aprofundamento do Programa de Saúde Família, voltado para atenção; – Programa Brasil Sorridente; – Programa Farmácia Popular
Trabalho e Renda	– Política de valorização do salário baseada na variação do PIB; - Criação do Fórum Nacional do Trabalho (2003), cujo objeto foi discutir a Reforma Trabalhista e Sindical; – Reforma Tributária PEC (41/03) seu principal objetivo era a extinção de tributos e redução de cobranças cumulativas; – Reforma da Previdência (PEC 40/03) pode-se dizer que último fomentar o mercado da previdência suplementar para o setor financeiro.
Combate à Pobreza	– Criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDSCF) – Instituição do Sistema único de segurança alimentar e Nutricional (Susan); – Criação do Programa Bolsa Família (2003) Unificação de vários programas de transferência de renda (Programa Bolsa Escola, Auxílio-Gás (Vale gás) e Programa Bolsa-Alimentação).

EIXO ESTRUTURADOR	PRINCIPAIS AÇÕES E PROGRAMAS CRIADOS DE ÂMBITO FEDERAL PARA A ÁREA SOCIAL (2003-2007)
Assistência Social	– Aprovação de nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS); – Aprovação do Estatuto do Idoso em 2003 (que dentre outras medidas importantes, reduziu a idade mínima para o requerimento do Benefício da Prestação Continuada de 67 anos para 65).
Infraestrutura Social	– Criação do Sistema Nacional de Habitação; – Instituição do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) – Criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) – Criação do Sistema Nacional de Saneamento; – Criação da Secretária de Transporte e Mobilidade Urbana; – Ampliação do PAC Saneamento.
Organização agrária	– Aprovação da Lei da Agricultura Familiar (2006) que institucionaliza a categoria de agricultor familiar; – Aperfeiçoamento do Programa Garantia Safra; – Programa de Aquisição de Alimentos (2003), – Programa de Seguro da Agricultura Familiar (2004).
Ampliação da Democracia/ Fomento a participação cidadã	– Ampliação da participação democrática através da criação de conferências e fóruns municipais, estaduais e nacionais. Destacamos no período: i. I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres; ii. I Conferência Nacional de dos Direitos da Pessoa com Deficiência; iii. I Conferência das Cidades.

Fonte: Elaboração própria a partir de Fagnani, 2011.

4.2 Considerações

Nesse capítulo, foi realizada uma breve apresentação de algumas das abordagens conceituais da política social estatal que pode ser definida como uma ação política comumente desenvolvida por governos. Ainda assim, pôde-se perceber que a política social estatal não possui uma definição precisa, tendo sido na prática, tratada de diferentes modos por diferentes governos.

Essa situação resultou em um movimento pendular em termos de modelo de política social a ser adotado pelo Estado, entre os modelos assistencialista e o meritocrático contributivo. Ainda assim, nota-se, a partir de uma análise comparativa e retrospectiva, o abandono gradual do caráter meramente assistencialista da política social – ainda em curso – sendo substituída pela assunção da noção de política social como um direito.

Buscamos apresentar a trajetória da política social no Brasil como uma ação estatal. Como pudemos perceber, a ação sistemática do Estado para área social é introduzida na agenda política brasileira a partir do Estado Novo, impulsionada pela implementação do capitalismo tardio. Nesse sentido, vimos que a política social esteve, sobretudo, entre as décadas de 1930 e 1980, fortemente vinculada ao mercado de trabalho formal, seguindo, portanto, uma tendência internacional.

5 PERCURSOS METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS

Frente ao problema de pesquisa suscitado nesta dissertação, o presente capítulo dedica-se a apresentar os percursos metodológicos e analíticos adotados para a consecução dos fins aqui propostos. Em linhas gerais, por concentrar a investigação em uma única sigla partidária, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso. A opção pelo estudo de caso permitiu uma análise em profundidade da produção legislativa dos deputados federais do PT na 52ª legislatura. Os dados da pesquisa foram obtidos através da coleta de fontes primárias – isto é, os PLs protocolados pelos deputados federais do PT entre os anos de 2003 e 2007. Assim, trata-se de um estudo empírico, com abordagem, sobretudo, qualitativo. No que diz respeito aos métodos de investigação utilizados, foram combinados os procedimentos *análise de discurso* e *análise de conteúdo*.

De antemão, é preciso esclarecer que a metodologia que adotamos neste trabalho foi desenvolvida no âmbito do Projeto “Ideologia e Partidos Políticos no Brasil: uma nova metodologia de classificação”, executada por pesquisadores vinculados ao grupo de pesquisa “Ideologia e Análise de Discurso”, coordenado pelos professores Daniel de Mendonça e Bianca de Freitas Linhares e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol) da UFPel. Cabe ainda

destacar que tal pesquisa iniciou-se em meados do ano de 2012. Já o ingresso da pesquisadora no grupo ocorreu no primeiro semestre do ano de 2014, concomitantemente ao início dos estudos de mestrado. O grupo, à época, contava com quatro integrantes, sendo: um professor vinculado ao PPGCPol, e coordenador da pesquisa; duas estudantes de graduação, bolsistas em iniciação científica; e uma estudante de mestrado, bolsista FAPERGS/CAPES. Atualmente, o grupo conta com doze colaboradores, sendo: com dois professores vinculados ao PPGCPol, e coordenadores do projeto; cinco estudantes de graduação, bolsistas de iniciação científica; e cinco estudantes de pós-graduação do PPGCPol. Ademais, os membros do grupo têm se dedicado coletivamente na elaboração da metodologia em questão, conquanto que também dedicam-se a um objeto de pesquisa específico em seus estudos individuais.

Isto posto, a apresentação desenvolvida neste capítulo foi dividida em duas partes. Na primeira, foi descrito o conjunto de ações metodológicas desenvolvidas pelo grupo de pesquisa, a fim de construir a ferramenta analítica para a compreensão dos comportamentos ideológico – partidários. Tal processo deu-se, centralmente, mediante o mapeamento dos sentidos ideológicos relacionados a políticas específicas, produzidos pelo campo político parlamentar. A esse respeito, cabe advertir que, de acordo com o paradigma teórico que norteia nossa pesquisa, *a compreensão de sentidos ideológicos produzidos pelo próprio campo a ser investigado, é parte intrínseca da metodologia, uma vez que partimos do pressuposto de que as posições ideológicas assumidas por sujeitos têm a sua própria particularidade que depende de um contexto histórico contingente*. Diante disso, no escopo da pesquisa, não presumimos o sentido ideológico de nenhuma política aprioristicamente. Antes, buscamos compreendê-lo, à luz da hermenêutica, mediante escrutínio de vários pronunciamentos de deputados federais (de diversos partidos), em distintas sessões da Câmara dos Deputados, no período de 2003 a 2015.

Antes de iniciarmos a apresentação da metodologia em si, cabe advertir que o mapeamento de sentidos ideológicos foi orientado pela generalidade de sua ocorrência no campo investigado. Isto porque, ainda que os sentidos ideológicos produzidos por determinado campo sejam, em geral, partilhados por seus integrantes (que, no âmbito desse projeto, referem-se aos parlamentares), isso não significa, que todos os sentidos ideológicos sejam percebidos da mesma forma por

todos os sujeitos. Além disso, outro aspecto a ser ponderado diz respeito a disputa pela significação de sentidos, por sujeitos políticos representantes antagonicamente posicionados no campo da política – o que, nos termos de Laclau, corresponde aos “significantes flutuantes”. Assim, em casos sentidos não sedimentados, visando evitar eventuais controvérsias, optamos, metodologicamente, por privilegiar os sentidos de maior recorrência, isto é, os sentidos hegemonizados dentro do campo político discursivo.

Importa, ainda, destacar que os sentidos ideológicos extraídos das falas dos parlamentares não são, por si só, suficientes para a definição ideológica da ação parlamentar. Isso ocorre porque, conforme demostramos no capítulo teórico, um discurso não está restrito ao plano da retórica. Assim, não podemos definir o comportamento ideológico de um determinado sujeito com base nesse parâmetro apenas. Nesse caso, torna-se imprescindível a confrontação dos sentidos aferidos linguisticamente com a dimensão material do comportamento dos indivíduos. É justamente com base nesse postulado que se justifica a confrontação dos sentidos atribuídos pelo próprio campo investigado com a dimensão material da ação dos sujeitos (vinculados a esse campo) para a aferição do seu comportamento ideológico. Esse processo será detalhado na segunda fase da pesquisa. Feitas essas ressalvas gerais, passamos, a seguir, à apresentação das fases da metodologia e da análise de dados.

5.1 Primeira etapa metodológica

Toda a construção dessa etapa da metodologia está teórica e tecnicamente embasada na teoria do discurso laclauiana e mouffeana. Assim, nessa fase, utilizou-se do método da análise do discurso para investigar os pronunciamentos dos deputados federais em distintas sessões da Câmara dos Deputados.

Optou-se pelo estudo longitudinal, posto que ele compreende o período de 2003 à 2015. Buscamos, assim, conhecer variados sentidos, haja vista que determinados temas estiveram mais em pauta em determinados períodos, quando comparados a outros. Exemplo disso é a grande incidência de temas relacionados à Previdência Social, em 2003, ano que os debates na Câmara dos Deputados

centraram-se, grosso modo, em torno da Reforma da Previdência. Para as coletas dos dados, foram utilizadas fontes primárias, baseadas em documentos originais, obtidos no “Banco de Discursos da Câmara dos Deputados”.

Quanto aos seus fins, essa fase da pesquisa é do tipo descritiva, já que tem como objetivo a descrição das características de determinado fenômeno social. Ou seja, a identificação de sentidos ideológicos que orientaram a construção do glossário de sentidos, norteador dessa investigação, anexado em Apêndice B.

Nessa fase da investigação, os trabalhos foram divididos em quatro etapas principais. São elas: I). Definição das “palavras detonadoras”; II). Levantamento dos “sentidos aplicados” associados a cada uma das palavras detonadoras no Banco de Discursos da Câmara dos Deputados; III). Levantamento dos “sentidos aplicados” associados a cada uma das palavras detonadoras em PLs e MPs; IV). elaboração de um glossário temático ideológico, como explicaremos minuciosamente a seguir.

i. Definição das “palavras detonadoras”

Na fase preliminar da pesquisa, realizamos a importante definição das palavras-chave que nortearam a nossa busca por sentidos aplicados. Assim, foram definidos quinze termos ideológicos amplamente reconhecidos pelo campo, a saber: *capitalismo; capitalista; comunismo; comunista; conservador; democracia; direita; esquerda; fascista; ideologia; liberal; neoliberal; progressista; socialismo e socialista*.

Esses termos foram batizados de “palavras detonadoras”, haja vista terem cumprindo o importante papel detonador, permitindo-nos iniciar a busca por “sentidos ideológicos aplicados” associados a comportamentos, ações e a políticas específicas nos pronunciamentos. Isto é, seus sentidos semânticos, considerando o contexto que as palavras detonadoras foram aplicados.

ii. Levantamento dos “sentidos aplicados” associados a cada uma das palavras detonadoras no Banco de Discursos da Câmara dos Deputados

O segundo passo consistiu no levantamento dos “sentidos aplicados” associados a cada uma das palavras detonadoras. Para tanto, buscamos por pronunciamentos nos quais as palavras detonadoras tivessem sido mencionadas. Essa busca foi realizada no “*Banco de Discursos*” de responsabilidade do Banco de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados, com o recorte temporal de investigação correspondente ao período de 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2014. Porém, em decorrência do grande número de pronunciamentos associados às palavras detonadoras, o que tornaria essa pesquisa inviável, optamos por investigar uma amostra desse material. Assim, para sua definição, foram considerados os pronunciamentos indexados nos “sumários” dos discursos e notas taquigráficas, disponíveis no mesmo endereço. Definido isto, procedemos da seguinte forma. No campo destinado à abrangência temporal da busca, foram assinaladas as seguintes datas: 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2014. No campo destinado a “Assunto”, inserimos a palavra detonadora. Deixamos os demais campos em branco, o que implicou uma busca mais abrangente.

A partir do resultado da busca, seguimos o seguinte roteiro. Primeiramente, realizamos uma leitura preliminar dos pronunciamentos destacados pela busca. Nesse momento, coletamos trechos desses documentos nos quais é possível perceber os “sentidos aplicados” associados para cada palavra detonadora. Por sentido aplicado, compreendem-se os sentidos ideológicos específicos vinculados contextualmente à palavra detonadora em questão. Porém, cumpre observar que nem todas as palavras detonadoras se encontravam associadas a ações ideológicas específicas. Para maior clareza a respeito desse ponto, a palavra detonadora “comunista”, por exemplo, foi citada em 214 pronunciamentos (indexados em sumários). No entanto, ao analisarmos esses pronunciamentos, constatamos que em muitos desses casos, sua ocorrência faz referência ao “Partido **Comunista** Brasileiro”, citado durante a fala de parlamentares. Assim, em casos como esses, em que a palavra detonadora não possuía um sentido ideológico específico, o pronunciamento foi desconsiderado.

Por último, sistematizamos as informações extraídas de cada arquivo em planilhas no programa Excel. Essas informações foram organizadas por colunas, da seguinte forma: Nome do Parlamentar, Partido, Estado, Data (da manifestação), Página (do diário que consta o pronunciamento), Trecho (destacado do pronunciamento), Palavra Detonadora Ideológica.

Como resultado dessa triagem inicial – que nos possibilitou levantar o material a partir do qual nos orientamos, em sentido amplo, na etapa posterior – segue abaixo um quadro 4 informativo com o total de pronunciamentos analisados, bem como o número de trechos de pronunciamentos selecionados:

Quadro 4 - Palavras detonadoras: arquivos e trechos selecionados de 2003 a 2014 (n)

Palavra	Total de arquivos analisados	Trechos selecionados
Capitalismo	83	24
Capitalista	21	10
Comunismo	27	12
Comunista	214	24
Conservador	18	11
Democracia	1.304	869
Direita	38	10
Esquerda	198	116
Fascista	4	4
Ideologia	184	116
Liberal	252	10
Neoliberal	69	28
Progressista	164	13
Socialismo	134	35
Socialista	216	29
Total	2.926	1311

Fonte: Quadro elaborado pelo Grupo de Pesquisa “Ideologia e análise do discurso”.

Na etapa seguinte, procedemos à análise refinada dos trechos coletados com o objetivo de identificar os sentidos ideológicos aplicados às palavras detonadoras. Dada a ocorrência de outras palavras reveladoras de sentidos nos trechos destacados, optamos por adicionar à pesquisa duas novas colunas, relacionadas às dimensões “significante” e “significado” das palavras detonadoras. Assim, essas novas colunas foram sistematizadas à direita das demais. Ademais, como alguns trechos destacados possuíam mais de um significante, para cada novo significante encontrado, novas colunas foram sendo adicionadas na planilha, proporcionalmente ao seu número.

A partir dessa triagem inicial, passamos ao processo de construção de categorias, que foram definidas segundo a identificação dos assuntos discutidos pelos parlamentares. Assim, esses foram divididos em três grandes áreas temáticas, a saber: (1) Economia, referente às políticas formuladas para as áreas do micro e da macroeconomia; (2) Estado, que guarda os temas relacionados à administração

pública e à política internacional; (3) Social, que diz respeito a variadas políticas não abrangidas nas duas primeiras áreas.

iii. Busca de sentidos específicos em PLs e em MPs

Tendo por horizonte os objetivos estabelecidos para o glossário ideológico – isto é, o estabelecimento de parâmetros para classificação ideológica de PLs e MPs – percebemos, no decorrer da leitura dos trechos coletados, que as palavras detonadoras, embora remetessem a uma farta gama de sentidos ideológicos, não raras vezes, se demonstraram pouco específicas para a busca de sentidos aplicados ligados a ações do dia a dia da política. Assim, para otimizarmos a leitura desse material, optamos por buscar em PLs e MPs novos elementos mais específicos. Procedemos então à leitura preliminar dos documentos selecionados para compor o foco dessa investigação³⁵, que nos possibilitou, num primeiro momento, identificar os principais assuntos desses documentos. Assim, em um esforço de interpretação, identificamos vinte e um (21) assuntos gerais nos documentos analisados. Em seguida, operamos a subdivisão tipológica desses assuntos, incorporando-as como subcategorias nas três grandes categorias já criadas – Economia, Estado e Social – conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 5 - Políticas extraídas dos PLs e MPs

CATEGORIAS		
ECONOMIA	ESTADO	SOCIAL
Desenvolvimento econômico		Segurança
Desenvolvimento regional	Política externa	Cidadania
Desenvolvimento sustentável	Privatizações	Direitos de minorias (indígenas)
Incentivo fiscal	Reformas (trabalhista, previdenciária...)	Direitos de minorias (LGBT)
Tributação (impostos)		Direitos de minorias (mulheres)
		Direitos de minorias (relações raciais)
		Dívida social (inclusão social)

³⁵ A seleção dos PLs e MPs foi baseada nos objetos de estudo de três mestrands do PPGCPol, também vinculadas ao grupo de pesquisa.

		Infância e juventude Educação Financiamento de campanhas eleitorais Meio ambiente Previdência Relações agrárias Relações de trabalho
--	--	---

Fonte: Quadro elaborado pelo Grupo de Pesquisa “Ideologia e análise do discurso”

Nesse sentido, o *software* de análise qualitativa de dados NVIVO nos permitiu sistematizar as categorias e subcategorias citadas, assim como codificar os seus sentidos aplicados, com base nos trechos de pronunciamentos já coletados, conforme descrito na segunda fase da pesquisa. Para tanto, primeiro exportamos os materiais referidos – que se encontravam sistematizados em arquivos de Excel – para um documento do Word para, em seguida, importá-lo para o NVIVO. A partir disso, demos início a busca dos sentidos aplicados para cada subcategoria com a ajuda do *software* em questão.

iv. Elaboração do glossário temático

Por fim, na última fase de análise dessa etapa da pesquisa, nos empenhamos em elaborar um grande glossário temático de sentidos ideológicos. Para o tratamento desses dados, adicionamos às subcategorias (Quadro 5) quatro subdivisões, ligadas ao *continuum* ideológico esquerda – direita, categorizados como: esquerda conservadora, esquerda liberal, direita liberal e direita conservadora.

Organizados dessa forma, pudemos então ordenar os sentidos aplicados – encontrados na etapa anterior – para cada uma das subcategorias por eixo ideológico. Tais sentidos estruturaram-se segundo treze eixos específicos, a saber: segurança, cidadania, direitos de minorias (LGBT), direitos de minorias (mulheres), direitos de minorias (relações raciais), dívida social (inclusão social), educação,

infância e juventude, meio ambiente, previdência, relações agrárias, relações de trabalho, financiamento de campanha eleitorais.

Em sentido amplo, os eixos temáticos foram agrupados da seguinte forma:

- *Segurança*: entre os sentidos encontrados para essa temática, tem-se, basicamente, à esquerda, a defesa do desarmamento, sobretudo, dos agentes de segurança pública, de responsabilidade do Estado. Já à direita, os sentidos referem-se ao seu oposto, isto é, o direito do armamento, sobretudo, civil, sob juízo de direito da defesa pessoa e do patrimônio.
- *Cidadania*: segundo esse recorte, tem-se, à esquerda, a defesa das liberdades individuais em âmbito religioso, sindical, de imprensa, etc., a defesa da participação popular nas mais diferentes instâncias, a não criminalização dos movimentos sociais, dentre outros. À direita, os sentidos encontrados relacionam-se basicamente à defesa da liberdade de expressão e de imprensa e na defesa da democracia.
- *Direitos de minorias (mulheres)*: os sentidos referentes a essa categoria articulam, à esquerda, posicionamentos em favor da autonomia da mulher, em termos variados, que vão desde à defesa do direito ao aborto até a igualdade e equiparação de gênero. Cabe mencionar também a relevância da temática à respeito da luta contra a violência sobre a mulher na fala dos parlamentares. À direita, somente foram identificados sentido à partir da perspectiva conservadora, relacionada, sobretudo, à contrariedade da realização do aborto.
- *Direitos de minorias (relações raciais)*: segundo esta categoria, tem-se, à esquerda, principalmente, a defesa de políticas sociais afirmativas e compensatórias, tais como as cotas em concursos públicos variados, a defesa da criminalização do racismo, dentre outros. Já à direita, somente foram encontrados sentidos relacionados à perspectiva conservadora, que aponta uma tendência desse grupo a posturas racistas.
- *Direitos de minorias LGBT*³⁶: nessa categoria, tem-se, à esquerda, sentidos relacionados ao combate à homofobia, que pode ser traduzido também na

³⁶ Cabe informar que dentre a pluralidade de siglas relacionadas à identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual (LGBT, LGBTI, LGBTQ, LGBTQI, GLS, etc.), optou-se pela da sigla LGBT - que

intervenção do Estado mediante a formulação de políticas públicas voltadas aos LGBT. À direita, somente há sentidos vinculados à perspectiva conservadora, contrários à intervenção do Estado em prol dos LGBT e contrárias à união civil de pessoas do mesmo sexo.

- *Direitos de minorias (indígenas)*: esse eixo guarda, à esquerda, sentidos relacionados aos direitos dos povos indígenas, que podem ser interpretados em termos de políticas públicas interseccionadas às diferentes áreas, tais como políticas de cotas para indígenas; defesa da demarcação de territórios indígenas; valorização dos seus saberes ancestrais, dentre outros. À direita, repete-se o fato de não haver pronunciamentos pela perspectiva liberal sobre a temática. Já vinculada à direita conservadora, o sentido localizado refere-se à integração dos povos indígenas à cultura branca.
- *Dívida social (inclusão social)*: nessa categoria, estão relacionados, à esquerda, a defesa da formulação de políticas públicas que visem combater, sobretudo, a desigualdade social e a fome. Há sentidos relacionados às políticas de habitação para vulneráveis, de acesso dos mais pobres ao judiciário, dentre outros. À direita, não identificamos sentidos relacionados à temática.
- *Educação*: para essa temática, à esquerda, encontramos sentidos relacionados ao dever do Estado como indutor de políticas públicas que visem ampliar o acesso dos mais pobres, sobretudo, às universidades. Nesse sentido, estão correlacionados à expansão de vagas nas IES públicas, à defesa de cotas sociais; à destinação de mais recursos para educação; etc. Já, à direita, os sentidos – que, via de regra, se sobrepõem nas gradações “liberal” e “conservador” – estão relacionados principalmente à valorização do ensino privado; ao incentivo de mecanismos de avaliação dos resultados educacionais, e ao papel da educação como mantenedora dos valores tradicionais.
- *Infância e juventude*: esse eixo temático guarda, à esquerda, sentidos relacionados à defesa da intervenção do Estado, mediante a formulação de políticas públicas, para a infância e juventude e os posicionamentos contrários à criminalização da juventude, na forma da redução da maioridade penal. Já,

à direita, o único sentido encontrado em falas dos deputados federais, relacionado à juventude, refere-se justamente à defesa da redução da maioria penal.

- *Financiamento de campanha eleitoral:* os sentidos guardados por essa categoria, estão, à esquerda (liberal), relacionados à defesa do financiamento público de campanhas eleitorais e à contrariedade do financiamento privado. Já vinculado à direita liberal, os sentidos são articulados em sentido oposto ao primeiro eixo ideológico, isto é, contra o financiamento público e a favor do financiamento privado de campanha. Destaca-se ainda que, para esta categoria, não foram identificados sentidos nos extremos de cada par ideológico.
- *Meio Ambiente:* nessa categoria, tem-se, à esquerda (liberal), sentidos relacionados, sobretudo, à luta ambiental, ao investimento em fontes renováveis e alternativas de energia e a denúncia da natureza predatória do modo de produção capitalista. À direita (liberal), o sentido localizado relaciona-se ao manejo sustentável do meio ambiente como um meio indutor de desenvolvimento.
- *Relações agrárias:* nessa categoria, à esquerda, tanto liberal quanto conservadora, os sentidos encontrados relacionam-se, sobretudo, à defesa da reforma agrária, do MST e a posições contrárias à concentração de terras e do latifúndio. À direita, os sentidos encontrados possuem uma aceção exatamente oposta ao primeiro eixo ideológico, isto é, relacionam-se à defesa do latifúndio e à contrariedade da reforma agrária e do MST.
- *Relações de trabalho:* os sentidos encontrados para essa categoria estão, à esquerda (liberal e conservadora), via de regra, relacionados à defesa dos direitos da classe trabalhadora, seja em termos de condições de trabalho, do direito à sindicalização e ao direito de greve, regulamentação de profissões; dentre outros. Já à direita (liberal), os sentidos vinculam-se, via de regra, à defesa da flexibilização das relações de trabalho, mediante “modernização” de leis trabalhistas.
- *Previdência:* os sentidos encontrados para essa categoria estão basicamente relacionados às reformas da Previdência, realizada em 2003, considerada pelo campo político como uma ação de direita. Nesse sentido, pode-se

interpretar que as políticas que visam à manutenção e à ampliação de direitos dos beneficiários da Previdência estão localizadas à esquerda, assim como políticas que preveem a redução dos benefícios da Previdência estão vinculadas à direita.

5.2 Segunda etapa metodológica

Com base no objetivo geral desta dissertação que, como convém lembrar, é conhecer o comportamento ideológico do PT na Câmara dos Deputados na 52ª Legislatura, no tocante à área Social, nessa fase da pesquisa, empreenderemos, enfim, a análise do material proposto.

Buscamos, com tal análise, principalmente, responder ao problema de pesquisa suscitado nessa investigação – qual seja, *como se configura o discurso ideológico petista na Câmara dos Deputados, na esfera da política social, na 52ª legislatura (2003-2007)?* –, mediante a classificação ideológica do material empírico, pois, como já discutido, o comportamento ideológico de sujeitos coletivos somente pode ser compreendido se interpretado em conexão com a dimensão material da ação social.

Além disso, não é demais recordar que, de acordo com a perspectiva teórica que adotamos, a ideológica é sempre um fenômeno discursivo estrutural, constituído socialmente. Assim, seguindo essa linha de pensamento, esta pesquisa não visa auferir a ideologia dos deputados federais petistas individualmente. Antes, busca compreender o comportamento discursivo ideológico do partido em uma delimitada conjuntura.

Trata-se, aqui, de uma pesquisa qualitativa e empírica, cuja fonte de dados é estritamente documental. Os documentos utilizados respondem por fontes primárias, por serem documentos originais. Ademais, o *corpus* da pesquisa foi delimitado nos projetos de lei ordinárias e complementares e propostas de emenda a Constituição, formulados exclusivamente por deputados federais petistas, para a área social, no período de 2003 a 2007, conforme já dito reiteradamente. Entretanto, cabe antecipar que não empregamos a noção de amostra, pois analisamos, ainda que

preliminarmente, todos os PLs protocolados pelo PT no período proposto, que nos possibilitou inventariar o corpus final de análise.

O material delimitado será analisado à luz da *análise de conteúdo*. Conforme Badin (1977), a *análise de conteúdo* corresponde a um conjunto de técnicas de investigação não aritméticas, por meio da qual é possível analisar discursos e conteúdos de diferentes tipos – tais como documentos políticos, jornalísticos, artigos, revistas, dentre outros. Nesse sentido, a análise de conteúdo consiste em um esforço de interpretação dos sentidos contidos em documentos, pois esses nem sempre se encontram de forma aparente. Diante da natureza das proposições legislativas, a análise de conteúdo demonstrou-se como a técnica mais apropriada para análise crítica do material em questão.

Isto posto, passamos agora descrever o processo de análise *stricto sensu* dos documentos já referenciados, o qual julgamos pertinente pontuar que se trata agora de uma etapa estritamente individual. Nessa segunda etapa, por questões didáticas, a análise do material foi subdividida em cinco fases principais, a saber: I). Levantamento do material; II). Catalogação do material reunido; III). Pré-análise do material compilado; IV). Pré-classificação dos PLs. V). Caracterização do *corpus* de Análise.

I. Levantamento do material

A primeira etapa analítica, correspondeu ao levantamento de todos os projetos de lei encaminhados pelos parlamentares do PT entre os anos de 2003 e 2007. Para tanto, foi acessado o *site* da Câmara dos Deputados³⁷, sendo, nessa ferramenta, selecionada a secção *Projetos de lei e outras proposições*. Nesse sítio, foi inserido, no campo destinado à abrangência temporal da busca, o recorte temporal de nossa análise, isto é, de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2007.

Assim, preliminarmente, levantou-se todos os projetos de lei protocolados no período selecionado, independentemente do partido, da autoria (se protocolado por

³⁷

Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/default.asp>

deputado, senador ou pelo Executivo) e situação (ex. arquivado, tramitado em conjunto, aguardando designação do relator, etc.).

A partir desse resultado, iniciamos o segundo passo dessa etapa, o qual se deu em torno do levantamento dos PLs protocolados exclusivamente pelos deputados federais do PT. Nesse ponto, nota-se que foram desconsiderados documentos protocolados por parlamentares do PT em conjunto com parlamentares de outras siglas. Fora isso, os demais projetos de procedência petista foram compilados independentes de sua situação, ou seja, se arquivados, devolvidos, em tramitação, etc. Ao final, foram reunidos 1022 documentos.

II. Catalogação do material reunido

Na segunda etapa da investigação, realizamos aproximação dos PLs reunidos, a partir da catalogação desse material. Assim, reunimos em uma planilha do programa Excel, as seguintes informações: Número do PL, situação, autoria, estado, ano e ementa.

III. Pré-análise do material compilado

A terceira etapa consistiu em uma aproximação mais qualitativa com o material empírico compilado. De antemão, cabe mencionar que, até esse momento, a intenção era analisar todos os projetos de lei protocolados no período pela sigla petista. No entanto, tendo em vista o grande número de PLs (n. 1022), e suas especificidades, optamos, aqui, por restringir a análise para a área social.

Para tanto, foi feita uma leitura preliminar do material, orientada, sobretudo, pela ementa e texto que acompanham os PLs, o que nos permitiu realizar a identificação dos projetos de lei por área temática. Ao final, foram identificados 593 PLs para a área Social.

IV. Pré-classificação dos PLs

Avançando na investigação, nessa etapa, foi iniciada a classificação dos PLs com base no glossário temático mencionado. Para tanto, utilizamos como suporte o Programa NVIVO (versão 11), o qual, em primeiro lugar, as categorias do glossário

foram inseridas. Logo depois, os arquivos relativos aos PLs – formulados para a área social – foram importados para o programa.

Uma vez importados, iniciamos a classificação dos PLs, que foi orientada pelos sentidos ideológicos compilados no glossário temático. E assim, deparamo-nos com a problemática de identificarmos, entre os PLs, assuntos para os quais não havíamos identificado sentidos nos pronunciamentos levantados na fase de elaboração do glossário temático, nosso guia de análise.

De forma geral, os assuntos identificados nos PLs, podem ser reunidos em três categorias temáticas, relacionadas à saúde, direito do consumidor e cultura, assim resumidos: i) para a categoria “saúde”, foram agrupados, basicamente, os projetos de lei que dispunham sobre: a ampliação do SUS; o fornecimento de medicamentos gratuito pelo SUS; as listas de transplantes de órgãos; os remédios genéricos; o reembolso do Estado pelos serviços de saúde prestados a portadores de plano de saúde; a conduta de profissionais ligados à área da saúde; entre outros; ii) para a categoria “defesa do consumidor”, foram agrupados, basicamente, os projetos de lei que dispunham: sobre as obrigações das prestadoras do serviço diversos, tais como bancos, serviços de telefone ou outros meios de comunicação eletrônica, instituições de ensino, entre outros; e iii) para a categoria “cultura”, foram agrupados, os projetos de lei que dispunham, basicamente, a respeito: da regulação da radiodifusão comunitária e das emissoras de radiodifusão de sons e imagens comerciais; da criação de fundo para a área da cultura; do incentivo às produções artísticas e culturais nacionais, vinculados ao audiovisual (filmes nacionais), mercado fonográfico (música popular), editorial (livros e revistas em quadrinho), entre outros.

Nesse ponto, cabe lembrar que, levando em consideração a perspectiva teórica que norteia essa pesquisa, metodologicamente, o mapeamento dos sentidos ideológicos produzidos pelo próprio campo investigado, constitui-se uma etapa fundamental. Isto porque, a partir dos elementos da contingência e da precariedade, as ideologias, reproduzidas por sujeitos e instituições, possuem uma particularidade própria, estando relacionadas a um contexto histórico contingente.

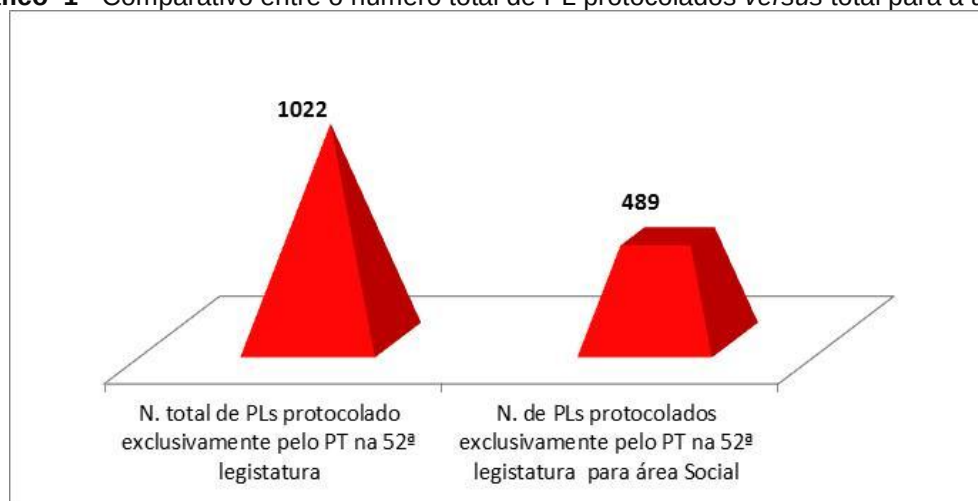
Assim, de modo a respeitar a metodologia de análise aqui proposta e não comprometer os resultados da pesquisa, optamos por excluir da análise os projetos relacionados às três áreas acima mencionadas que não estão contidas no glossário

de sentidos ideológicos. Desta forma, foram excluídos 104 PLs, conformando, portanto, nosso *corpus* de análise final por **489** PLs.

V) Caracterização *Corpus* de Análise

Conforme dados disponíveis no gráfico 1, mesmo desconsiderando aproximadamente 18% dos projetos formulados para a área social, o total de PLs investigado envolve, em termos percentuais, 47,84% do total proposto pelos parlamentares petistas no período. Nota-se, portanto, que mesmo sem usar qualquer outra informação qualificadora, este dado é por ele próprio revelador, pois demonstra a grande investida da bancada parlamentar petista, para a área social, no âmbito da 52ª legislatura.

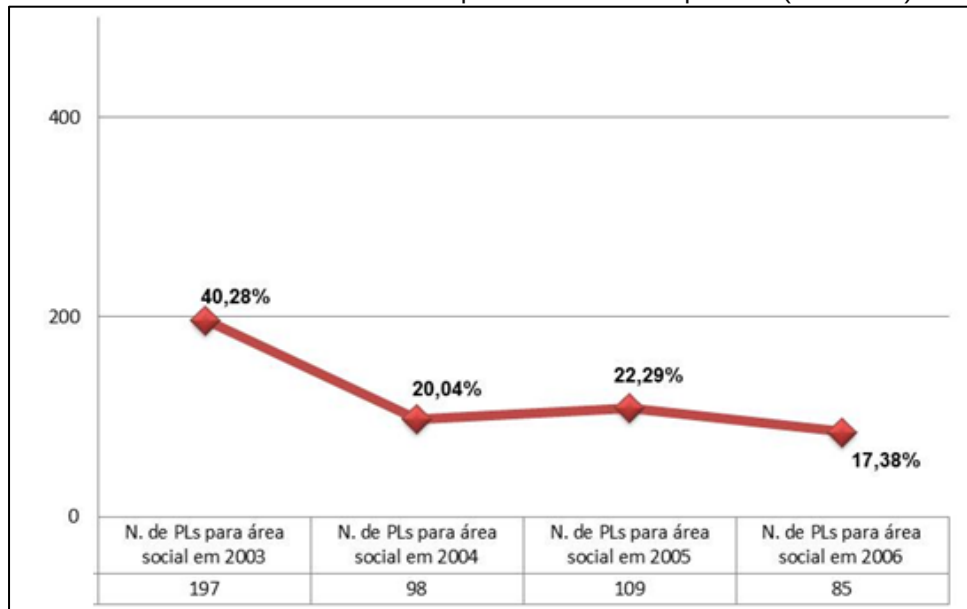
Gráfico 1 - Comparativo entre o número total de PL protocolados *versus* total para a área social



Fonte: Dados obtidos na Câmara dos deputados. Elaboração própria

Outro aspecto a revelar diz respeito ao período de maior e menor produtividade, em termos sociais, na legislatura em questão. Nesse sentido, conforme o gráfico 2, a desagregação dos dados por ano mostra que, em termos quantitativos, o ano mais produtivo corresponde ao de 2003, e o menos produtivo, ao de 2006. Isto é, refere-se ao primeiro ano e ao último ano da legislatura, respectivamente. Quando comparado o ano de 2003 com o ano de 2006, percebe-se uma queda acentuada em PLs no último ano, de 56,85%.

Além disso, nota-se ainda que somente o ano de 2003 corresponde por aproximadamente 40% do total de PLs apresentados durante todo o período para a área social.

Gráfico 2 - Total de PLs analisados para a área Social por ano (2003-007)

Fonte: Dados obtidos na Câmara dos Deputados. Elaboração própria

Outra observação relevante diz respeito à produtividade dos parlamentares em termos de apresentação de PLs, por estado, no período. Assim, a partir da desagregação dos dados por estado, é possível perceber, conforme tabela 4 abaixo, que o estado de São Paulo apresenta o maior percentual em termos de produtividade parlamentar, com 22,7%, seguido de Minas Gerais, com 11,9% e Rio Grande do Sul, com 10,6%.

Tabela 4 - Dados regionais referentes ao tamanho da bancada petista *versus* produtividade para a área Social (2003-2007)

Nome	Bancada	Percentual	PLs (n.a)	Percentual
Acre	3	3,29%	11	2,20%
Amapá	2	2,19%	2	0,40%
Bahia	7	7,60%	25	5,10%
Ceará	2	2,19%	5	1,00%
Distrito Federal	2	2,19%	34	7,00%
Espírito Santo	1	1,09%	6	1,20%
Goiás	2	2,19%	14	2,90%
Maranhão	1	1,09%	5	1,00%
Minas Gerais	11	12,80%	58	11,90%
Mato Grosso do Sul	3	3,29%	11	2,20%

Nome	Bancada	Percentual	PLs (n.a)	Percentual
Mato Grosso	1	1,09%	6	1,20%
Pará	3	3,29%	13	2,70%
Paraíba	1	1,90%	4	0,80%
Pernambuco	3	3,29%	7	1,40%
Piauí	1	1,09%	2	0,60%
Paraná	6	6,50%	39	8,00%
Rio de Janeiro	7	7,69%	22	4,50%
Rio Grande do Norte	1	1,09%	3	0,60%
Rondônia	2	2,19%	34	7,00%
Rio Grande do Sul	8	8,07%	52	10,60%
Santa Catarina	5	5,01%	7	1,40%
Sergipe	1	1,09%	0	0
São Paulo	18	19,78%	111	22,70%
Misto	-	-	18	3,70%
TOTAL	91	100%	489	100,00%

Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados.

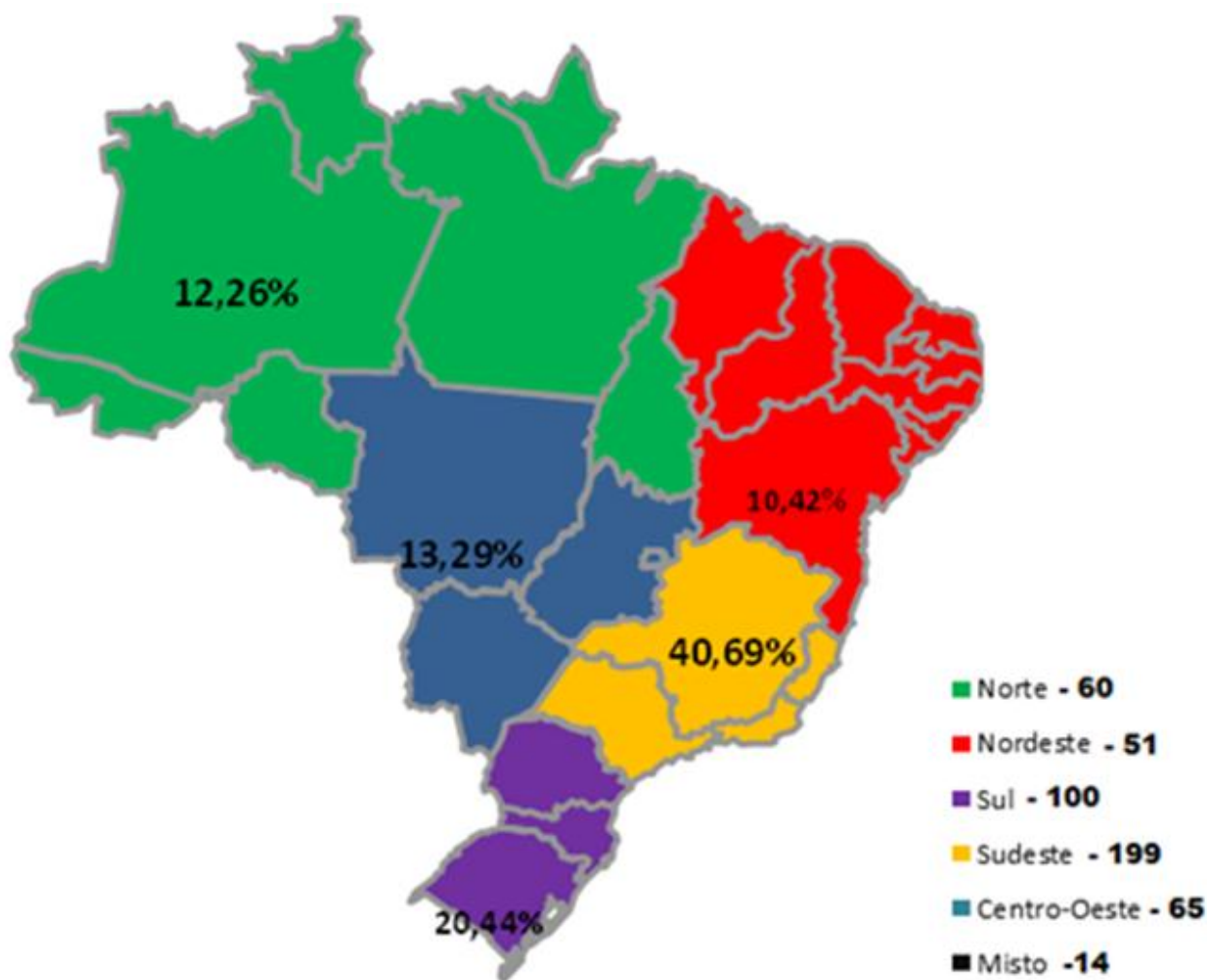
Obs.: Os percentuais referem-se aos deputados titulares na legislatura.

De um ponto de vista mais geral, a princípio, é possível observar que, no caso do estados de São Paulo e Minas Gerais, o número superior de PLs apresentado coincide com o tamanho de suas respectivas bancadas, o que poderia explicar, em parte, tal dominância. No entanto, quando observados outros estados, nota-se que a correlação direta entre essas duas dimensões não é suficiente para explicar a produtividade parlamentar. A título ilustrativo, o estado do Rio de Janeiro possuía a quarta maior bancada do partido, com 7,60%, e sua produtividade, para à área social, corresponde a somente 4,50% de PLs. Já o estado de Rondônia está entre os que possui uma das menores bancadas, com 2,19%, e a produtividade dos seus parlamentares responde por 7% do total. Ou seja, traduzindo essa diferença em termos percentuais, embora a bancada petista de Rondônia seja aproximadamente 71% menor do que a do Rio de Janeiro, seus parlamentares produziram quase 55% a mais do que os do Rio de Janeiro, para a área social, no período.

A despeito disso, quando agregada a produtividade por região, é possível relacionar a produtividade *versus* o tamanho de bancada, sobretudo para as Regiões Sul/Sudeste. O gráfico 3 revela, por exemplo, que os deputados federais

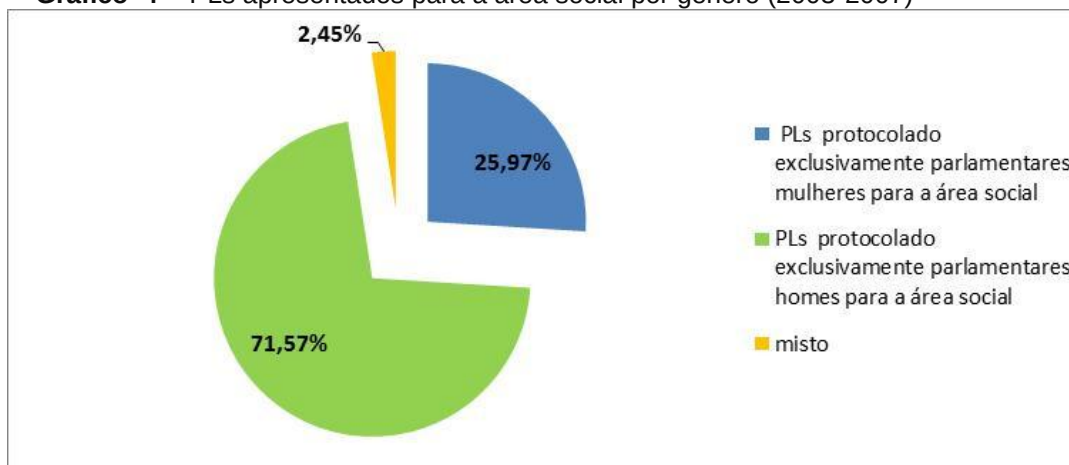
representantes da região Sudeste apresentaram 40,69% do total dos PLs voltados para a área social no período, seguidos da bancada gaúcha, com 20,44%. Em contraste, os percentuais das regiões do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, são de 13,29%, 12,26% e 10,42%, respectivamente. De uma outra perspectiva, se somados os percentuais atingidos por essas três últimas regiões, o total é ainda menor do que o apresentado somente pela região Sudeste.

Gráfico 3 - PLs apresentados para a área social por região do país (2003-2007)



Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados.

Por fim, outro dado posto a partir de uma perspectiva de gênero, refere-se à diferença, sobretudo média, da apresentação de PLs por deputados e deputadas. No gráfico 4, é possível ver com clareza o peso da produtividade masculina (71,57%) quando comparada com a feminina (25,97%).

Gráfico 4 - PLs apresentados para a área social por gênero (2003-2007)

Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados.

Obs.: Percentuais mistos referem-se a PLs protocolados por deputados e deputadas petistas, conjuntamente.

Porém, para efeitos analíticos, quando comparado o tamanho das bancadas feminina e masculina com o total de projetos protocolados para a área social no período, é possível constatar que, em média, as mulheres produziram mais de que os homens. Por meio da tabela 5, é possível verificar que, enquanto a média feminina é de 8,49% no período, a masculina é de 4,60%. Ou seja, ocorreu uma superioridade, em termos de proposição, para as mulheres, de aproximadamente 50%.

Tabela 5 - Comparação entre o número de deputados em exercício na 52ª legislatura e média de proposições apresentadas para a área social no período (2003 e 2007) por gênero.

Sexo	Número de deputados ¹	%	N. de proposições para a área social	Média proposições – área social
Mulheres	15	16,48	127	8,46
Homens	76	83,51	350	4,60

Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados.

¹ Obs.: Os percentuais referem-se aos deputados em exercício na legislatura.

5.2.1 Caracterização dos PLs por eixo temático

Esta seção visa complementar a análise iniciada na seção anterior, com a incorporação de informação relativa aos PLs formulados para a área social. De

maneira mais específica, começa-se por apresentar a classificação dos PLs por eixo temático.

De antemão, cabe pontuar a interseccionalidade de algumas temáticas como, por exemplo, política de cotas raciais para universidades, que envolvem tanto a categoria da *Educação* quanto o *Direitos de minorias (relações raciais)*. Em casos como esse, optou-se por classificar o projeto de lei em apenas uma das áreas temáticas identificada no processo de análise como a principal área de impacto, a fim de evitar alterações percentuais.

Dito isto, realizou-se várias classificações. As informações contidas no quadro 6 agrupam as políticas sociais formuladas pela sigla no período. Em primeiro lugar, nota-se, nesse mesmo quadro, que as temáticas dispostas nas proposições estruturam-se segundo treze eixos específicos, a saber: segurança, cidadania, direitos de minorias (LGBT), direitos de minorias (mulheres), direitos de minorias (relações raciais), dívida social (inclusão social), educação, infância e juventude, meio ambiente, previdência, relações agrárias, relações de trabalho, financiamento de campanha eleitoral.

Quadro 6 - Distribuição dos PLs formulados para a área social por categoria (2003-2007)

CATEGORIAS	Número
Segurança	3
Cidadania	66
Direitos de minorias (mulheres)	22
Direitos de minorias (relações raciais)	6
Direitos de minorias LGBT	6
Direitos de minorias (indígenas)	9
Dívida social (inclusão social)	18
Educação	64
Infância e juventude	27
Financiamento de campanha eleitoral	1
Meio Ambiente	34
Relações agrárias	6
Relações de trabalho	210
Previdência	17
Total	489

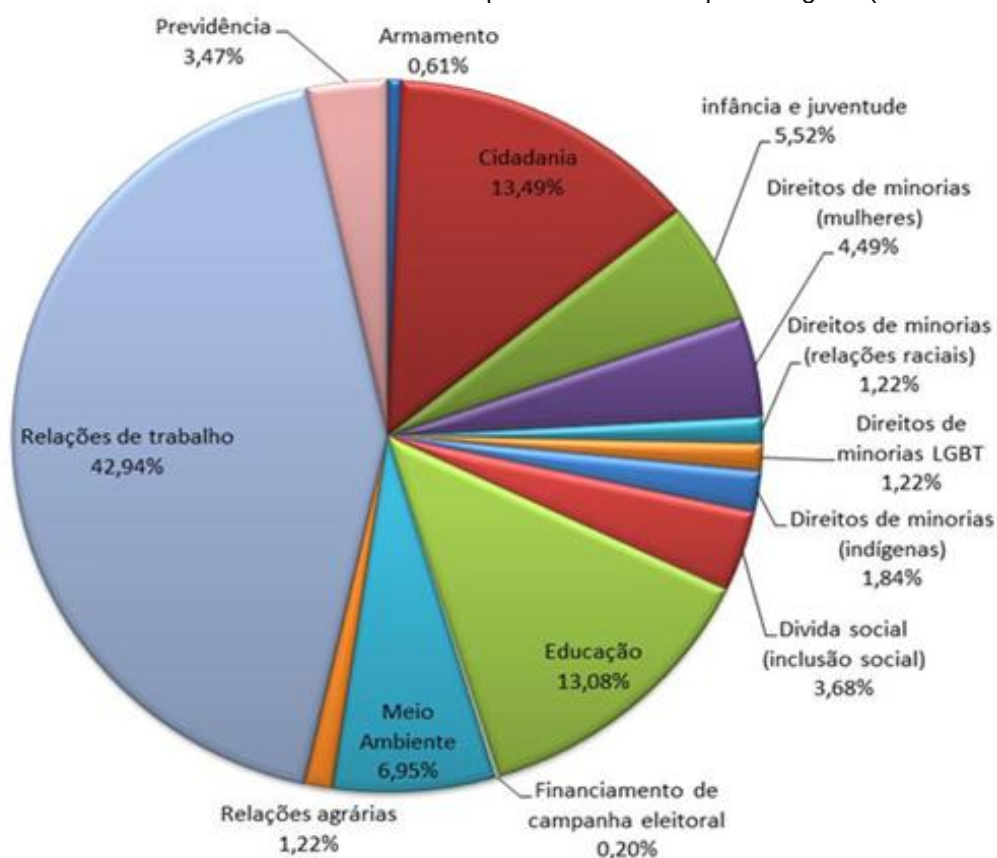
Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados.

Para complementar as informações contidas no quadro 6, essas permitem também evidenciar a relevância de cada categoria, na produção petista, em termos absolutos. Em certo sentido, nota-se, de maneira clara, que a visualização desses

dados já apresenta a resposta a uma questão importante, qual seja: quais os eixos temáticos privilegiados dentro da área social.

Já o Gráfico 5 permite visualizar a distribuição dos PLs analisados por categorias, em termos percentuais, cujo destaque é o expressivo número de projetos formulados para a categoria *Relações de Trabalho*, que responde por 42,94% do total analisado. Fica claro, portanto, a predominância da temática no período tratado. Tal resultado sugere que a bancada parlamentar petista seguiu, nessa legislatura em questão, o padrão histórico da ação social do Estado. Isto é, a centralização da ação estatal em temáticas que dizem respeito ao mundo do trabalho.

Gráfico 5 - Percentual dos PLs formulados para a área social por categoria (2003-2007)



Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados.

Outro aspecto a compor esse quadro geral evidencia-se também nos percentuais de projetos relacionados às categorias cidadania e educação, com 13,49% e 13,08% respectivamente, mais claramente na constatação de que se constituem como categorias de relevância intermediárias.

Além disso, o Gráfico 5 permite observar que somados os projetos direcionados às minorias, tem-se que cerca de 9% do total protocolado para a área

social no período. Tal cenário, de certa forma, indica os enormes desafios que se colocam às políticas voltadas aos historicamente excluídos e marginalizados no país.

5.2.2 Caracterização dos PLs por eixo ideológico

Aqui procura-se apresentar as informações gerais a respeito da classificação ideológica do material analisado. Conforme já dissemos, para alcançarmos essa meta, analisamos o material à luz do glossário temático de sentidos ideológicos. É importante esclarecer que algumas políticas inseridas em mais de um espectro ideológico, como nas gradações “*conservador*” e “*liberal*” – por exemplo, na esquerda conservadora e na esquerda liberal –. Nesses casos, optamos por classificar os PLs que encontram-se em tal situação na gradação “*liberal*”.

Uma fotografia da classificação ideológica geral realizada pode ser observada na tabela 6 abaixo:

Tabela 6 - Classificação geral dos PLs por eixo ideológico (número absoluto e percentual)

CATEGORIAS	Esquerda liberal	%	Direita liberal	%	Direita Conserv.	%	N.A total	%
Segurança	1	0,20	2	0,40	-	-	3	0,61
Cidadania	66	13,49	-	-	-	-	66	13,49
Infância e juventude	26	5,31	1	0,20	-	-	27	5,52
Direitos de minorias (mulheres)	19	3,88	-	-	3	0,61	22	4,49
Direitos de minorias (relações raciais)	6	1,22	-	-	-	-	6	1,22
Direitos de minorias (LGBT)	6	1,22	-	-	-	-	6	1,22
Direitos de minorias (indígenas)	9	1,84	-	-	-	-	9	1,84
Dívida social (inclusão social)	18	3,68	-	-	-	-	18	3,68

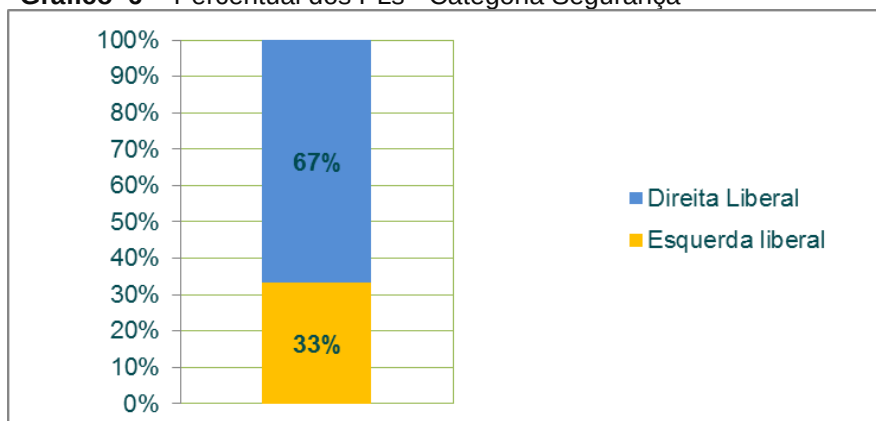
CATEGORIAS	Esquerda liberal	%	Direita liberal	%	Direita Conserv.	%	N.A total	%
Educação	64	13,08	-	-	-	-	64	13,08
Financiamento de campanha eleitoral	1	0,20	-	-	-	-	1	0,20
Meio Ambiente	33	6,74	1	0,20	-	-	34	6,95
Relações agrárias	6	1,22	-	-	-	-	6	1,22
Relações de trabalho	206	42,12	4	0,81	-	-	210	42,94
Previdência	16	3,27	1	0,20	-	-	17	3,47
Total	477	97,54%	9	1,84%	3	0,61	489	99,99

Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados.

Começando pela categoria segurança, é possível perceber que os PLs formulados para essa temática responde por menos de 1% do total. Apesar disso, ainda é significativo o fato da direita liberal concentrar mais projetos do que àqueles posicionados à esquerda. Quando comparadas em termos percentuais, é possível constatar que a direita liberal concentra aproximadamente 67% do total formulado para a categoria, enquanto a esquerda liberal tem 33% (Gráfico 6).

Em termos gerais, classificados à direita, os PLs dispõem sobre a permissão de porte de arma de fogo destinada a civis e ao comércio de armas no país.

Gráfico 6 - Percentual dos PLs - Categoria Segurança



Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados.

Já os PLs com temáticas relacionadas à categoria “**Cidadania**” somam 13,49%, tendo sido todos classificados como de esquerda liberal. Quando comparada a outras categorias em termos de relevância, seu percentual não é desprezível, já que se encontra entre as temáticas mais representativas. Quanto aos assuntos priorizados, grosso modo, os PLs classificados nessa categoria dispõem

sobre a acessibilidade aos portadores de deficiência física; a ampliação da participação comunitária em conselhos; a garantia a liberdade religiosa e a igualdade de oportunidades para religiosos, no que se refere a não-realização de provas de concurso, vestibular, vacinação, etc., aos sábados; projetos que visam garantir da liberdade de organização estudantil, sindical, etc.; a assistência jurídica gratuita a pessoas de baixa renda; a assistência técnica gratuita a projetos de construção civil popular; a gratuidade no transporte coletivo em dias de realização de pleitos eleitorais e também aos trabalhadores desempregados; os que visam assegurar os direitos fundamentais da pessoa humana, dentre outros.

No que se refere à categoria “**Infância e juventude**”, nota-se (Tabela 6), a ocorrência de um projeto de lei vinculado à direita liberal. Trata-se do PL número 2862-2004, que em termos gerais, dispõe sobre a defesa da redução da maioria penal, uma vez prevê a revogação do art. 115 do Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Os demais projetos de leis, que corresponde a 96% do total formulado para a categoria (Gráfico 7), foram todos classificados à esquerda e estão relacionados majoritariamente à defesa das crianças e dos adolescentes no que se refere à proteção contra a violência física, contra o abandono familiar, ao provimento de suas necessidades básicas.

Gráfico 7 - Percentual dos PLs - Categoria Infância e juventude



Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados.

Embora uma boa parte do total de PLs protocolados na subárea **Direitos de minorias (mulheres)**, tenha sido classificado na *esquerda liberal*, há que se destacar o fato de ter havido, no período, PLs classificados na *direita conservadora*. Quando comparados aos projetos formulados à esquerda, o percentual à direita é de

14% (Gráfico 8). Além disso, é significativo o fato de disporem a respeito da temática do aborto. São eles, os PL de números 1091-2003, 5230-2005 e 5364-2005, que, em linhas gerais, dispõem sobre: a exigência para que hospitais municipais, estaduais e federais, implantem um programa de orientação à gestante sobre os efeitos do aborto, a proibição da recomendação ou utilização de métodos de anticoncepção emergencial (por considerá-lo abortivo) e a punibilidade do aborto no caso de gravidez resultante de estupro.

Gráfico 8 - Percentual dos PLs - Categoria Direitos de minorias (mulheres)



Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados.

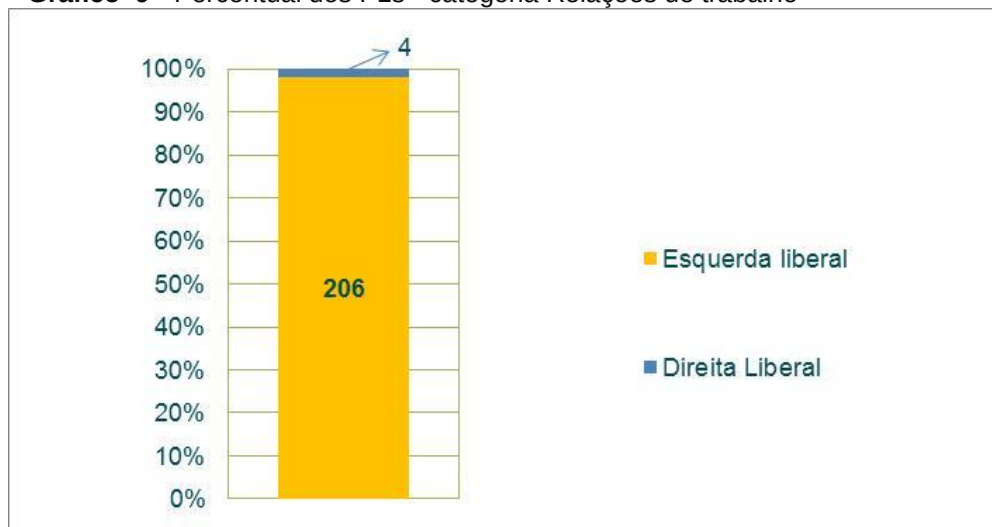
Os demais PLs vinculados a Categoria minorias, isto é, **relações raciais, LGBT e indígenas**, mostram, por sua vez, que a formulação de políticas públicas para essas temáticas corresponde ao menor percentual no período, pois juntos, esses respondem por apenas 4,28% do total. Apesar disso, destaca-se que todos os projetos englobados nessas categorias foram classificados no eixo *esquerda liberal*. Os PLs formulados para as relações raciais, de forma geral, dispõem sobre: instituição de reserva de vagas para afrodescendentes; a proteção do emprego às pessoas negras; habitação de interesse social para população negra. Já os PLs relacionados a temática *LGBT*, dispõem sobre: a proibição a contratação de pessoas como dependente econômico, companheiro ou companheira, ou participante de grupo familiar de outrem em razão de pertencerem ao mesmo sexo, considerando-se o ato com tal finalidade discriminatório e punível na forma da legislação específica; a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática,

manifestação, identidade, preferência sexual e dá outras providências; o estabelecimento como crime hediondo o cometido contra homossexuais, em razão de sua orientação sexual; para incluir na situação jurídica de dependente, para fins previdenciários, o companheiro homossexual, dentre outros. Os PLs relacionados à temática indígena, por sua vez, dispõem, de forma geral, sobre: criação da Fundação Universidade Federal Autônoma dos Povos Indígenas; cotas em universidade destinadas aos indígenas; reassentamento de terras indígenas; a promoção da cultura das comunidades indígenas; a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Indígena nas escolas; o reconhecimento Medicinal das Terapias e do patrimônio biogenético das populações indígenas, entre outros.

A produção parlamentar relacionada à categoria *Financiamento de campanha eleitoral* também apresentou um percentual bastante modesto no período, com 0,2%. Em verdade, foi apresentado apenas 1 projeto classificado à esquerda, relacionado à proibição de clubes esportivos financiarem campanhas eleitorais.

Já os PLs relacionados à categoria *Relações de trabalho* foram, por seu turno, os que mais tiveram incidência no período, absorvendo quase 42,12% de tudo que foi produzido no período para a área social. Outro dado relevante é que, desse conjunto de PLs, aproximadamente 98% corresponde à *esquerda liberal* (Gráfico 9). Em linhas gerais, no escopo dos projetos relacionados a tal categoria, tem-se os que dispõem: pela garantia dos trabalhadores à prevenção dos riscos decorrentes do trabalho; a instituição do vale-transporte; a ampliação de seguro desemprego; a regulamentação de profissões, a concessão de anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório; a regulação do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, regulação das condições de trabalho, dentre outros.

Os projetos classificados à direita, referem-se: à permissão para a contratação direta por parte do Estado; à permissão para que o limite mínimo de uma hora de intervalo para repouso ou alimentação possa ser reduzido em casos específicos; ao disciplinamento do trabalho avulso, sem vínculo empregatício (mediante reconhecimento da flexibilização das relações de trabalho).

Gráfico 9 - Percentual dos PLs - categoria Relações de trabalho

Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados.

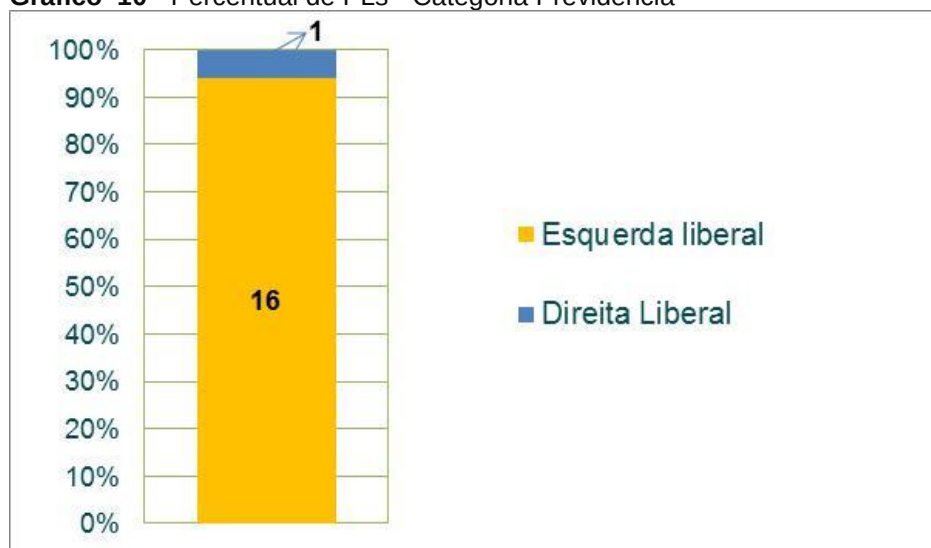
Depois das categorias *relações de trabalho* e *cidadania*, que juntas representam cerca de 56% dos projetos de lei formulados para a área social, a terceira categoria mais expressiva é a relacionada à *educação*, com 13,08%, cuja classificação ideológica se localiza centralmente no eixo *esquerda liberal*.

De maneira aproximada, entre os assuntos dispostos nos projetos apresentados, destacam-se os destinados à autorização para criação de IES, correspondendo à aproximadamente 35% do total formulado para a categoria. A título de informação, foram formulados 21 PLs destinados à criação de IES no período. Destaca-se ainda, a recorrência de projetos relacionados ao estabelecimento de vagas nas IES para alunos egressos da Rede Pública, a instituição de bolsas universitárias federais para alunos egressos de escola pública, concessão de passe estudantil, entre outros.

Ao que se refere a categoria “*Previdência*” existem pelo menos dois aspectos interessantes que merecem destaque. O primeiro deles refere-se ao fato de que, embora a baixa incidência de projetos vinculados a esta categoria (3,47% - Tabela 6), estes foram majoritariamente classificados no campo da esquerda liberal, correspondendo a 94% do seu total, conforme é possível observar no gráfico 10. O segundo aspecto refere-se ao PL nº 748-2003, classificado no campo da direita liberal. Esse projeto prevê a elevação da contribuição previdenciária das empresas que contratarem aposentados e a suspensão da percepção do benefício dos aposentados que retornem à atividade. A justificativa do legislador para tal

proposição baseia-se “no aumento da disponibilidade de postos de trabalho para os jovens e demais trabalhadores que não percebem qualquer remuneração do Estado para se sustentar”. Pontualmente, é interessante, para mostrar o contraste, observar o PL nº 5436-2005, que prevê justamente o contrário. Ou seja, tal PL dispõe sobre o incentivo para a contratação de trabalhadores aposentados, pois, segundo justifica “o benefício previdenciário repõe parcela relativamente pequena do salário anterior do aposentado”.

Gráfico 10 - Percentual de PLs - Categoria Previdência



Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados.

No que toca à categoria “Relações Agrárias” destaca-se em primeiro lugar, a baixa produção de PLs relacionados à essa temática, que é de 1,22%, conforme a tabela 6. Além disso, nota-se que a classificação desses PLs situa-se integralmente no campo da *esquerda liberal*, dispondo basicamente acerca da reforma agrária.

A proposição de PLs relacionados à categoria *Dívida social – Inclusão social*, gira em torno de 3,68% do percentual total de proposições do período para a área social, tendo sido classificados, também, integralmente à esquerda (liberal). Esses projetos estão basicamente relacionados às políticas voltadas à transferência de renda, tais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada.

Por fim, levando-se em conta os PLs englobados na categoria *Meio Ambiente*, vê-se que sua taxa de incidência é de 6,95% quando considerado o total analisado (Tabela 6). O atributo ligado à dimensão ideológica, disposto no gráfico 11, mostra que 97% dos PLs relacionados à categoria foram classificados no campo da esquerda liberal e 3% no da direita liberal. Entre os assuntos dos PLs classificados à

esquerda do espectro ideológico, destacam-se a defesa da produção de energia elétrica e da energia solar, o estabelecimento de áreas de Preservação Permanente; investimentos em projetos ambientais, entre outros. Já o PL classificado na direita liberal, de número 7675-2006, estabelece as diretrizes para Uso Sustentável da Biodiversidade da Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima, da Amazônia, e outros Biomas Nacionais, e dá outras providências.

Gráfico 11 - Percentual de PLs na Categoria Meio Ambiente



Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados.

Do que foi colocado até o momento, importa ressaltar que, para além da concentração temática na área social, sobretudo, na categoria “Relações de Trabalho” (42,12%), é possível notar que os PLs analisados concentram-se, majoritariamente, à esquerda, respondendo por 97,54% do total (Tabela 6).

Esse dado não é nada trivial, pois, numa conjectura analítica, mesmo que os 104 PLs excluídos (relacionados às categorias saúde, cultura e direitos do consumidor) tivessem sido classificados à direita do espectro político, o percentual de PLs classificados à esquerda ainda se manteria em patamar bastante superior, por corresponder a 80,43% do número total de PLs. Assim, é possível afirmar que a bancada petista, na 52ª legislatura, foi interpelada por um discurso majoritariamente de esquerda, no âmbito da política social.

Pode-se ainda envidar esforços visando conjecturar o peso desse percentual dentro da produção total da bancada petista no período da análise. Nesse sentido, se considerado o total de PLs protocolados pela bancada petista no período (n.1022), nota-se que os PLs aqui classificados à esquerda (n.477) respondem por

46,67% desse total. Obviamente, trata-se apenas de conjecturas; porém, tal leitura pode contribuir para a reflexão acerca da interpelação do discurso de esquerda sobre a bancada petista no período analisado.

5.4 Considerações

Este capítulo percorreu o tratamento metodológico empregado inerente à investigação em tela, a partir de dois momentos que, conjugados, possibilitou-nos alcançar o objetivo central dessa dissertação, qual seja, a compreensão do comportamento ideológico da bancada petista na 52ª legislatura (2003-2007) para a Área Social.

Acerca do primeiro momento, que corresponde ao trabalho realizado conjuntamente ao grupo de pesquisa “Ideologia e Análise de Discurso”, buscamos apresentar os caminhos metodológicos percorridos até a criação da ferramenta analítica, isto é, o glossário temático que subsidiou esta investigação.

Já com relação ao segundo momento, que corresponde ao da análise empírica do *corpus* da investigação, buscamos descrever analiticamente as diversas etapas da análise empregada, bem como o conjunto de resultados aos quais chegamos com a pesquisa realizada.

Nesse sentido, os dados demonstrados neste capítulo revelam, com clareza, a relevância da temática social no âmbito da ação parlamentar petista ou, mais especificamente, em sua produção legislativa em termos de formulação de projetos de lei. Este argumento, por sua vez, pode ser confirmado quando verifica-se que, do total de PLs protocolados no período da análise, pelo menos 47,84% corresponde à Área Social, conforme demonstrado no gráfico 1.

Além disso, esse percentual traz consideráveis implicações sobre a caracterização da atuação ideológica da bancada petista no período. Mesmo levando-se em conta que o corpus investigado nessa pesquisa corresponda a 83% do total formulado para a área social, é possível notar que os projetos classificados se concentram, majoritariamente, à esquerda, correspondendo a 97,54% do total de PLs investigados (Tabela 6).

Outro aspecto a ser ressaltado é que, embora os projetos de lei formulados para a Área Social possam ser englobados em treze temáticas gerais – a saber: segurança, cidadania, direitos de minorias (LGBT), direitos de minorias (mulheres), direitos de minorias (relações raciais), dívida social (inclusão social), educação, infância e juventude, meio ambiente, previdência, relações agrárias, relações de trabalho, financiamento de campanha eleitorais –, a análise empírica demonstrou a relevância das temáticas relacionadas ao mundo do trabalho, dentro da produção petista para a área social. Nesse sentido, recorrendo novamente a tabela 6, é digno de nota que os projetos de lei relacionados à temática em questão correspondam a quase 43% do total investigado. Daí a ideia-força que a regulação do mundo do trabalho segue possuindo uma centralidade na ação social estatal, sendo este um legado histórico do Partido dos Trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações discursivas do Partido dos Trabalhadores ocorridas desde, pelo menos, a década de 1990, conforme apontada pela literatura especializada, não se fizeram sentir no comportamento ideológico da bancada petista PT na 52ª legislatura da Câmara dos Deputados, pelo menos no que diz respeito a sua produção legislativa para a Área Social. É o que aponta os resultados desta dissertação, ao responder o nosso questionamento norteador, que foi: *como se configura o discurso ideológico petista na Câmara dos Deputados, na esfera da política social, na 52ª legislatura (2003-2007)?*

Assim, como pudemos observar nas evidências apresentadas no âmbito deste trabalho, a produção parlamentar do PT para a Área Social no período analisado foi, majoritariamente, orientada pelo discurso de esquerda. Tal resultado, nos permite confirmar, ainda, a hipótese que já vínhamos trabalhando acerca do comportamento ideológico da bancada petista, que foi: *a despeito da heterogeneidade ser a marca distintiva do Partido dos Trabalhadores, o comportamento ideológico da agremiação no âmbito das políticas sociais, na Câmara dos Deputados, foi hegemonicamente orientado pela ideologia de esquerda na 52ª legislatura (2003-2007). Defendemos que tal configuração demarca a não desprezível e histórica visão de mundo da agremiação no que diz respeito ao dever do Estado frente ao projeto de enfrentamento da questão social, tal como se conforma no Brasil contemporâneo.*

Nesse sentido, corroboram para a confirmação de nossa hipótese o fato de que, mesmo levando-se em conta que o *corpus* investigado nessa pesquisa representa 83% do total de PLs formulados para a área social, os resultados encontrados demonstram que 97,54% da produção legislativa investigada foi

classificada à esquerda no *continuum* ideológico, de acordo com os sentidos produzidos pelo próprio campo discursivo da representação política. Em uma comparação que é possível ser feita, é importante frisar que, mesmo que os 104 PLs – também formulados para a área social, porém excluídos por falta de definição em nosso glossário – tivessem sido classificados à direita no espectro político (o que seria pouco provável), o percentual de PLs classificados à esquerda ainda se

manteria um patamar sobejamente superior, por corresponder a 80,43% do total formulado para a Área Social no período estudado.

Além desse questionamento geral, buscamos, ao longo de todo processo desta dissertação, identificar as questões que nortearam os objetivos de nossa pesquisa, que reolocamos a seguir. O objetivo geral buscou *a compreensão do comportamento discursivo-ideológico da agremiação petista circunscrita ao parlamento, dentro da temática e período aqui proposto*. Esse objetivo geral foi seguido de mais quatro objetivos específicos, quais sejam: I) O mapeamento, quantitativo, do número total de projetos de lei encaminhados pelos deputados federais do PT na 52ª legislatura; II) A identificação, também quantitativa, o número total de projetos de lei formulados para a área social, mensurando a relevância em termos percentuais; III) A classificação ideológica das políticas sociais; e IV) O conhecimento, na Área Social, dos eixos temáticos privilegiados. Neste sentido, busca-se, na sequência, explicitar tais resultados.

Em síntese, no que se refere ao número total de projetos de lei protocolados pelos deputados federais do PT na 52ª Legislatura, o mapeamento levado a cabo nesta pesquisa demonstrou que, no período de 2003 a 2007, foram apresentados 1022 PLs de autoria exclusiva dos deputados federais do PT. Este dado, por si só, possui grande pertinência em nossa pesquisa, pois, sem ele, não poderíamos avançar na identificação do objetivo seguinte.

Nessa perspectiva, em atenção ao questionamento levantado no segundo objetivo específico, os dados apresentados revelam que, no período em análise, foram formulados 593 PLs para a Área Social, correspondendo, portanto, à 58,02% do total protocolado pelos parlamentares petistas. Como já dito, desse total, analisamos em profundidade 489 PLs que, percentualmente, correspondem a 80,43% do conjunto de projetos encaminhados para a Área Social. Dito isto, é possível afirmar a relevância desta Área na ação legislativa petista, tendo em vista representar pouco mais da metade dos projetos de lei formulados entre os anos de 2003 e 2007.

Já a classificação ideológica das políticas sociais permitiu caracterizar uma tendência ideológica quanto ao comportamento da bancada petista circunscrita a essa Área no período analisado. Nesse sentido, no que toca aos PLs formulados para a Área Social na 52ª legislatura, vê-se que, de acordo com os sentidos

ideológicos produzidos pelo próprio campo parlamentar, gira em torno de 97,54% o percentual de sua classificação à esquerda no *continuum* ideológico.

Por fim, o processo de classificação ideológica das políticas sociais permitiu também identificar as áreas temáticas privilegiadas pela bancada petista, no âmbito da política social. Nesse sentido, a despeito dos PLs protocolados poder ser relacionados num conjunto de treze áreas temáticas, quais sejam: i. Segurança; ii. Cidadania; iii. Direitos de minorias (LGBT); iv. Direitos de minorias (mulheres); v. Direitos de minorias (relações raciais); vi. Dívida social (inclusão social); vii. Educação; viii. Infância e juventude; ix. Meio ambiente; x. Previdência; xi. Relações agrárias; xii. Relações de trabalho; xiii. Financiamento de campanha eleitorais, há que se reconhecer a relevância da temática “relações de trabalho”, a qual, na referida Legislatura, ocupou 42,94% do percentual do total de PLs formulados para a Área Social. Em outras palavras, representou quase metade de tudo o que foi produzido para esta área, o que torna inequívoca a sua relevância.

É importante afirmar ainda, à guisa de conclusão, que, a despeito do discurso parlamentar petista no âmbito social ter sido majoritariamente interpelado pela ideologia de esquerda, seguimos rechaçando qualquer forma de determinismo ideológico em relação à realidade social, ainda mais no tocante a uma compreensão adequada do fenômeno partidário. Sem recepcionar uma visão teórica ingênua – que apela à noção mesma da existência de uma realidade extra ideológica que justifica comportamentos discursivos aparentemente incongruentes –, reforçamos, por meio das evidências observadas no âmbito deste trabalho, a pertinência de uma análise não determinista, à medida que, embora em número bastante limitado, também foram protocolados PLs por deputados federais petistas, orientados pela ideologia de direita, conforme demonstrado.

Assim, seja por meio de uma abordagem mais voltada às dinâmicas intrapartidárias, seja pela investigação das configurações e disputas no campo da discursividade, investigar o comportamento ideológico partidário à luz das noções de contingência e de precariedade discursivas, constitui-se em uma promissora chave interpretativa à disposição do importante do esforço de compreensão dos sistemas político e partidário em nossa conjuntura.

Em tempos de discussão sobre a relevância das ideologias para a compreensão dos partidos políticos, apenas uma avaliação pormenorizada a respeito de como se comportam os sujeitos no campo político nos permitirá fugir

das armadilhas do determinismo que apresenta as agremiações partidárias como instituições monolíticas e homogêneas.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique H. de. "Presidencialismo de coalisão: o dilema institucional brasileiro". **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, 1988, p. 5-32. Disponível em: <<https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizacao-sergio-abranches.pdf>> Acessado em: 20 mai. 2015.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

AMARAL, Oswaldo E. do. **As transformações na organização interna Do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. 2010. f. 293. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000780901&fd=y>> Acessado em: 25 mai. 2015.

SANTOS NETO, Arnaldo Bastos; SANTOS, Leila Borges Dias. Ferdinand Lassalle e o Estado de Bem-Estar Social. **Revista da Faculdade de Direito da UFGO**, v. 33, p. 15-30, 2008. Disponível em: <<http://jurisvox.unipam.edu.br/documents/48188/50622/ferdinand.pdf>> Acessado em: 06 jul. 2016.

BRASIL. **Regimento interno da Câmara dos Deputados**, 13ª edição, p. 90-93, Brasília: Gráfica do Senado, 2015. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18847>> Acessado em 13 mai. 2015.

_____. **Constituição Federal de 1891**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm> Acessado em 05 set. 2016.

_____. **Constituição Federal de 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> Acessado em: 05 set. 2016

_____. **Constituição Federal de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm> Acessado em: 05 set. 2016.

_____. **Constituição Federal de 1946.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm> Acessado em: 05 set. 2016.

_____. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acessado em: 05 set. 2016.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Disponível: <http://www.mds.gov.br/> Acessado em: 05 set. 2016.

_____. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**", Ministério da Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192> Acessado em: 16 set. 2016.

_____. **Portal da Câmara Federal.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/> Acessado em 04 Abr. 2015.

_____. **Proposta de Emenda a Constituição – PEC 33/1995**, Modifica o Sistema de Previdência Social, estabelece normas de transição e dá outras providências. **Diário do Congresso Nacional**, Poder legislativo, Brasília, DF, 28 mar. 1995. Seção 1. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11ABR1995.pdf#page=42>> Acessado em 21 Jul. 2016.

_____. **Proposta de Emenda a Constituição – PEC 40/2003.** Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 142 e 149 da Constituição Federal, o art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. **Diário do Congresso Nacional**, Poder legislativo, Brasília, DF, 30 abr. 2003,. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=113716>> Acessado em 21 Jul. 2016.

_____. **Tribunal Superior Eleitoral.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>> Acessado em 21 abr. 2016.

BEHRING, Elaine. R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. v. 1. 213p.

BIROLI, Flávia. MELLO, Janine. Gênero e representação política: hipóteses sobre a atuação de deputadas e deputados federais na 52a Legislatura. **Revista Ártemis**, UFPB, v. 11, p. 1-20, 2010. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/10685/5918>> Acessado em 15 ago. 2016.

BORGES, Arleth Santos. **A construção do Partido dos Trabalhadores no maranhão**. Dissertação (mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000131449&fd=y>> Acessado em 02 set. 2016.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964). In: BORIS, Fausto (dir.) **O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)**. 2ª edição. São Paulo. Difel, 1983.

CARDOSO JR., José Celso; JACCOUD, Luciana. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2009. p.181-261. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5491> Acessado em 10 set. 2016.

CASTRO, Jorge Abrahão; CARDOSO JR. José Celso. Políticas Sociais no Brasil: Gasto Social do Governo Federal de 1988 a 2002. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2009. p. 261-318. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5491> Acessado em 10 set. 2016.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº2, p.319-351, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n2/03.pdf>> Acessado em: 15 mai. 2015.

_____. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, p. 307- 339, nov, 2007. <<http://www.scielo.br/pdf/op/v13n2/a04v13n2.pdf>> Acessado em: 05 abr. 2015.

_____. Identificação ideológica e voto para presidente. **Opinião Pública**, n. 8, p. 54-79, 2002. Disponível em <<http://www.redalyc.org/pdf/329/32980104.pdf>> Acessado em 04 abr. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **O Que é Ideologia**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COUTO, Claudio Gonçalves. **O desafio de ser governo: o PT na Prefeitura de São Paulo (1989-1992)**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, .

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou (A seguir)**; São Paulo: Editora UNESP, 2002. Tradução: Fábio Landa, 92 p.

DELGADO, Guilherme. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. 2009. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 19-50. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5491> Acessado em 10 set. 2016.

ESPAR-ARGERICH, Miguel. O manifesto, discurso fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), e a Carta de Princípios, que o antecedeu: uma abordagem dialógica. In: PG Letras 30 Anos, 2006, Recife. **Anais** do PG Letras 30 Anos, 2006, v. 1. p. 201-217. Disponível em: <http://www.pglettras.com.br/Anais-30-Anos/Docs/Artigos/2.%20Pesq%20em%20andamento%20Ling%C3%BC%C3%ADstica/2.12%20Miguel%20Espar.pdf> Acessado em: 19 mai. 2015.

ELIAS, Paulo Eduardo. Estado e saúde: os desafios do Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**. vol.18 no.3, p. 41-46, São Paulo July/Sept. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300005> Acessado em: 25 ago. 2016.

FALEIROS, Vicente de P. **O que é política social**. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, (Primeiros Passos).

_____. **A política social no Estado capitalista**. SP: Cortez, 2007.

FAGNANI, Eduardo. A política social do Governo Lula (2003/2010): perspectiva histórica. **Ser Social** (UnB), v. 13, p. 41-80, 2011.

FERGER, Zsuzsa. Política Social. In: **Dicionário do Pensamento social do Século XX**. Tradução de Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

FIGUEIREDO, Argelina C. Formação, Funcionamento e Desempenho das Coalizões de Governo no Brasil. In: 5 Encontro da ABCP, 2006, **Anais da Associação Brasileira de Ciência Política**. Belo Horizonte, 2006.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Carta de Princípios**. Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/cartadeprincipios_0.pdf> Acessado em: 22 Abr 2015

_____. **Carta ao povo brasileiro**. Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf> Acessado em: 22 abr. 2015

_____. **Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores**. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/discursodelula1convecacao.pdf> Acessado em 22 abr. 2015.

_____. **Manifesto de lançamento do PT**. Disponível em http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/manifestodelancamento_0.pdf Acessado em: 22 abr. 2015.

_____. **Plano de ação política e organizativa do PT para o período 1986-1988**. Disponível em <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/planodeacaopolitica.pdf>>. Acessado em: 22 abr. 2015.

_____. **Resolução das tendências internas aprovadas em 1990**. Disponível em <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/anexo.pdf>> Acessado em: 22 abr 2015.

_____. **Programa de governo PT – coligação Lula presidente (2002)**. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/uploads/programagoverno.pdf>>. Acessado em: 22 abr. 2015.

GUTIERREZ, Andriei; MARTUSCELLI, Danilo. PT e PSTU sob os auspícios do capitalismo neoliberal no Brasil. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2003, Campinas. **Anais da Sociedade Brasileira de Sociologia**, CAMPINAS, 2003.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e Welfare State: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Revista de Administração Pública** vol.40 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2006. Disponível no link: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000200003>
 Acessado em: 19 ago. 2016.

HUNTER, Wendy. The Normalization of an Anomaly: The Workers' Party in Brazil. **World Politics**, Princeton, n. 59, p. 440-475, 2007. Disponível em:
http://archives.cerium.ca/IMG/pdf/Hunter_1.pdf Acessado em: 05 abr. 2016.

KECK, Margareth Elizabeth. PT: **A lógica da diferença; o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, M D'Alva. Partidos, deputados estaduais e a dimensão ideológica. In: KINZO, M. D'Alva; BRAGA, M. S. (Orgs.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2007.

KOWARICK, Lúcio; SINGER, André. A experiência do Partido dos Trabalhadores na prefeitura de São Paulo. **Novos Estudos Cebrap**, 35, São Paulo, 1993.
 Disponível:<http://www.novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/69/20080625_a_experiencia_do_pt.pdf>. Acessado em: 05 ago. 2016.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

_____. Política e ideologia na teoria marxista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal, C. **Hegemonia e estratégia Socialista: Por uma política democrática radical**, Brasília: Editora Intermeios, 2015.

_____. **Misticismo, retorica y política**. 1. ed. Buenos Aires: Talleres Gráficos Nuevo Focet, 2002.

_____. Posmarxismo sin pedido de disculpas. In: **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados, **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 38, n. 3, p. 497-525, 1995. Disponível em: <
[http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Limongi/Partidos Políticos na Câmara dos Deputados 1989-1994.pdf](http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Limongi/Partidos_Politicos_na_Camara_dos_Deputados_1989-1994.pdf)> Acessado em: 05 abr. 2015.

MACIEL, David. O Governo Collor e o neoliberalismo no Brasil. **Revista UFG** / Dezembro 2011 / Ano XIII nº 11. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/dezembro2011/arquivos_pdf/artigos_o_governo.pdf> Acessado em 20 Ago. 2016.

MARCHART, Oliver. **Post-Foundational Political Thought: political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007. Disponível em: < <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2013/08/marchart-post-foundational-political-thought.pdf>> Acessado em 05 mai. 2015.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no Governo Lula. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 15-23, jan.-jun./2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100003> Acessado em 16 ago. 2016.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 5. ed. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas; GUINO, Camila; ANDRADE, Patrick. A Previdência Social: da constituição à reforma de Lula. **Revista Textos e Contextos**. Porto Alegre, V.8, n. 2, pp.195-218, jul/dez. 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/6340/4639>> Acessado em 05 abr. 2016.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política do Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MELO, Carlos Ranulfo. ANASTASIA, Fátima. A reforma da previdência em dois tempos, **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 48, nº. 2: 301-332, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000200003> Acessado em: 06 mai. 2016.

MENDONÇA, Daniel de. O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. **Lua Nova**, 91, p. 135-168, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n91/n91a06.pdf>> Acessado em: 04 abr. 2015

MENEGUELLO, Raquel. AMARAL, Oswaldo Martins Estanislau do. **Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil**. Brazilian Studies Programme, University of Oxford, 2008. Disponível em <https://www.academia.edu/3358196/Ainda_um_novidade_uma_revis%C3%A3o_da_s_transforma%C3%A7%C3%B5es_do_PT_Brasil> Acessado em 09 mai 2015.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200004 Acessado em: 17/04/2016.

NOBRE, Eduardo Alberto Cusce. **As transformações recentes do sistema capitalista: reestruturação econômica e os paradigmas de desenvolvimento**. aula [on-line]. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/e_nobre/pos_grad/aula_1.pdf> Acessado em: 12 jun. 2016.

OZAÍ, Antônio. A esquerda marxista e o PT. Revista **Espaço Acadêmico**, n 87, 2008, p. 01-11. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/_bd.pdf/87ozai.pdf> Acessado em 09 mai 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 1, p.45-58, 2000.

POWER, Timothy. Centering Democracy? Ideological Cleavages and Convergence in the Brazilian Political Class. In: KINGSTONE, Peter; POWER, Timothy (eds). **Democratic Brazil Revisited**. University of Pittsburgh, Pittsburgh, 2008.

POMPEO, Flavio. As Origens do PSOL. **Revista Urutágua**, Paraná, n. 12, abr./mai./jun./jul., p. 1-15, 2007. Disponível em <<http://www.urutagua.uem.br/012/12pompeo.pdf>> Acessado em 09 mai 2015.

QUIROGA, Ana Maria. Assistência e poder: revendo uma articulação histórica. **Praia Vermelha** (UFRJ), v. 18, p. 14-28, 2008. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/5684119-Assistencia-e-poder-revendo-uma-articulacao-historica-ana-maria-quiroya.html>> Acessado em 21 Mai. 2016

RODRIGUES, Cecília de Castro; PÉREZ-NEBRA, Amalia Raquel. A mudança na imagem do presidente Lula nas campanhas eleitorais à Presidência Da República. **Conexão – Conexão e cultura (UCS)**. v. 6. p. 51-70, 2008. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/163>> Acessado em 09 Mai 2015.

RODRIGUES, Leônicio. M. **Partidos, ideologia e composição social. Um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: < <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/RODRIGUES-L.-M.-Partidos-ideologia-e-composicao-social.pdf>> Acessado em: 05 Abr. 2015.

_____. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 17(48), 31-47, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100004> Acessado em: 21 Ago. 2015.

SARTORI, Giovanni. (1982), **Partidos e sistemas partidários**. Tradução de Waltensir Dutra, ed. rev. ampl. Rio de Janeiro/Brasília, Zahar/UnB.

SAMUELS, David. From Socialism to Social Democracy: Party Organization and the Transformation of the Workers' Party in Brazil. **Comparative Political Studies**, v. 37, n. 9, p. 999-1024, 2004. Disponível em: < <http://users.polisci.umn.edu/~dsamuels/CPS2004.pdf>> Acessado em: 08 ago . 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1987.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA. Antonio Ozaí da. Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores. (Uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação-PT). REA: 2003. Ano II, nº 22, março. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/022/22pol.htm>> Acessado em: 01 ago . 2015.

SILVA, Felipe Henrique Gonçalves. **Democracia e Socialismo nos debates do Partido dos Trabalhadores (1987-1991)**. 2012. 298f. Dissertação (Mestrado m História) – PUC, São Paulo, 2012.

SILVA, Fabrício Pereira. Até onde vai a “onda rosa”? **Análise de Conjuntura OPISA**, n.2, Fev. 2010. Uruguay. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/At%C3%A9-Onde-Vai-a-Onda-Rosa/55855068.html>> Acessado em 25 Out.2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SIMÕES, Júlio Assis. **O dilema da participação popular; a etnografia de um caso**. São Paulo. Editora: Marco Zero, 1992.

SINGER, André. A segunda alma do partido dos trabalhadores. **Novos estud. – CEBRAP**, n.88, pp.89-111, 2010 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3002010000300006> Acessado em: 20 Jul 2015.

_____. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 122.

STRECK, Lênio Luiz; MORAIS, José Luís Bolzan. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. 183 p.

TELLES, Helcimara de Souza; STORNI, Tiago Prata Lopes. Desvios e similitudes: ideologia, atitudes e decisão de voto em eleitores de direita e esquerda. In: 33º Encontro Nacional da Anpocs, 2009, Caxambu. **Anais do 33º Encontro Nacional da Anpocs**, 2009. p. 1-25.

TELLES, Helcimara de Souza; LOURENÇO, Luiz Cláudio; STORNI, Tiago Prata Lopes. Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 91-116, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/telles-storni-lourenco-pdf.pdf> Acessado em: 21 Abr. 2015.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. **Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social**. Caderno de Saúde Pública; 1(4): 400-17, out.-dez./1985. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v1n4/v1n4a02>>. Acessado em: 15 Ago. 2016.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2009. p. 91-126. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5491> Acessado em 10 set. 2016.

TIBLE, Jean. Golpe à Brasileira. Crise política e econômica, impedimento e lutas democráticas. **Revista política Latino Americana**. 2016. Disponível em <<http://www.politicalatinoamericana.org/revista/index.php/RPL/article/download/38/23>>. Acessado em 03/09/2016.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, vol. 24, nº 47. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a02v2447.pdf>> Acesso em: 21 Jun. 2016.

TROTTA, Wellington. **Política Social: perspectiva de medidas efetivamente públicas**. [on-line], v. 43, p. 81-99, 2010. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/43/wellington_43.pdf> Acessado em 16 Ago. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Vice-Reitoria. Coordenação de Bibliotecas. **Manual de normas UFPel para trabalhos acadêmicos**. Pelotas, 2013. Revisão técnica de Aline Herbstrith Batista, Carmen Lúcia Lobo Giusti e Elionara Giovana Rech. Disponível em: <http://sisbi.ufpel.edu.br/arquivos/PDF/Manual_Normas_UFPel_trabalhos_acad%C3%AAmicos.pdf> Acesso em: 14/09/2016.

WILLIAMS, James. **Pósestruturalismo**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ZIZEK, Slavoj. **Um Mapa da Ideologia**. Tradução de: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996

ZUCCO Jr, Cesar. Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential Settings. Paper prepared for delivery at the 6th Meeting of the **Anais da ABCP**, Julho. Campinas, 2008. Disponível em: <https://www.princeton.edu/csdp/events/Zucco100407/Zucco100407.pdf>> Acessado em 21 Set. 2015.

ZUCCO Jr, Cesar. **Left, Right, and Government: The Ideology of Brazilian Political Parties**, University of Oxford, Workshop on Legislator Views of Brazilian Governance, Sep. 2009.

Epígrafe

DELEUZE, Gilles. **O abecedário de Gilles Deleuze**. Entrevista concedida em vídeo a Claire Parnet. Vídeo. Editado no Brasil pelo Ministério de Educação, “TV Escola”, série Ensino Fundamental, 2001. Transcrição integral no vídeo disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B347KgD-3KhNcGdBemhqS3N0b1U/view>

APÊNDICES

Apêndice A –

Quadro 1 - Lista dos projetos de lei protocolados pelos deputados federais do PT, para a área social na 52ª legislatura (2003-2007), investigados.

Número do PL	AUTOR	ESTADO	Ano	área
PL-7687/2006	Antônio Carlos Biffi	MS	2006	social
PL-7685/2006	Antônio Carlos Biffi	MS	2006	social
PL-7675/2006	Mariângela Duarte/ Luiz Bassuma	SP , BH	2006	social
PL-7673/2006	Mariângela Duarte / Fátima Bezerra	SP, RN.	2006	social
PL-7647/2006	Mariângela Duarte /Luiz Couto	SP/PB	2006	social
PL-7644/2006	José Pimentel	CE	2006	social
PL-7634/2006	Tarcísio Zimmermann	RS	2006	social
PL-7610/2006	Dra. Clair	PR	2006	social
PL-7602/2006	Gilmar Machado	MG	2006	social
PL-7549/2006	Devanir Ribeiro	SP	2006	social
PL-7531/2006	Henrique Afonso	AC	2006	social
PL-7524/2006	Maria do Rosário	RS	2006	social
PL-7503/2006	Colombo	PR	2006	social
PL-7470/2006	Eduardo Valverde	RO	2006	social
PL-7461/2006	Mariângela Duarte	SP	2006	social
PL-7460/2006	Mariângela Duarte	SP	2006	social
PL-7459/2006	Roberto Gouveia	SP	2006	social
PL-7448/2006	Maria do Rosário	RS	2006	social
PL-7435/2006	Selma Schons	PR	2006	social
PL-7429/2006	Henrique Fontana	RS	2006	social
PL-7426/2006	Guilherme Menezes	BA	2006	social
PL-7416/2006	Colombo	PR	2006	social
PL-7384/2006	Maria do Rosário	RS	2006	social
PL-7343/2006	Tarcísio Zimmermann	RS	2006	social
PL-7320/2006	Maria do Rosário	RS	2006	social
PL-7309/2006	Vadinho Baião	MG	2006	social
PL-7304/2006	Dra. Clair	PR	2006	social
PL-7286/2006	Nelson Pellegrino	BA	2006	social
PL-7274/2006	Luiz Alberto	BA	2006	social
PL-7260/2006	Terezinha Fernandes	MA	2006	social
PL-7187/2006	Jorge Bittar	RJ	2006	social
PL-7166/2006	Henrique Afonso	AC	2006	social
PL-7083/2006	Marco Maia	RS	2006	social
PL-7082/2006	Tarcísio Zimmermann	RS	2006	social
PL-7071/2006	Dra. Clair	PR	2006	social
PL-7052/2006	Iara Bernardi	SP	2006	social
PL-7039/2006	Durval Orlato	SP	2006	social
PL-7038/2006	Durval Orlato	SP	2006	social
PL-7019/2006	Ivo José	MG	2006	social
PL-6993/2006	Rubens Otoni	GO	2006	social
PL-6991/2006	Dra. Clair,Ivo José	PR/MG	2006	social
PL-6990/2006	Dra. Clair	PR	2006	social

Número do PL	AUTOR	ESTADO	Ano	área
PL-6989/2006	Dra. Clair	PR	2006	social
PL-6981/2006	Zezeu Ribeiro	BA	2006	social
PL-6975/2006	Nelson Pellegrino	BA	2006	social
PL-6963/2006	Telma de Souza	SP	2006	social
PL-6944/2006	Vicentino	SP	2006	social
PL-6911/2006	Luiz Alberto	BA	2006	social
PL-6909/2006	João Paulo Cunha	SP	2006	social
PL-6866/2006	Vicentino	SP	2006	social
PL-6865/2006	Vicentino	SP	2006	social
PL-6833/2006	Dra. Clair	PR	2006	social
PL-6818/2006	Mariângela Duarte	SP	2006	social
PL-6815/2006	Vadinho Baião	MG	2006	social
PL-6809/2006	Marco Maia	RS	2006	social
PL-6798/2006	Vicentino	SP	2006	social
PL-6795/2006	Durval Orlato	SP	2006	social
PL-6784/2006	Luci Choinacki	SC	2006	social
PL-6762/2006	Paulo Pimenta	RS	2006	social
PL-6756/2006	Vicentino	SP	2006	social
PL-6749/2006	Maria do Rosário	RS	2006	social
PL-6742/2006	Vicentino	SP	2006	social
PL-6740/2006	Marco Maia	RS	2006	social
PL-6739/2006	Marco Maia	RS	2006	social
PL-6733/2006	Walter Pinheiro	BA	2006	social
PL-6719/2006	Ivo José	MG	2006	social
PL-6716/2006	Ivo José	MG	2006	social
PL-6715/2006	Ivo José	MG	2006	social
PL-6697/2006	Luci Choinacki, Adão Pretto, Selma Schons	SP, RS, PR	2006	social
PL-6692/2006	Vicentino	SP	2006	social
PL-6691/2006	Vicentino	SP	2006	social
PL-6690/2006	Vicentino	SP	2006	social
PL-6689/2006	Ivo José	MG	2006	social
PL-6668/2006	Ivo José	MG	2006	social
PL-6663/2006	Carlos Willian	MG	2006	social
PL-6655/2006	Luciano Zica	SP	2006	social
PL-6630/2006	Maurício Rands	PE	2006	social
PL-6613/2006	Telma de Souza	SP	2006	social
PL-6597/2006	Telma de Souza	SP	2006	social
PL-6584/2006	Antônio Carlos Biffi	MS	2006	social
PL-6579/2006	Ivo José	MG	2006	social
PL-6560/2006	Paulo Pimenta	RS	2006	social
PL-6537/2006	João Grandão	MS	2006	social
PL-6504/2006	Vicentino	SP	2006	social
PL-6490/2006	Ivo José	MG	2006	social
PL-6457/2005	Virgílio Guimarães	MG	2005	social
PL-6445/2005	Angela Guadagnin	SP	2005	social
PL-6404/2005	Nelson Pellegrino	BA	2005	social
PL-6378/2005	Nelson Pellegrino	AC	2005	social

Número do PL	AUTOR	ESTADO	Ano	área
PL-6371/2005	Antonio Carlos Biscaia	RJ	2005	social
PL-6363/2005	Vicentinho	SP	2005	social
PL-6362/2005	Vicentinho	SP	2005	social
PL-6360/2005	Vicentinho	SP	2005	social
PL-6358/2005	Vicentinho	SP	2005	social
PL-6356/2005	Vicentinho	SP	2005	social
PL-6297/2005	Maurício Rands	PE	2005	social
PL-6295/2005	Dra. Clair	PR	2005	social
PL-6232/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-6220/2005	Rubens Otoni	GO	2005	social
PL-6190/2005	Orlando Desconsi	RS	2005	social
PL-6169/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-6168/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-6167/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-6156/2005	Vander Loubet	MS	2005	social
PL-6147/2005	Tarcísio Zimmermann	RS	2005	social
PL-6146/2005	Tarcísio Zimmermann	RS	2005	social
PL-6130/2005	Selma Schons	PR	2005	social
PL-6092/2005	Nelson Pellegrino	BA	2005	social
PL-6075/2005	Vicentinho	SP	2005	social
PL-6058/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-6056/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-6055/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-6054/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-6051/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-6042/2005	José Mentor	SP	2005	social
PL-6037/2005	Vignatti	SC	2005	social
PL-6033/2005	Vitorassi	PR	2005	social
PL-6017/2005	César Medeiros	MG	2005	social
PL-5963/2005	Luciano Zica	SP	2005	social
PL-5954/2005	Wasny de Roure	DF	2005	social
PL-5933/2005	Luci Choinacki	SC	2005	social
PL-5924/2005	Chico Alencar	RJ	2005	social
PL-5904/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-5882/2005	Vicentinho	SP	2005	social
PL-5860/2005	Marco Maia	RS	2005	social
PL-5820/2005	Maninha	DF	2005	social
PL-5797/2005	Wasny de Roure	DF	2005	social
PL-5785/2005	Maninha	DF	2005	social
PL-5779/2005	Rubens Otoni	GO	2005	social
PL-5772/2005	Dra. Clair	PR	2005	social
PL-5741/2005	Dr. Rosinha	PR	2005	social
PL-5732/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-5717/2005	Nelson Pellegrino	BA	2005	social
PL-5697/2005	Chico Alencar	RJ	2005	social
PL-5689/2005	Eduardo Valverde	RO	2005	social
PL-5687/2005	Carlos Santana	RJ	2005	social

Número do PL	AUTOR	ESTADO	Ano	área
PL-5681/2005	Durval Orlato	SP	2005	social
PL-5680/2005	Carlos Santana	RJ	2005	social
PL-5666/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-5662/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-5649/2005	Eduardo Valverde	RO	2005	social
PL-5634/2005	Zé Geraldo	PA	2005	social
PL-5618/2005	Durval Orlato	SP	2005	social
PL-5606/2005	Nelson Pellegrino	BA	2005	social
PL-5599/2005	Antonio Carlos Biscaia	RJ	2005	social
PL-5580/2005	Paulo Delgado	MG	2005	social
PL-5526/2005	Fátima Bezerra	RN	2005	social
PL-5516/2005	Marco Maia	RS	2005	social
PL-5497/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-5469/2005	Roberto Gouveia	SP	2005	social
PL-5456/2005	César Medeiros	MG	2005	social
PL-5455/2005	César Medeiros	MG	2005	social
PL-5446/2005	Tarcísio Zimmermann	RS	2005	social
PL-5436/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-5435/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-5406/2005	Vicentinho	SP	2005	social
PL-5401/2005	Telma de Souza	SP	2005	social
PL-5397/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-5371/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-5370/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-5368/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-5364/2005	Luiz Bassuma, Angela Guadagnin	BA, SP	2005	social
PL-5361/2005	Eduardo Valverde	RO	2005	social
PL-5329/2005	Paulo Pimenta	RS	2005	social
PL-5313/2005	Hélio Esteves	AP	2005	social
PL-5285/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-5254/2005	Carlito Merss	SC	2005	social
PL-5233/2005	Sigmaringa Seixas	DF	2005	social
PL-5230/2005	Angela Guadagnin	SP	2005	social
PL-5222/2005	Anselmo	RO	2005	social
PL-5192/2005	Tarcísio Zimmermann	RS	2005	social
PL-5153/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-5150/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-5149/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-5137/2005	Selma Schons	PR	2005	social
PL-5135/2005	Selma Schons	PR	2005	social
PL-5115/2005	Dra. Clair	PR	2005	social
PL-5100/2005	Maurício Rands	PE	2005	social
PL-5096/2005	Vignatti	SC	2005	social
PL-5078/2005	Eduardo Valverde	RO	2005	social
PL-5048/2005	Roberto Gouveia	SP	2005	social
PL-4954/2005	Vicentinho	SP	2005	social
PL-4953/2005	Vicentinho	SP	2005	social

Número do PL	AUTOR	ESTADO	Ano	área
PL-4946/2005	Antonio Carlos Biscaia	RJ	2005	social
PL-4940/2005	Fátima Bezerra	RN	2005	social
PL-4926/2005	Zé Geraldo	PA	2005	social
PL-4915/2005	Mariângela Duarte	SP	2005	social
PL-4914/2005	Rubinelli	SP	2005	social
PL-4884/2005	Telma de Souza	SP	2005	social
PL-4849/2005	Ivo José	MG	2005	social
PL-4837/2005	Iriny Lopes	ES	2005	social
PL-4814/2005	Rubinelli	SP	2005	social
PL-4812/2005	Tarcísio Zimmermann	RS	2005	social
PL-4806/2005	Vander Loubet	MS	2005	social
PL-4673/2004	Maria do Rosário	RS	2004	social
PL-4671/2004	Neyde Aparecida	GO	2004	social
PL-4667/2004	José Eduardo Cardozo	SP	2004	social
PL-4636/2004	Fátima Bezerra	RN	2004	social
PL-4597/2004	Maurício Rands	PE	2004	social
PL-4594/2004	Colombo	PR	2004	social
PL-4593/2004	Vicentinho	SP	2004	social
PL-4539/2004	Iriny Lopes	ES	2004	social
PL-4512/2004	Vicentinho	SP	2004	social
PL-4442/2004	Simplício Mário	PI	2004	social
PL-4388/2004	Nelson Pellegrino	BA	2004	social
PL-4381/2004	Maria do Rosário	RS	2004	social
PL-4380/2004	Maria do Rosário	RS	2004	social
PL-4367/2004	Roberto Gouveia	SP	2004	social
PL-4327/2004	Maninha	DF	2004	social
PL-4326/2004	Maninha	DF	2004	social
PL-4315/2004	Orlando Desconsi	RS	2004	social
PL-4305/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-4304/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-4275/2004	Wasny de Roure	DF	2004	social
PL-4270/2004	Henrique Afonso	AC	2004	social
PL-4253/2004	Maninha	DF	2004	social
PL-4244/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-4238/2004	Odair	MG	2004	social
PL-4224/2004	Antônio Carlos Biffi	MS	2004	social
PL-4161/2004	Selma Schons	PR	2004	social
PL-4160/2004	Paulo Pimenta	RS	2004	social
PL-4159/2004	Paulo Pimenta	RS	2004	social
PL-4079/2004	Paulo Delgado	MG	2004	social
PL-4056/2004	Maninha	DF	2004	social
PL-4031/2004	Luci Choinacki	SC	2004	social
PL-3953/2004	Selma Schons	PR	2004	social
PL-3927/2004	Dra. Clair	PR	2004	social
PL-3926/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-3906/2004	Maninha	DF	2004	social
PL-3899/2004	Maninha	DF	2004	social

Número do PL	AUTOR	ESTADO	Ano	área
PL-3869/2004	Roberto Gouveia	SP	2004	social
PL-3850/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-3817/2004	Maninha	DF	2004	social
PL-3783/2004	Dra. Clair	PR	2004	social
PL-3782/2004	Dra. Clair	PR	2004	social
PL-3770/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-3734/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-3729/2004	Luciano Zica, Walter Pinheiro, Zezéu Ribeiro, Iriny Lopes, João Grandão, Nazareno Fonteles, Luci Choinacki, Vignatti, Mauro Passos, Iara Bernardi, Ivan Valente, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto, Ivo José, João Alfredo	SP, BA, BA, ES, MS, PI, SC, SC, SC, SP, SP, SP, BA, MG, CE	2004	social
PL-3628/2004	Washington Luiz	MA	2004	social
PL-3622/2004	Gilmar Machado	MG	2004	social
PL-3618/2004	Lindberg Farias, Fátima Bezerra, Maria do Rosário	RJ, RN, RS	2004	social
PL-3616/2004	Iriny Lopes	ES	2004	social
PL-3614/2004	Reginaldo Lopes	MG	2004	social
PL-3571/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-3561/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-3534/2004	Orlando Fantazzini - PT/SP.	SP	2004	social
PL-3484/2004	Ivan Valente, Fátima Bezerra, Iara Bernardi, Chico Alencar, Paulo Rubem Santiago, João Alfredo	SP, RN, SP, RJ, PE, CE	2004	social
PL-3481/2004	Adão Pretto	RS	2004	social
PL-3472/2004	Nilson Mourão	AC	2004	social
PL-3465/2004	Zé Geraldo	PA	2004	social
PL-3406/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-3392/2004	Dra. Clair	PR	2004	social
PL-3391/2004	Fernando Ferro	PE	2004	social
PL-3385/2004	Colombo	PR	2004	social
PL-3353/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-3352/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-3329/2004	Chico Alencar	RJ	2004	social
PL-3307/2004	Roberto Gouveia	SP	2004	social
PL-3280/2004	Luiz Couto	PB	2004	social
PL-3272/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-3242/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-3191/2004	Wasny de Roure	DF	2004	social
PL-3179/2004	César Medeiros	MG	2004	social
PL-3175/2004	Iriny Lopes	ES	2004	social
PL-3132/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-3131/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-3130/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-3129/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-3128/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-3127/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-3126/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social

Número do PL	AUTOR	ESTADO	Ano	área
PL-3115/2004	Vicentinho	SP	2004	social
PL-3093/2004	Nilson Mourão	AC	2004	social
PL-3083/2004	Lindberg Farias	RJ	2004	social
PL-3053/2004	Zé Geraldo	PA	2004	social
PL-3008/2004	Lúcia Braga	PB	2004	social
PL-2992/2004	Carlos Santana	RJ	2004	social
PL-2980/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-2971/2004	Nelson Pellegrino	BA	2004	social
PL-2970/2004	Nelson Pellegrino	BA	2004	social
PL-2943/2004	Maninha	DF	2004	social
PL-2938/2004	Dr. Rosinha	PR	2004	social
PL-2904/2004	Walter Pinheiro	BA	2004	social
PL-2901/2004	Anselmo	RO	2004	social
PL-2892/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-2891/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-2890/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-2889/2004	Eduardo Valverde	RO	2004	social
PL-2883/2004	Chico Alencar	RJ	2004	social
PL-2882/2004	Iriny Lopes	ES	2004	social
PL-2875/2004	Paulo Pimenta	RS	2004	social
PL-2862/2004	Rubinelli	SP	2004	social
PL-2845/2003	Nelson Pellegrino		2003	social
PL-2827/2003	Ivan Valente	SP	2003	social
PL-2810/2003	Neyde Aparecida	GO	2003	social
PL-2738/2003	Carlos Abicalil	MT	2003	social
PL-2737/2003	Ivan Valente ,Professor Luizinho, Rubinelli, Vicentinho	SP/SP/SP	2003	social
PL-2726/2003	Dra. Clair	PR	2003	social
PL 2722/2003	José Eduardo Cardozo	SP	2003	social
PL-2718/2003	Virgílio Guimarães	MG	2003	social
PL-2711/2003	Vander Loubet	MS	2003	social
PL-2699/2003	Dr. Rosinha	PR	2003	social
PL-2693/2003	Roberto Gouveia, Maurício Rands, Vignatti	SP / PE / SC	2003	social
PL-2678/2003	Selma Schons	PR	2003	social
PL-2671/2003	Vander Loubet	MS	2003	social
PL-2654/2003	Maria do Rosário	RS	2003	social
PL-2647/2003	Mariângela Duarte	SP	2003	social
PL-2626/2003	Chico Alencar	RJ	2003	social
PL-2593/2003	Maria do Rosário	RS	2003	social
PL-2590/2003	Nilson Mourão	AC	2003	social
PL-2513/2003	Rubens Otoni	GO	2003	social
PL-2481/2003	Selma Schons	PR	2003	social
PL-2466/2003	Lúcia Braga	PB	2003	social
PL-2460/2003	Paulo Pimenta	RS	2003	social
PL-2459/2003	Paulo Pimenta	RS	2003	social
PL-2384/2003	Maninha	DF	2003	social
PL-2383/2003	Maninha	DF	2003	social

Número do PL	AUTOR	ESTADO	Ano	área
PL-2381/2003	Vicentinho	SP	2003	social
PL-2369/2003	Mauro Passos	SC	2003	social
PL-2315/2003	Jorge Bittar	RJ	2003	social
PL-2282/2003	Luiz Couto	PB	2003	social
PL-2228/2003	Fernando Gabeira	RJ	2003	social
PL-2182/2003	Maninha	DF	2003	social
PL-2171/2003	Rubens Otoni	GO	2003	social
PL-2165/2003	Simplício Mário	PI	2003	social
PL-2163/2003	Vicentinho	SP	2003	social
PL-2138/2003	Ivan Valente	SP	2003	social
PL-2134/2003	Vicentinho	SP	2003	social
PL-2131/2003	Zé Geraldo	PA	2003	social
PL-2124/2003	Washington Luiz	MA	2003	social
PL-2108/2003	Walter Pinheiro	BA	2003	social
PL-2104/2003	Tarcisio Zimmermann	RS	2003	social
PL-2103/2003	João Grandão	MS	2003	social
PL-2072/2003	Fernando Gabeira	RJ	2003	social
PL-2044/2003	Walter Pinheiro	BA	2003	social
PL-2027/2003	Zé Geraldo	PA	2003	social
PL-1985/2003	Eduardo Valverde	RO	2003	social
PL-1981/2003	Vicentinho	SP	2003	social
PL-1955/2003	Orlando Fantazzini	SP	2003	social
PL-1942/2003	Terezinha Fernandes	MA	2003	social
PL-1918/2003	Carlos Abicalil	MT	2003	social
PL-1908/2003	Rubens Otoni	GO	2003	social
PL-1885/2003	Walter Pinheiro	BA	2003	social
PL-1871/2003	Antonio Carlos Biscaia	RJ	2003	social
PL-1850/2003	Selma Schons	PR	2003	social
PL-1849/2003	Selma Schons	PR	2003	social
PL-1836/2003	Orlando Fantazzini	SP	2003	social
PL-1830/2003	Vander Loubet	MS	2003	social
PL-1824/2003	Rubens Otoni	GO	2003	social
PL-1765/2003	Maninha	DF	2003	social
PL-1738/2003	Maninha	DF	2003	social
PL-1737/2003	Maninha	DF	2003	social
PL-1735/2003	Carlos Abicalil	MT	2003	social
PL-1694/2003	Walter Pinheiro	BA	2003	social
PL-1693/2003	Colombo	PR	2003	social
PL-1691/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-1683/2003	Fernando Gabeira	RJ	2003	social
PL-1681/2003	Colombo	PR	2003	social
PL-1674/2003	Durval Orlato	SP	2003	social
PL-1672/2003	Wasny de Roure	DF	2003	social
PL-1671/2003	Walter Pinheiro	BA	2003	social
PL-1662/2003	Maninha	DF	2003	social
PL-1652/2003	Luiz Alberto	BA	2003	social
PL-1620/2003	Maria do Rosário, Wasny de Roure	RS,DF	2003	social

Número do PL	AUTOR	ESTADO	Ano	área
PL-1615/2003	Angela Guadagnin	SP	2003	social
PL-1601/2003	Zico Bronzeado	AC	2003	social
PL-1592/2003	Carlos Abicalil	MT	2003	social
PL-1532/2003	Rubens Otoni	GO	2003	social
PL-1528/2003	Telma de Souza	SP	2003	social
PL-1505/2003	Luciano Zica	SP	2003	social
PL-1486/2003	Orlando Desconsi	RS	2003	social
PL-1484/2003	Zico Bronzeado	AC	2003	social
PL-1479/2003	Luciano Zica	SP	2003	social
PL-1473/2003	Selma Schons	PR	2003	social
PL-1456/2003	Carlos Abicalil	MT	2003	social
PL-1442/2003	Luiz Alberto	BA	2003	social
PL-1432/2003	Dr. Rosinha	PR	2003	social
PL-1424/2003	Nilson Mourão	AC	2003	social
PL-1404/2003	Maninha	DF	2003	social
PL-1360/2003	Rubens Otoni	GO	2003	social
PL-1335/2003	Rubens Otoni	GO	2003	social
PL-1319/2003	João Grandão, Jesus, Gilmar Machado	MS /MG / BA	2003	social
PL-1307/2003	Maurício Rands	PE	2003	social
PL-1304/2003	Leonardo Monteiro	MG	2003	social
PL-1296/2003	Orlando Desconsi	RS	2003	social
PL-1293/2003	Dra. Clair	PR	2003	social
PL-1265/2003	Leonardo Monteiro	MG	2003	social
PL-1264/2003	Leonardo Monteiro	MG	2003	social
PL-1263/2003	Leonardo Monteiro	MG	2003	social
PL-1254/2003	César Medeiros	MG	2003	social
PL-1244/2003	João Alfredo	CE	2003	social
PL-1232/2003	Maria do Rosário	RS	2003	social
PL-1205/2003	Rubens Otoni	GO	2003	social
PL-1200/2003	Ivan Valente	SP	2003	social
PL-1197/2003	João Alfredo, Fátima Bezerra, Fernando Gabeira	CE, RN, RJ	2003	social
PL-1153/2003	Wasny de Roure	DF	2003	social
PL-1141/2003	Mariângela Duarte	SP	2003	social
PL-1140/2003	Rubens Otoni	GO	2003	social
PL-1128/2003	Carlos Abicalil	MT	2003	social
PL-1119/2003	Devanir Ribeiro	SP	2003	social
PL-1093/2003	Mariângela Duarte	SP	2003	social
PL-1091/2003	Durval Orlato	SP	2003	social
PL-1049/2003	Walter Pinheiro	BA	2003	social
PL-1047/2003	Maninha	DF	2003	social
PL-1021/2003	Vicentinho	SP	2003	social
PL-1011/2003	Roberto Gouveia	SP	2003	social
PL-1008/2003	Angela Guadagnin	SP	2003	social
PL-1000/2003	Telma de Souza	SP	2003	social
PL-988/2003	Carlos Santana	RJ	2003	social
PL-986/2003	Maria do Rosário	RS	2003	social

Número do PL	AUTOR	ESTADO	Ano	área
PL-985/2003	Maria do Rosário	RS	2003	social
PL-973/2003	Maninha	DF	2003	social
PL-889/2003	Zezéu Ribeiro	BA	2003	social
PL-884/2003	Roberto Gouveia	SP	2003	social
PL-857/2003	Telma de Souza, Jorge Boeira	SP/SC	2003	social
PL-856/2003	Roberto Gouveia	SP	2003	social
PL-837/2003	Durval Orlato	SP	2003	social
PL-825/2003	Leonardo Monteiro	MG	2003	social
PL-786/2003	Odair	MG	2003	social
PL-781/2003	Henrique Afonso	AC	2003	social
PL-770/2003	Francisca Trindade e Maria do Rosário	RS/PI	2003	social
PL-767/2003	Babá	PA	2003	social
PL-760/2003	Maria do Rosário	RS	2003	social
PL-751/2003	Assis Miguel do Couto, Selma Schons	PR, PR	2003	social
PL-748/2003	Colombo	PR	2003	social
PL-747/2003	Terezinha Fernandes	MA	2003	social
PL-713/2003	Ary Vanazzi	RS	2003	social
PL-697/2003	Paulo Pimenta	RS	2003	social
PL-696/2003	Zezéu Ribeiro	BA	2003	social
PL-686/2003	Paulo Pimenta	RS	2003	social
PL-662/2003	Antonio Nogueira	AP	2003	social
PL-657/2003	Babá	PA	2003	social
PL-656/2003	Ary Vanazzi	RS	2003	social
PL-654/2003	Tarcisio Zimmermann	RS	2003	social
PL-653/2003	Luciano Zica	SP	2003	social
PL-632/2003	Maria do Rosário	RS	2003	social
PL-630/2003	Roberto Gouveia	SP	2003	social
PL-594/2003	Iriny Lopes	ES	2003	social
PL-587/2003	Maninha	DF	2003	social
PL-552/2003	Maria do Rosário	RS	2003	social
PL-498/2003	Dra. Clair	PR	2003	social
PL-469/2003	João Alfredo	CE	2003	social
PL-466/2003	Ary Vanazzi	RS	2003	social
PL-452/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-433/2003	Mariângela Duarte	SP	2003	social
PL-421/2003	José Pimentel	CE	2003	social
PL-419/2003	Chico Alencar	RJ	2003	social
PL-408/2003	Zé Geraldo	PA	2003	social
PL-304/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-296/2003	Luciana Genro	RS	2003	social
PL-220/2003	Reginaldo Lopes	MG	2003	social
PL-196/2003	Maninha	DF	2003	social
PL-195/2003	Wasny de Roure	DF	2003	social
PL-194/2003	Wasny de Roure	DF	2003	social
PL-180/2003	Reginaldo Lopes	MG	2003	social
PL-178/2003	Reginaldo Lopes	MG	2003	social
PL-127/2003	Antonio Carlos Biscaia	RJ	2003	social

Número do PL	AUTOR	ESTADO	Ano	área
PL-117/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-116/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-115/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-114/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-98/2003	Fernando Gabeira	RJ	2003	social
PL-97/2003	Paulo Rocha	PA	2003	social
PL-96/2003	Paulo Rocha	PA	2003	social
PL-95/2003	Paulo Rocha	PA	2003	social
PL-94/2003	Paulo Rocha	PA	2003	social
PL-93/2003	Roberto Gouveia	SP	2003	social
PL-92/2003	Roberto Gouveia	SP	2003	social
PL-91/2003	João Alfredo	CE	2003	social
PL-73/2003	Maurício Rands	PE	2003	social
PL-42/2003	Wasny de Roure	DF	2003	social
PL-40/2003	Wasny de Roure	DF	2003	social
PL-39/2003	Wasny de Roure	DF	2003	social
PL-24/2003	Roberto Gouveia	SP	2003	social
PL-23/2003	Roberto Gouveia	SP	2003	social
PL-21/2003	Roberto Gouveia	SP	2003	social
PL-19/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-17/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-16/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-12/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-11/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-10/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-9/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-8/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-6/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-5/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-4/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-3/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social
PL-2/2003	Iara Bernardi	SP	2003	social

Fonte: Dados obtidos na Câmara dos Deputados. Elaboração própria

Apêndice B –

Quadro 2 - Glossário temático – área Social

SOCIAL			
SEGURANÇA			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita</i>
- Defesa do estatuto do desarmamento.	- Defesa do estatuto do desarmamento.	- Defesa pessoal e do patrimônio.	- Defesa pessoal e do patrimônio.
- Armas fora de circulação reduzem a violência no país.	- Armas fora de circulação reduzem a violência no país.		
	- Desmilitarização da política.		
CIDADANIA			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita</i>
- Liberdades de imprensa, religião, sindical.	- Liberdades de imprensa, religião, sindical.	- Liberdades de expressão, imprensa.	- Liberdades de expressão, imprensa.
- Igualdade social.	- Igualdade social.	- Defesa da democracia (no sentido de Estado democrático de direito).	- Defesa da democracia (no sentido de Estado democrático de direito).
- Defesa da democracia (no sentido de soberania popular).	- Defesa da democracia (no duplo sentido: soberania popular e Estado democrático de direito).		
- Não criminalização dos movimentos sociais.	- Não criminalização dos movimentos sociais.		
- Defesa da participação popular (radicalização da democracia).	- Defesa da participação popular (radicalização da democracia).		
- Ampliação de recursos dos programas sociais.	- Ampliação de recursos dos programas sociais.		
	- defesa do Estado de Bem-estar.		

- incentivo a políticas de acessibilidade. - defesa do direitos dos idosos			
DIREITOS DE MINORIAS (INDÍGENAS)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita</i>
- Avanços nos direitos dos povos indígenas.	- Avanços nos direitos dos povos indígenas.	- Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Integrar indígenas à cultura branca, já que são brasileiros.
INFÂNCIA, JUVENTUDE			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita</i>
- Necessidade de direcionar políticas específicas para a juventude. - Contra a redução da maioridade penal.	- Necessidade de direcionar políticas específicas para a juventude. - Contra a redução da maioridade penal. - contra a violência infantil.	- Defesa da redução da maioridade penal.	- Contrária ao aborto para meninas menores de idade. - Defesa da redução da maioridade penal.
DIREITOS DE MINORIAS (LGBT)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita</i>
- Fim do preconceito LGBT. - Contra a homofobia. - Combate à opressão LGBT.	- Fim do preconceito LGBT. - Contra a homofobia. - Combate à opressão LGBT.	- Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Contrária às políticas LGBT. - Contra o casamento de pessoas do mesmo sexo.
DIREITOS DE MINORIAS (MULHERES)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita</i>
- Luta contra o machismo, contra a desigualdade e pela igualdade/equiparação de gênero. - Defesa das pautas feministas. - Pelo fim do preconceito de gênero. - Contra a violência contra a mulher. - Contra a divisão sexual do trabalho. - Pelo direito ao aborto e à autonomia do corpo da mulher.	- Luta contra o machismo, contra a desigualdade e pela igualdade/equiparação de gênero. - Defesa das pautas feministas. - Pelo fim do preconceito de gênero. - Contra a violência contra a mulher. - Contra a divisão sexual do trabalho. - Pelo direito ao aborto e à autonomia do corpo da mulher.	- Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Contra a emancipação das mulheres. - Contra o aborto.
DIREITOS DE MINORIAS (RELAÇÕES RACIAIS)			

<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita</i>
- Ideia negativa de que o racismo é uma construção social desigual; tal desigualdade se dá por uma “suposta inferioridade biológica”. - Contra a ideologia da inferioridade de negros e negras. - Ampliação da luta contra o racismo. - Criação de políticas públicas voltadas ao antirracismo e à inclusão dos negros. - Estado deve intervir na luta contra o racismo e na inclusão de negros. - Inclusão de negros via educação (em todos os níveis), como uma política de Estado.	- Ideia negativa de que o racismo é uma construção social desigual; tal desigualdade se dá por uma “suposta inferioridade biológica”. - Contra a ideologia da inferioridade de negros e negras. - Ampliação da luta contra o racismo. - Criação de políticas públicas voltadas ao antirracismo e à inclusão dos negros. - Estado deve intervir na luta contra o racismo e na inclusão de negros. - Inclusão de negros via educação (em todos os níveis), como uma política de Estado.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	Racista.
DÍVIDA SOCIAL (INCLUSÃO SOCIAL)			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita</i>
- Instituição de políticas públicas sociais. - Ampliação de recursos para programas sociais. - Contra a desigualdade social. - Combate à fome. - Acesso dos mais pobres ao poder judiciário para terem seus direitos garantidos. - Defesa do salário desemprego e do bolsa família. - Defesa dos pobres, dos excluídos. - Defesa de políticas de inclusão e de igualdade social. - Reformas urbana e	- Instituição de políticas públicas sociais. - Regulação do sistema capitalista pelo Estado. - Ampliação de recursos para programas sociais. - Contra a desigualdade social. - Inclusão social pelo consumo. - Combate à fome. - Acesso dos mais pobres ao poder judiciário para terem seus direitos garantidos. - Defesa do salário desemprego e do bolsa família. - Defesa dos pobres, dos excluídos.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.

- agrária.
- Esporte como política de inclusão social e desvinculada da imagem de prática competitiva.
 - Defesa de políticas de inclusão e de igualdade social.
 - Reformas urbana e agrária.
 - incentivo política habitacional aos mais pobres.

EDUCAÇÃO

<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita</i>
- Abertura de vagas para estudantes pobres nas universidades públicas.	- Financiamento de estudantes pobres no ensino superior privado. - Abertura de vagas para estudantes pobres nas universidades públicas. - ampliação da universidade pública - investimento na Universidade pública. - defesa passe livre estudantil - Defesa assistência estudantil alunos pobres.	- Preocupação com a família. - O Estado não pode invadir o terreno da família (tradicional) em termos educacionais. - A escola privada tem um ensino melhor e está mais atenta ao que o consumidor quer, além de respeitar os valores familiares, não levados em consideração pelas públicas. - Ensino clássico (tradicional) para o país subir nos rankings escolares. - Educação entendida como instrução acadêmica e instrução de valores familiares. - Ensino clássico (tradicional), pois o trabalhador com mais educação formal é mais produtivo. - Educação tem de levar em conta os limites entre família (valores familiares) e Estado.	- Preocupação com a família. - O Estado não pode invadir o terreno da família (tradicional) em termos educacionais. - A escola privada tem um ensino melhor e está mais atenta ao que o consumidor quer, além de respeitar os valores familiares, não levados em consideração pelas públicas. - Educação entendida como instrução acadêmica e instrução de valores familiares. - Ensino clássico (tradicional), pois o trabalhador com mais educação formal é mais produtivo. - Educação tem de levar em conta os limites entre família (valores familiares) e Estado.

MEIO AMBIENTE			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita</i>
- Capitalismo visto como um sistema econômico prejudicial ao meio ambiente. - Contra o produtivismo e o consumismo supérfluo. - Ambientalismo como anticapitalista. - Contra a utilização de fontes energéticas predatóricas. - Investimentos em fontes renováveis e limpas de energia. - Bem-estar coletivo e sustentabilidade socioambiental. - Luta ambiental como uma bandeira de esquerda.	- Capitalismo visto como um sistema econômico prejudicial ao meio ambiente. - Contra o produtivismo e o consumismo supérfluo. - Ambientalismo como anticapitalista. - Contra a utilização de fontes energéticas predatóricas. - Investimentos em fontes renováveis e limpas de energia. - Bem-estar coletivo e sustentabilidade socioambiental. - Luta ambiental como uma bandeira de esquerda.	- Desenvolvimento envolve empreendimentos e manejo sustentável do meio ambiente.	- Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
PREVIDÊNCIA			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita</i>
- Reforma da Previdência de 2003 rompeu com a base social do PT. - Reforma de 2003 foi contra os funcionários públicos, aposentados e pensionistas. - Política neoliberal e ditada pelo FMI.	- Reforma da Previdência de 2003 rompeu com a base social do PT. - Reforma de 2003 foi contra os funcionários públicos, aposentados e pensionistas. - Política neoliberal e ditada pelo FMI. - ampliação da previdência	- Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.	- Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
RELAÇÕES AGRÁRIAS			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita</i>
- Contra o latifúndio e a concentração de terras. - Defesa do MST. - Defesa da ocupação de terras. - Defesa da reforma agrária. - Defesa dos camponeses sem terra.	- Contra o latifúndio e a concentração de terras. - Defesa do MST. - Defesa da reforma agrária. - Defesa dos camponeses sem terra.	- Contra a invasão de terras. - Contra as ações do MST.	- Contra a invasão de terras. - Contra as ações do MST.

RELAÇÕES DE TRABALHO			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita</i>
- Direitos da classe trabalhadora. - Defesa da justiça do trabalho. - Defesa das greves dos trabalhadores. - Defesa dos direitos trabalhistas. - Defesa da organização sindical. - Redução da jornada de trabalho sem redução de salários. - Aumento do salário mínimo acima dos padrões normalmente estabelecidos.	- Investimentos e empréstimos públicos condicionados à contrapartida de manutenção de empregos e de renda dos trabalhadores. - Direitos da classe trabalhadora. - Defesa da justiça do trabalho. - Defesa das greves dos trabalhadores. - Defesa dos direitos trabalhistas. - Defesa da organização sindical. - Redução da jornada de trabalho sem redução de salários. - Aumento do salário mínimo acima dos padrões normalmente estabelecidos. - regulamentação de profissões informais - melhorias das condições de trabalho da classe trabalhadora. - regulamentação estágios	- Modernização da legislação trabalhista. - Legislação trabalhista anacrônica nos dias atuais. - Flexibilização das relações de trabalho. - Desonerar de impostos a folha de pagamentos para novos empregos.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.
FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS			
<i>Esquerda conservadora</i>	<i>Esquerda liberal</i>	<i>Direita liberal</i>	<i>Direita</i>
- Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares	- Contra o financiamento privado de campanhas eleitorais. - Defesa do financiamento público de campanha eleitorais.	- Contra o financiamento público de campanhas eleitorais. - Defesa do financiamento privado de campanha eleitorais.	Não há registros nos pronunciamentos dos parlamentares.

Fonte: Grupo de pesquisa “Ideologia e Análise de Discurso”, do PPGCPol/UFPel